

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	17
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	18
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	20
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	21
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	22
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	121
----------------------------------------------	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	122
-------------------------------------------------	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	123
-------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	124
---------------------------------------------------------------------------------------	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	125
-------------------------------------------------------------	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	126
--------------------------------------------------------------------	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	720.210.378
Preferenciais	1.009.616.927
Total	1.729.827.305
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	8.522.006	7.149.919
1.01	Ativo Circulante	1.817.414	915.294
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	917.705	134.406
1.01.02	Aplicações Financeiras	607.902	660.798
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	607.902	660.798
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	607.902	660.798
1.01.03	Contas a Receber	64.817	34.280
1.01.03.01	Clientes	64.817	34.280
1.01.04	Estoques	128	94
1.01.06	Tributos a Recuperar	44.569	29.502
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	182.293	56.214
1.01.08.03	Outros	182.293	56.214
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	157.005	21.122
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	0	3.457
1.01.08.03.04	Títulos de crédito a receber	678	1.167
1.01.08.03.05	Outros Créditos	24.610	30.468
1.02	Ativo Não Circulante	6.704.592	6.234.625
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.723.192	1.970.021
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.258.822	1.250.113
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	149.351	417.515
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	315.019	302.393
1.02.01.10.03	Créditos tributários	195.205	195.205
1.02.01.10.04	Depósitos e cauções vinculados	215	357
1.02.01.10.05	Títulos de créditos a receber	1.146	1.881
1.02.01.10.06	Tributos a recuperar	36.741	42.870
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	19.693	57
1.02.01.10.08	Outros	62.019	62.023
1.02.02	Investimentos	4.918.899	4.204.270
1.02.02.01	Participações Societárias	4.918.899	4.204.270
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	9.979	9.979
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.908.920	4.194.291
1.02.03	Imobilizado	48.615	48.785
1.02.04	Intangível	13.886	11.549
1.02.04.01	Intangíveis	13.886	11.549

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	8.522.006	7.149.919
2.01	Passivo Circulante	755.019	513.467
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.265	5.824
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.265	5.824
2.01.01.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	6.265	5.824
2.01.02	Fornecedores	1.879	7.069
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	667.534	324.853
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	152.233	82.914
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	152.233	82.914
2.01.04.02	Debêntures	515.301	241.939
2.01.05	Outras Obrigações	79.341	175.721
2.01.05.02	Outros	79.341	175.721
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.375	91.962
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	2.259	563
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	7.292	5.755
2.01.05.02.06	Benefícios pós emprego	1.217	1.217
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	3.691	10.749
2.01.05.02.10	Outros passivos	61.507	65.475
2.02	Passivo Não Circulante	3.681.691	2.792.999
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.330.102	2.525.598
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	304.467	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	304.467	0
2.02.01.02	Debêntures	3.025.635	2.525.598
2.02.02	Outras Obrigações	348.122	266.754
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	80.129	106.042
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	80.129	106.042
2.02.02.02	Outros	267.993	160.712
2.02.02.02.04	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.396	1.493
2.02.02.02.05	Benefícios pós emprego	3.724	3.115
2.02.02.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	258.724	151.945
2.02.02.02.07	Outros passivos	4.149	4.159
2.02.03	Tributos Diferidos	3.467	647
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.467	647
2.03	Patrimônio Líquido	4.085.296	3.843.453
2.03.01	Capital Social Realizado	2.795.963	2.795.963
2.03.02	Reservas de Capital	-50.805	-144.558
2.03.02.07	Custo com emissão de ações	-66.473	-65.723
2.03.02.08	Outras Reservas	15.668	-78.835
2.03.04	Reservas de Lucros	1.286.719	1.370.833
2.03.04.01	Reserva Legal	149.420	149.420
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.137.299	1.137.299
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	84.114
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	232.204	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-178.785	-178.785

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	42.061	77.196	32.954	47.044
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-26.505	-34.530	-16.440	-26.056
3.02.01	Pessoal e administradores	-22.117	-26.808	-13.377	-20.410
3.02.02	Entidade de Previdência Privada	-304	-610	0	0
3.02.03	Material	-255	-326	-102	-170
3.02.04	Serviços de Terceiros	-2.303	-3.906	-1.942	-3.271
3.02.05	Depreciação e Amortização	-1.321	-2.642	-742	-1.501
3.02.06	Outras Despesas	-205	-238	-277	-704
3.03	Resultado Bruto	15.556	42.666	16.514	20.988
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	127.008	364.421	52.138	180.445
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.172	-42.037	-9.905	-15.447
3.04.02.02	Pessoal e administradores	3.339	-8.619	-4.147	-5.797
3.04.02.03	Entidade de Previdência Privada	-216	-429	-136	-239
3.04.02.04	Material	-1	-135	-230	-397
3.04.02.05	Serviços Terceiros	-16.828	-29.686	-4.920	-8.047
3.04.02.06	Depreciação e Amortização	-783	-1.453	-383	-735
3.04.02.07	Outras	139	119	0	0
3.04.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-822	-1.834	-89	-232
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.491	1.559	0	0
3.04.04.02	Outros	1.491	1.559	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	140.689	404.899	62.043	195.892
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	142.564	407.087	68.652	201.433
3.06	Resultado Financeiro	-38.581	-172.064	-9.040	-22.064
3.06.01	Receitas Financeiras	42.516	95.013	49.364	105.826
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	28.221	58.918	18.306	44.851
3.06.01.02	Receita de atualização de mútuos	10.782	24.773	24.973	48.771
3.06.01.03	Receita de aval	5.413	15.725	8.533	16.700
3.06.01.04	Tributos sobre receitas financeiras	-1.918	-4.484	-2.510	-5.100

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.06.01.05	Outros receitas financeiras	18	81	62	604
3.06.02	Despesas Financeiras	-81.097	-267.077	-58.404	-127.890
3.06.02.01	Encargos e dívidas - juros	-59.807	-115.283	-34.226	-69.153
3.06.02.02	Marcação a mercado derivativos	-4.443	-114.525	4.007	10.676
3.06.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	28.178	31.595	-68	-11.993
3.06.02.04	Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	-44.989	-66.236	-16.983	-31.400
3.06.02.05	Despesas bancárias	-358	-635	-641	-2.481
3.06.02.06	IOF	-369	-514	-1.518	-2.763
3.06.02.07	Despesas de aval	-2.900	-5.800	-2.813	-5.625
3.06.02.08	Atualização de mútuos	-1.916	-2.029	-6.356	-14.873
3.06.02.09	Marcação a mercado da dívida	5.342	6.210	176	-362
3.06.02.10	Outras despesas financeiras	165	140	18	84
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	103.983	235.023	59.612	179.369
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.819	-2.819	0	0
3.08.02	Diferido	-2.819	-2.819	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	101.164	232.204	59.612	179.369
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	101.164	232.204	59.612	179.369
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,05848	0,13424	0,03446	0,10369
3.99.01.02	PN	0,05848	0,13424	0,03446	0,10369
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,05848	0,13424	0,03446	0,10369
3.99.02.02	PN	0,05848	0,13424	0,03446	0,10369

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	101.164	232.204	59.612	179.369
4.03	Resultado Abrangente do Período	101.164	232.204	59.612	179.369

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-28.162	-3.244
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	10.699	9.217
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	232.204	179.369
6.01.01.03	Despesas com juros, var.monet. e cambiais - líquidas	99.879	21.825
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-404.899	-195.892
6.01.01.05	Depreciação e amortização	4.095	2.236
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social	2.819	0
6.01.01.09	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-119	0
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	-31.595	11.993
6.01.01.11	Marcação a mercado de derivativos	114.525	-10.676
6.01.01.12	Marcação a mercado das dívidas	-6.210	362
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-38.861	-12.461
6.01.02.01	(Aumento) Diminuição de clientes	-30.537	-21.337
6.01.02.03	Diminuição (Aumento) de cauções e depósitos vinculados	142	-3
6.01.02.04	(Aumento) de estoques	-34	-4
6.01.02.05	(Aumento) de impostos a recuperar	-8.938	-995
6.01.02.08	Diminuição de títulos e créditos a receber	1.224	0
6.01.02.09	Diminuição de outros créditos	5.862	3.945
6.01.02.10	(Diminuição) Aumento de fornecedores	-5.190	28
6.01.02.12	Aumento de tributos e contribuições sociais	442	1.790
6.01.02.13	Aumento de obrigações estimadas	1.537	2.963
6.01.02.14	(Diminuição) Aumento de outras contas a pagar	-3.369	1.152
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	577.396	343.026
6.02.01	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	-50.053	-311
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-2.275	-21.418
6.02.03	Aplicações no intangível	-3.987	-1.545
6.02.04	Recebimento de dividendos	265.611	107.154
6.02.05	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	103.105	165.247
6.02.08	Partes relacionadas	264.995	93.899
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	234.065	-258.991
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	1.134.044	0
6.03.03	Pagamento de empréstimos , debentures - principal	-87.443	-79.617
6.03.04	Pagamento de empréstimos , debentures - juros	-73.029	-58.828
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	612	-21.821
6.03.06	Pagamentos de dividendos	-172.701	-98.725
6.03.09	Aquisição de participação adicional de não controladores	-567.418	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	783.299	80.791
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	134.406	41.878
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	917.705	122.669

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	93.753	-84.114	0	0	9.639
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	130.782	0	0	0	130.782
5.04.06	Dividendos	0	0	-84.114	0	0	-84.114
5.04.09	Outras transações - PUT reflexa	0	-37.029	0	0	0	-37.029
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	232.204	0	232.204
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	232.204	0	232.204
5.07	Saldos Finais	2.795.963	-50.805	1.286.719	232.204	-178.785	4.085.296

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.795.963	-59.602	1.085.122	0	-139.616	3.681.867
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.795.963	-59.602	1.085.122	0	-139.616	3.681.867
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.616	-87.163	0	0	-88.779
5.04.08	dividendos 2016	0	0	-87.163	0	0	-87.163
5.04.09	Outras transações - PUT reflexa	0	-1.616	0	0	0	-1.616
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-1.509	0	179.369	0	177.860
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	179.369	0	179.369
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-1.509	0	0	0	-1.509
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	-1.509	0	0	0	-1.509
5.07	Saldos Finais	2.795.963	-62.727	997.959	179.369	-139.616	3.770.948

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	89.005	52.618
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	87.446	52.618
7.01.02	Outras Receitas	1.559	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-35.060	-12.624
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-34.053	-11.884
7.02.04	Outros	-1.007	-740
7.03	Valor Adicionado Bruto	53.945	39.994
7.04	Retenções	-4.095	-2.236
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.095	-2.236
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	49.850	37.758
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	504.396	306.818
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	404.899	195.892
7.06.02	Receitas Financeiras	99.497	110.926
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	554.246	344.576
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	554.246	344.576
7.08.01	Pessoal	30.539	22.553
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.172	17.314
7.08.01.02	Benefícios	6.355	4.040
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.012	1.199
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	23.758	14.565
7.08.02.01	Federais	21.318	13.858
7.08.02.03	Municipais	2.440	707
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	267.745	128.089
7.08.03.01	Juros	267.077	127.890
7.08.03.02	Aluguéis	668	199
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	232.204	179.369
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	232.204	179.369

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	23.670.284	22.048.356
1.01	Ativo Circulante	8.070.438	7.098.724
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.173.673	921.481
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.870.096	1.758.953
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.859.571	1.749.224
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.859.571	1.749.224
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	10.525	9.729
1.01.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	10.525	9.729
1.01.03	Contas a Receber	2.421.140	2.246.232
1.01.03.01	Clientes	2.421.140	2.246.232
1.01.04	Estoques	59.282	57.039
1.01.06	Tributos a Recuperar	673.853	575.826
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	673.853	575.826
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.872.394	1.539.193
1.01.08.03	Outros	1.872.394	1.539.193
1.01.08.03.01	Títulos de crédito a receber	22.449	19.940
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	48.558	87.782
1.01.08.03.03	Ativos financeiros setoriais	1.143.541	729.368
1.01.08.03.06	Outros créditos	657.846	702.103
1.02	Ativo Não Circulante	15.599.846	14.949.632
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.212.900	7.578.638
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	119.772	137.837
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o vencimento	119.772	137.837
1.02.01.04	Contas a Receber	543.073	472.789
1.02.01.04.01	Clientes	543.073	472.789
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.550.055	6.968.012
1.02.01.10.03	Títulos de Créditos a receber	19.744	23.906
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	258.230	223.424
1.02.01.10.05	Créditos Tributários	1.409.277	1.400.036
1.02.01.10.06	Depósitos e cauções vinculados	265.110	249.138
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	321.865	90.635
1.02.01.10.08	Contas a receber da concessão	4.820.193	4.420.666
1.02.01.10.09	Ativos financeiros setoriais	294.529	384.656
1.02.01.10.10	Outros créditos	161.107	175.551
1.02.02	Investimentos	49.292	49.177
1.02.02.01	Participações Societárias	49.292	49.177
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	49.292	49.177
1.02.03	Imobilizado	173.144	178.136
1.02.04	Intangível	7.164.510	7.143.681

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	23.670.284	22.048.356
2.01	Passivo Circulante	6.197.064	5.745.441
2.01.02	Fornecedores	1.620.263	1.418.407
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.723.583	1.935.635
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.173.760	1.609.488
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	681.598	773.883
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	492.162	835.605
2.01.04.02	Debêntures	549.823	326.147
2.01.05	Outras Obrigações	2.853.218	2.391.399
2.01.05.02	Outros	2.853.218	2.391.399
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.787	100.832
2.01.05.02.04	Parcelamento de impostos	17.409	10.157
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	102.417	84.202
2.01.05.02.07	Contribuição de iluminação publica	66.630	63.327
2.01.05.02.08	Benefícios pós emprego	47.604	46.583
2.01.05.02.09	Encargos de dívidas	107.997	64.008
2.01.05.02.10	Encargos setoriais	227.659	289.867
2.01.05.02.11	Impostos e Contribuições Sociais	473.769	496.763
2.01.05.02.12	Passivos financeiros setoriais	818.889	714.923
2.01.05.02.13	Taxas regulamentares	58.635	58.635
2.01.05.02.16	Incorporação de redes	64.924	111.053
2.01.05.02.18	Instrumentos financeiros derivativos	640.413	63.568
2.01.05.02.19	Outros passivos	221.085	287.481
2.02	Passivo Não Circulante	13.132.007	11.518.393
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.019.549	6.954.918
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.852.420	3.924.448
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.753.371	3.514.680
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.099.049	409.768
2.02.01.02	Debêntures	4.167.129	3.030.470
2.02.02	Outras Obrigações	2.113.704	2.686.769
2.02.02.02	Outros	2.113.704	2.686.769
2.02.02.02.03	Fornecedores	37.275	95.767
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	259.400	709.016
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições sociais	263.953	215.466
2.02.02.02.06	Parcelamentos de impostos	50.327	61.706
2.02.02.02.07	Benefícios pós emprego	437.012	414.483
2.02.02.02.08	Provisão para Riscos, Trabalhistas, Civeis e Fiscais	457.822	486.111
2.02.02.02.09	Taxas regulamentares	9.571	38.282
2.02.02.02.11	Passivos financeiros setoriais	220.914	314.140
2.02.02.02.13	Encargos setoriais	195.976	181.948
2.02.02.02.14	Incorporação de redes	98.917	98.917
2.02.02.02.15	Outros passivos	82.537	70.933
2.02.03	Tributos Diferidos	1.998.754	1.876.706
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.998.754	1.876.706
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.341.213	4.784.522
2.03.01	Capital Social Realizado	2.795.963	2.795.963

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.02	Reservas de Capital	-50.805	-144.558
2.03.02.07	Custo com emissão de ações	-66.473	-65.723
2.03.02.08	Outros reservas	15.668	-78.835
2.03.04	Reservas de Lucros	1.286.719	1.370.833
2.03.04.01	Reserva Legal	149.420	149.420
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.137.299	1.137.299
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	84.114
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	232.204	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-178.785	-178.785
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	255.917	941.069

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.886.591	7.558.646	3.084.367	6.146.358
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.352.093	-6.379.082	-2.697.642	-5.297.902
3.02.01	Energia elétrica comprada p/revenda	-2.064.133	-4.011.197	-1.619.222	-3.249.149
3.02.02	Encargos uso sistema transm.e distribuição	-278.790	-536.234	-107.866	-245.249
3.02.03	Pessoal e administradores	-239.237	-440.995	-196.132	-385.418
3.02.04	Entidade de previdencia privada	-7.221	-14.399	-8.362	-17.149
3.02.05	Material	-32.385	-63.294	-30.095	-56.773
3.02.06	Serviços terceiros	-123.653	-238.252	-120.592	-222.770
3.02.07	Depreciação e amortização	-176.546	-369.465	-160.477	-324.770
3.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	11.304	17.236	-14.462	-28.422
3.02.09	Custo de construção	-404.546	-640.125	-385.041	-672.977
3.02.11	Provisão p/ crédito liquidação duvidosa	-24.623	-55.483	-36.446	-64.079
3.02.13	Outras	-12.263	-26.874	-18.947	-31.146
3.03	Resultado Bruto	534.498	1.179.564	386.725	848.456
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-142.458	-281.744	-164.668	-284.553
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-107.068	-223.987	-137.364	-272.291
3.04.02.01	Pessoal	-28.310	-51.191	-25.344	-50.859
3.04.02.02	Entidade de previdencia privada	-7.704	-19.011	-10.314	-21.016
3.04.02.03	Material	-6.253	-11.693	-4.255	-9.024
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-25.806	-58.048	-35.185	-72.340
3.04.02.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	13.067	17.419	-9.484	-10.827
3.04.02.06	Depreciação e amortização	-23.617	-47.307	-24.326	-49.156
3.04.02.07	Outras	-28.445	-54.156	-28.456	-59.069
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.029	24.817	14.339	56.485
3.04.04.01	Outros	12.029	24.817	14.339	56.485
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-47.419	-82.574	-41.643	-68.747
3.04.05.01	Outras	-47.419	-82.574	-41.643	-68.747
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	392.040	897.820	222.057	563.903

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.06	Resultado Financeiro	-210.520	-480.679	-140.982	-292.971
3.06.01	Receitas Financeiras	101.775	215.819	140.300	295.796
3.06.01.01	Receitas de aplicação financeira	30.530	68.188	60.997	137.307
3.06.01.02	Varição monetária e acresc.moratorio de energia	60.744	121.627	64.441	110.517
3.06.01.04	Juros recebidos/selic	0	0	5.372	12.128
3.06.01.05	Atualização depósito judicial	0	0	1.971	5.156
3.06.01.07	Ajuste a valor presente	0	0	11.489	15.448
3.06.01.08	Atualização de ativo financeiro setorial	7.161	18.935	9.883	14.899
3.06.01.09	Tributos sobre receitas financeiras	-7.059	-16.094	-8.566	-19.691
3.06.01.10	Outras receitas	10.399	23.163	-5.287	20.032
3.06.02	Despesas Financeiras	-312.295	-696.498	-281.282	-588.767
3.06.02.01	Encargos dívidas - juros	-167.072	-327.783	-146.228	-302.609
3.06.02.02	Encargos dividas - var monetaria e cambial	-366.729	-427.829	-128.409	-120.175
3.06.02.03	(-) Transferência p/ordens em curso	-8.700	-7.969	1.244	2.399
3.06.02.04	Ajuste valor presente de ativos	-1.295	3.505	0	0
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	-51.252	-173.203	-10.591	2.163
3.06.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	326.482	336.920	53.092	-50.810
3.06.02.07	Atualização PEE e P&D	-2.880	200	-5.112	-10.944
3.06.02.08	Despesas bancárias	-3.149	-5.439	-2.956	-7.754
3.06.02.09	Juros/ multas	-101	-207	174	0
3.06.02.10	Atualização contingências	-3.533	-6.366	-3.644	-7.135
3.06.02.11	Marcação a mercado da dívida	25.689	50.494	-6.611	-7.611
3.06.02.12	Atualização de passivo financeiro setorial	-6.916	-36.163	-7.219	-30.712
3.06.02.13	Despesa de aval	-2.900	-5.800	-3.341	-5.625
3.06.02.14	Outras despesas financeiras	-49.939	-96.858	-21.681	-49.954
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	181.520	417.141	81.075	270.932
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-78.084	-171.408	-6.032	-65.035
3.08.01	Corrente	-3.735	-58.601	-12.829	-111.242

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.08.02	Diferido	-74.349	-112.807	6.797	46.207
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	103.436	245.733	75.043	205.897
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	103.436	245.733	75.043	205.897
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	101.164	232.204	59.612	179.369
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.272	13.529	15.431	26.528
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,05848	0,13424	0,03446	0,10369
3.99.01.02	PN	0,05848	0,13424	0,03446	0,10369
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,05848	0,13424	0,03446	0,10369
3.99.02.02	PN	0,05848	0,13424	0,03446	0,10369

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	103.436	245.733	75.043	205.897
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	103.436	245.733	75.043	205.897
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	101.164	232.204	59.612	179.369
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.272	13.529	15.431	26.528

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	537.861	995.051
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.211.328	1.094.616
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	245.733	205.897
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	171.408	65.035
6.01.01.03	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	751.888	299.362
6.01.01.04	Depreciação e amortização	416.772	373.926
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	55.483	64.079
6.01.01.06	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-34.655	39.249
6.01.01.07	Valor residual de ativos permanentes baixados	57.757	30.822
6.01.01.08	Marcação a mercado das dívidas	-50.494	7.611
6.01.01.09	Marcação a mercado de derivativos	173.203	-2.163
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	-336.920	50.810
6.01.01.11	Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-238.847	-21.452
6.01.01.12	(Ganho) na alienação da aeronave	0	-18.560
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-673.467	-99.565
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-223.798	-199.653
6.01.02.02	(Aumento) Diminuição de ativos financeiros setoriais	-305.111	169.227
6.01.02.03	(Aumento) de títulos e créditos a receber	-65.994	-2.532
6.01.02.04	(Aumento) de estoques	-3.211	-4.811
6.01.02.05	(Aumento) de impostos a recuperar	-132.833	-52.875
6.01.02.06	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-15.972	-43.306
6.01.02.08	Diminuição (Aumento) de outros créditos	4.168	-77.534
6.01.02.09	Aumento de fornecedores	165.079	67.629
6.01.02.11	Aumento de tributos e contribuições sociais	120.397	75.169
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-134.915	-105.861
6.01.02.14	Aumento de obrigações estimadas	18.215	14.718
6.01.02.16	(Diminuição) Aumento de passivos financeiros regulatórios	-44.346	52.015
6.01.02.17	(Diminuição)Aumento de outras contas a pagar	-55.146	8.249
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-593.950	-355.483
6.02.01	Aumento de outros investimentos	-115	0
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-8.281	-42.625
6.02.03	Aplicações no intangível	-607.307	-600.481
6.02.04	Aplicações em linhas de transmissão de energia	-50.899	0
6.02.05	Alienação de bens do imobilizado e intangível	97.542	44.199
6.02.06	Aplicação Financeira e recursos vinculadas	-24.890	243.424
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	308.281	-710.264
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	3.489.692	880.501
6.03.03	Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	-2.074.629	-989.456
6.03.04	Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	-217.391	-272.516
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	61.896	-28.601
6.03.06	Pagamento de dividendos	-185.549	-115.079
6.03.07	Pagamento de incorporação de redes	-100.507	-52.112
6.03.08	Parcelamento de encargos setoriais	-31.300	-36.569
6.03.09	Pagamento parcelamento de fornecedores	-62.386	-90.825

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.03.10	Aquisição de participação adicional de não controladores	-567.418	0
6.03.12	Parcelamento de impostos	-4.127	-5.607
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	252.192	-70.696
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	921.481	797.200
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.173.673	726.504

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453	941.069	4.784.522
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.795.963	-144.558	1.370.833	0	-178.785	3.843.453	941.069	4.784.522
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	93.753	-84.114	0	0	9.639	-698.681	-689.042
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	130.782	0	0	0	130.782	-677.227	-546.445
5.04.06	Dividendos	0	0	-84.114	0	0	-84.114	-21.439	-105.553
5.04.09	Outras transações - PUT reflexa	0	-37.029	0	0	0	-37.029	-15	-37.044
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	232.204	0	232.204	13.529	245.733
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	232.204	0	232.204	13.529	245.733
5.07	Saldos Finais	2.795.963	-50.805	1.286.719	232.204	-178.785	4.085.296	255.917	4.341.213

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.795.963	-59.602	1.085.122	0	-139.616	3.681.867	0	3.681.867
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	1.091.174	1.091.174
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.795.963	-59.602	1.085.122	0	-139.616	3.681.867	1.091.174	4.773.041
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.616	-87.163	0	0	-88.779	-21.741	-110.520
5.04.08	Dividendos 2016	0	0	-87.163	0	0	-87.163	-21.740	-108.903
5.04.10	Transações de capital - instrumento financeiro MTM - reflexo	0	-1.616	0	0	0	-1.616	-1	-1.617
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-1.509	0	179.369	0	177.860	26.326	204.186
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	179.369	0	179.369	26.528	205.897
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-1.509	0	0	0	-1.509	-202	-1.711
5.05.02.06	Ganho/perda com investimentos	0	-1.509	0	0	0	-1.509	-202	-1.711
5.07	Saldos Finais	2.795.963	-62.727	997.959	179.369	-139.616	3.770.948	1.095.759	4.866.707

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	11.090.160	9.378.615
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	10.484.453	8.710.833
7.01.02	Outras Receitas	24.817	56.485
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	636.373	675.376
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-55.483	-64.079
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.040.369	-4.935.339
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.910.655	-3.793.538
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-476.584	-493.918
7.02.04	Outros	-653.130	-647.883
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.049.791	4.443.276
7.04	Retenções	-416.772	-373.926
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-416.772	-373.926
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.633.019	4.069.350
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	231.913	315.487
7.06.02	Receitas Financeiras	231.913	315.487
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.864.932	4.384.837
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.864.932	4.384.837
7.08.01	Pessoal	456.826	405.460
7.08.01.01	Remuneração Direta	282.690	268.314
7.08.01.02	Benefícios	144.442	106.740
7.08.01.03	F.G.T.S.	29.694	30.406
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.463.939	3.173.612
7.08.02.01	Federais	1.615.852	1.436.134
7.08.02.02	Estaduais	1.837.840	1.728.189
7.08.02.03	Municipais	10.247	9.289
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	698.434	599.868
7.08.03.01	Juros	688.529	591.166
7.08.03.02	Aluguéis	9.905	8.702
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	245.733	205.897
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	232.204	179.369
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	13.529	26.528

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho - Resultados do 2º trimestre de 2018

Cataguases, 8 de agosto de 2018 - A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”) apresenta os resultados do segundo trimestre (2T18) e dos primeiros seis meses de 2018 (6M18), de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

1 Destaques

EBITDA Ajustado totaliza R\$ 652,9 milhões e lucro líquido cresce 37,9% no trimestre

- ✓ **Consumo de energia** (cativo + livre) no 2T18 cresceu 2,5% em relação ao 2T17, acumulando em 6M18 aumento de 3,0%, acima da média Brasil de 1,3% no mesmo período (vide item 2);
- ✓ **EBITDA Ajustado** consolidado totalizou R\$ 652,9 milhões no 2T18, crescimento de 38,6% em relação aos R\$ 471,2 milhões do 2T17. No acumulado em 6M18, atingiu R\$ 1.436,2 milhões, crescimento de 37,0% (vide item 3.4);
- ✓ **Lucro líquido consolidado** atingiu R\$ 103,4 milhões, contra R\$ 75,0 milhões no 2T17, aumento 37,9%. Em 6M18, totalizou R\$ 245,7 milhões, avanço de 19,3% em relação ao registrado em 6M17 (vide item 3.6);
- ✓ **Custos e despesas controláveis** consolidadas reduziram 4,9% (R\$ 26,6 milhões) no 2T18 em relação ao 2T17. Em 6M18, totalizaram R\$ 998,7 milhões, decréscimo de 2,9% (vide item 3.3);
- ✓ **Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais** totalizaram R\$ 3.774,8 milhões em junho de 2018, contra os R\$ 2.692,1 milhões registrados em março de 2018;
- ✓ **Dívida líquida** consolidada totalizou R\$ 8.362,7 milhões em junho de 2018, contra R\$ 8.141,1 milhões em março de 2018 e R\$ 7.202,0 milhões em dezembro de 2017. A relação dívida líquida por EBITDA Ajustado (12 meses encerrados em junho de 2018) caiu para 3,0 vezes, ante 3,2 vezes em março de 2018 (vide item 4.2);
- ✓ Distribuidoras da Energisa eleitas as melhores do país e pelo segundo ano consecutivo foram as que mais conquistaram troféus no Prêmio Abradee 2018 (vide item 8).

Descrição	2T18	2T17	Var. %	6M18	6M17	Var. %
Indicadores Financeiros - R\$ milhões						
Receita Operacional Bruta	5.715,3	4.693,4	+ 21,8	11.125,7	9.383,8	+ 18,6
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	3.478,4	2.699,4	+ 28,9	6.914,3	5.473,4	+ 26,3
Custos e despesas controláveis	511,5	538,1	- 4,9	998,7	1.028,9	- 2,9
EBITDA	592,2	406,8	+ 45,6	1.314,6	937,8	+ 40,2
EBITDA Ajustado	652,9	471,2	+ 38,6	1.436,2	1.048,3	+ 37,0
Lucro Líquido	103,4	75,0	+ 37,9	245,7	205,9	+ 19,3
Endividamento Líquido ⁽¹⁾	8.362,7	6.323,2	+ 32,3	8.362,7	6.323,2	+ 32,3
Investimentos	473,6	645,7	- 26,7	825,2	1.078,4	- 23,5
Indicadores Operacionais Consolidados						
Energia vendida mercado cativo faturado (GWh)	6.218,6	6.139,7	+ 1,3	12.558,4	12.384,5	+ 1,4
Mercado cativo + TUSD faturado (GWh)	7.497,1	7.312,8	+ 2,5	15.124,6	14.685,2	+ 3,0
Mercado cativo + TUSD + não faturado (GWh)	7.334,4	7.199,2	+ 1,9	14.972,5	14.591,4	+ 2,6
Número de Consumidores Totais	6.718.309	6.593.918	+ 1,9	6.718.309	6.593.918	+ 1,9
Número de Colaboradores Próprios	12.654	12.526	+ 1,0	12.654	12.526	+ 1,0
Força de Trabalho (colaboradores próprios + terceirizados) ⁽²⁾	16.205	16.032	+ 1,1	16.205	16.032	+ 1,1

⁽¹⁾ Inclui créditos setoriais (CDE, CCC, CVA). ⁽²⁾ Não incluem terceirizados em obras e excluem terceirizados das distribuidoras registrados como próprios nas empresas prestadoras de serviços.

Comentário do Desempenho

2 Perfil e estrutura societária

O Grupo Energisa completou 113 anos em 26 de fevereiro de 2018 e é o quinto maior grupo distribuidor de do país em consumo de energia, atendendo nesse segmento de atuação a aproximadamente 6,7 milhões de consumidores em nove estados brasileiros, o que representa 8,1% do total de consumidores do Brasil.

A Companhia controla, atualmente, nove distribuidoras localizadas nos Estados de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo e Paraná, que mantêm contratos de concessão que vencem entre 2020 e 2045, com uma área de concessão que atinge 1.632 mil Km², equivalentes a 19,2% do território nacional.

No Leilão de Transmissão Nº 002/2018 realizado em 28 de junho de 2018, a Energisa arrematou mais um lote (número 19) no Pará. Este projeto é continuidade do Lote número 26 do Leilão 005/2016, vencido pela Energisa em abril 2017, o que resultará em importantes sinergias construtivas, operacionais e de manutenção. Com essa nova aquisição, a Energisa passa a deter três projetos de transmissão, com 571 km de extensão.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO ENERGISA

9 concessões de distribuição de energia em todas as regiões do Brasil

788
municípios atendidos

6,7 milhões
de clientes

16,4 milhões
de pessoas atendidas
(7,9% do Brasil)

1.632 mil km²
total de área coberta
(19,2% do território brasileiro)

6 Empresas de serviços (MG, RJ e CE)

3 Empresas de transmissão (PA e GO)



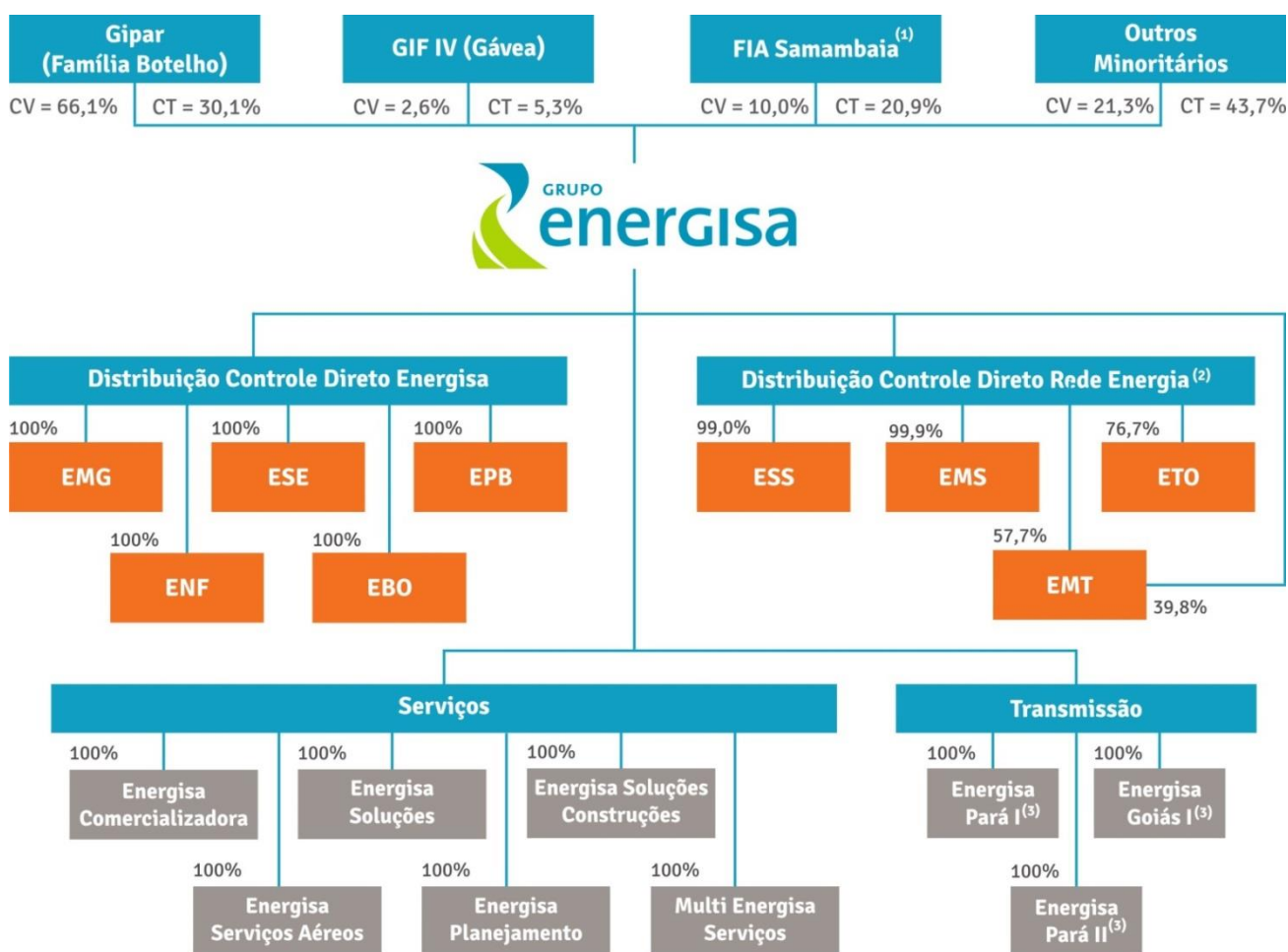
Comentário do Desempenho

Estrutura societária do Grupo Energisa

O controle acionário do Grupo Energisa é exercido pela Gipar S.A., cujo controlador é a Família Botelho. A Companhia tem ações negociadas na Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3), em São Paulo, sob os códigos ENGI3 (ações ordinárias), ENGI4 (ações preferenciais) e ENGI11 (Units, certificados compostos por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais). Faz parte do Nível 2 de Governança Corporativa da B3.

Em 8 de dezembro de 2017, a Energisa S.A. anunciou a oferta pública de ações para aquisição da participação acionária de minoritários na controlada indireta Energisa Mato Grosso (“EMT”). Após a realização do leilão de 16 de janeiro e das aquisições supervenientes, que se encerraram em 16 de abril de 2018, a Energisa, em conjunto com a controlada Rede Energia Participações, passou a deter, 97,49% (ante os 66,61% anteriores à oferta e 95,61% em 31 de março de 2018) do capital social total da EMT.

Em julho, o fundo de *private equity* GIF IV (Gávea), alienou dez milhões de *units*, correspondente a 2,89% do capital total, que foram pulverizados no mercado em pregão da B3. Antes da operação o fundo detinha 8,22% do capital total.



CV = Capital Votante | CT = Capital Total

(1) Posição acionária direta e indireta através de veículos de investimentos.

(2) A Energisa possui participação de 96,3% na Rede Energia.

(3) SPE's de transmissão (Leilões de Transmissão nº 5/2016 e nº 2/2018).

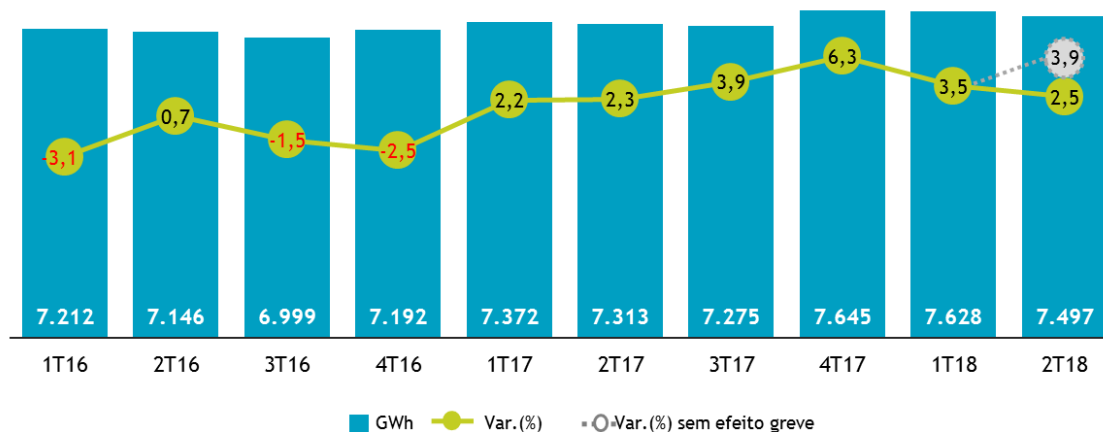
Comentário do Desempenho

3 Desempenho operacional

Mercado de energia

Mantendo a tendência de recuperação nas vendas, o consumo consolidado de energia elétrica no mercado cativo e livre (7.497,1 GWh) apresentou avanço de 2,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando o fornecimento não faturado, o volume se situa em 7.334,4 GWh, o que significa incremento de 1,9% na mesma base de comparação.

Evolução do Consumo (Cativo + Livre)



No trimestre, o efeito da paralisação dos caminhoneiros foi sentido no mês de junho (retração de 1,3% no consumo), visto que em abril e maio, o consumo consolidado no mercado cativo e livre registrou aumento de 4,8% e 4,0%, respectivamente. Sem esse efeito da greve, estima-se que o avanço no consumo seria de 3,9% no 2T18 e de 3,7% em 6M18.

Ainda assim, todas as classes registraram aumento nas vendas consolidadas de energia no trimestre. O consumo rural consolidado foi destaque, com aumento de 6,1%, favorecido por clientes do ramo de irrigação e estocagem de grãos. O consumo consolidado da classe industrial, com crescimento de 2,7%, foi influenciado, positivamente, pelo segmento alimentício, que representa aproximadamente 43% da classe. A classe residencial mostrou crescimento de 2,4%, favorecida pelo aumento de consumo nas concessões da EMS (+8,9%), ESS (+6,2%) e EMG (+5,6%).

Entre as distribuidoras, o maior crescimento do consumo de energia foi verificado na região Centro-Oeste, notadamente na concessão da EMS (+8,5%), influenciado pelo avanço do consumo das classes: rural (+13,8%), industrial (+11,6%) e residencial (+8,9%). Acompanhando esse desempenho positivo, o consumo também cresceu na área da ESS (+4,8%), ETO (+2,3%), ENF (+1,9%) e EMG (+1,8%). Por outro lado, o consumo na concessão da EBO foi o único que recuou (-1,3%), em decorrência, principalmente, pelo volume atípico de chuvas no trimestre.

As vendas de energia das distribuidoras do Grupo Energia seguem apresentando crescimento superior ao consumo de energia do Brasil. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo no país no 2T18 foi 2,2% superior em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Na comparação com período de 6 meses do ano passado, o crescimento médio do Brasil foi de 1,3%.

Energia elétrica total comercializada pelo Grupo Energia

Descrição (Valores em GWh)	2º Trimestre			1º Semestre		
	2T18	2T17	Var. %	6M18	6M17	Var. %
✓ Energia vendida mercado cativo faturado	6.218,6	6.139,7	+ 1,3	12.558,4	12.384,5	+ 1,4
✓ Transporte de energia clientes livres (TUSD)	1.278,5	1.173,1	+ 9,0	2.566,2	2.300,7	+ 11,5
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD faturado)	7.497,1	7.312,8	+ 2,5	15.124,6	14.685,2	+ 3,0
✓ Consumo não faturado	(162,7)	(113,6)	+ 43,2	(152,1)	(93,8)	+ 62,2
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD + não faturado)	7.334,4	7.199,2	+ 1,9	14.972,5	14.591,4	+ 2,6

Comentário do Desempenho

4 Desempenho financeiro

Lucro Líquido

No 2T18, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 103,4 milhões, contra R\$ 75,0 milhões registrados no 2T17, aumento de 37,9%. Além dos efeitos descritos no EBITDA, o lucro líquido consolidado foi influenciado pelos seguintes efeitos não recorrentes:

- (i) Reconhecimento de parcela adicional de VNR em relação as estimativas efetuadas pela Administração da Companhia para demonstrar o valor justo dos ativos, dada a homologação da base de remuneração regulatória da EMS em abril de 2018;

Em 6M18, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 245,7 milhões, contra R\$ 205,9 milhões registrados em 6M17, crescimento de 19,3%. Além dos efeitos descritos no EBITDA, o lucro líquido consolidado foi influenciado pelos seguintes efeitos não recorrentes:

- (i) Registro contábil do bônus de subscrição atrelado à 7ª emissão da Energisa S.A. no resultado financeiro do 1T18;
- (ii) Constituição de CVA na EMT e na EMS decorrentes da recontabilização de valores da CVA apurados durante o processo de revisão tarifária das distribuidoras (1T18);
- (iii) Reconhecimento de parcela adicional de VNR.

Excluindo os efeitos extraordinários acima mencionados, o lucro líquido no 2T18 seria de R\$ 100,8 milhões, 31,4% acima do registrado no 2T17. Em 6M18, excluindo os efeitos extraordinários, o lucro líquido seria de R\$ 229,7 milhões, 17,6% acima do registrado em 6M17.

Abaixo os efeitos não recorrentes, líquidos de impostos:

Descrição (R\$ mil)	2T18	2T17	Var. %	6M18	6M17	Var. %
(=) Lucro Líquido Consolidado	103,4	75,0	+ 37,9	245,7	205,9	+ 19,3
(+) Custos indenizatórios	5,1	5,0	+ 1,9	9,1	11,0	- 17,3
(+) Sobrecontratação de energia (2016 e 2017)	-	-3,3	-	-	-3,3	-
(+) Marcação a mercado das debêntures da 7ª emissão	-	-	-	107,4	-	-
(-) Recontabilização CVA (EMT e EMS)	-	-	-	40,0	-	-
(-) Reversão de provisão de ativo financeiro indenizável (EMT, EMS e ESE)	7,7	-	-	92,5	-	-
(-) Alienação aeronave (EMT)	-	-	-	-	18,3	-
(=) Lucro Líquido Consolidado (sem não recorrentes)	100,8	76,7	+ 31,4	229,7	195,3	+ 17,6

Comentário do Desempenho

A seguir, o lucro líquido consolidado da Energisa e das suas subsidiárias por segmento:

Lucro líquido Valores em R\$ milhões	2º Trimestre			1º semestre		
	2T18	2T17	Var. %	6M18	6M17	Var. %
Distribuição de energia elétrica	211,3	145,3	+ 45,4	548,6	359,9	+ 52,4
Energisa Minas Gerais	3,2	0,9	+ 255,6	15,2	13,4	+ 13,4
Energisa Nova Friburgo	0,3	(1,1)	-	3,5	(1,1)	-
Energisa Sergipe	9,0	21,3	- 57,7	37,0	40,1	- 7,7
Energisa Borborema	5,0	6,3	- 20,6	13,0	16,8	- 22,6
Energisa Paraíba	53,9	40,6	+ 32,8	131,3	94,2	+ 39,4
Energisa Mato Grosso	54,7	49,3	+ 11,0	179,8	87,3	+ 106,0
Energisa Mato Grosso do Sul	51,8	(1,0)	-	90,0	32,5	+ 176,9
Energisa Tocantins	11,4	24,6	- 53,7	29,9	30,8	- 2,9
Energisa Sul Sudeste	22,0	4,4	+ 400,0	48,9	45,9	+ 6,5
Comercialização, serviços, transmissão e outras	(4,4)	0,5	-	(5,6)	5,6	-
ECOM	(0,5)	1,4	-	(0,5)	4,7	-
ESOL Consolidada	(4,3)	(0,7)	+ 514,3	(5,6)	(1,3)	+ 330,8
Multi Energisa	(0,2)	0,2	-	1,4	2,0	- 30,0
EGO I	0,4	-	-	0,4	-	-
EPA I	1,5	-	-	1,5	-	-
Outras (*)	(1,3)	(0,4)	+ 225,0	(2,8)	0,2	-
Holdings (sem equivalências)	(60,9)	(30,2)	+ 101,7	(213,5)	(75,2)	+ 183,9
ESA Controladora	(39,5)	(2,4)	+ 1.545,8	(172,7)	(16,5)	+ 946,7
Rede Energia Controladora	(11,9)	(17,1)	- 30,4	(21,6)	(31,3)	- 31,0
Denerge	(9,3)	(12,2)	- 23,8	(19,1)	(27,1)	- 29,5
Demais holdings	(0,2)	1,5	-	(0,1)	(0,3)	- 66,7
Combinação de negócios - Ajustes "pro-forma"	(42,6)	(40,6)	+ 4,9	(83,8)	(84,4)	- 0,7
Energisa Consolidada	103,4	75,0	+ 37,9	245,7	205,9	+ 19,3

(*) Resultados da Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A e Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.

Conciliação lucro líquido e EBITDA e Reapresentações

Descrição (R\$ mil)	Trimestre			Semestre		
	2T18	2T17	Var. %	6M18	6M17	Var. %
(=) Lucro líquido consolidado	103,4	75,0	+ 37,9	245,7	205,9	+ 19,3
(-) Contribuição social e imposto de renda	(78,1)	(6,0)	+ 1.201,7	(171,4)	(65,0)	+ 163,7
(-) Resultado financeiro	(210,5)	(141,0)	+ 49,3	(480,7)	(293,0)	+ 64,1
(-) Depreciação e amortização	(200,2)	(184,8)	+ 8,3	(416,8)	(373,9)	+ 11,5
(=) EBITDA	592,2	406,8	+ 45,6	1.314,6	937,8	+ 40,2
(+) Receitas de acréscimos moratórios	60,7	64,4	- 5,7	121,6	110,5	+ 10,0
(=) EBITDA Ajustado	652,9	471,2	+ 38,6	1.436,2	1.048,3	+ 37,0
Margem EBITDA (%)	15,2	13,2	+ 2,0 p.p	17,4	15,3	+ 2,1 p.p
Margem EBITDA Ajustado (%)	16,8	15,3	+ 1,5 p.p	19,0	17,1	+ 1,9 p.p

Comentário do Desempenho

5 Investimentos

No 2T18, o total de investimentos nas áreas de concessão do grupo Energisa, totalizou R\$ 473,6 milhões, redução de 26,7% em relação aos R\$ 645,7 milhões investidos no mesmo período do ano passado. Os investimentos em ativos elétricos (excluindo os recursos provenientes das Obrigações Especiais) somaram R\$ 404,0 milhões, 85,3% do total. Destacaram-se no trimestre os investimentos em ativos elétricos nas concessionárias EMT (R\$ 155,6 milhões) e ETO (R\$ 74,1 milhões). Por sua vez, os investimentos provenientes de Obrigações Especiais atingiram R\$ 21,7 milhões (4,6% do total), dos quais R\$ 11,3 milhões foram realizados pela EMS e EMG. No acumulado em 6M18, os investimentos totalizaram R\$ 825,2 milhões, redução de 23,5% em relação ao valor investido em 6M17.

Os investimentos realizados, por subsidiária, no 2T18 e em 6M18 podem ser demonstrados assim:

Investimentos Trimestre Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	2T18	2T17	Var. %	2T18	2T17	Var. %	2T18	2T17	Var. %	2T18	2T17	Var. %
EMG	8,7	9,5	- 8,4	5,0	5,4	- 7,4	5,4	8,5	- 36,5	19,1	23,4	- 18,4
ENF	1,6	1,4	+ 14,3	0,1	0,4	- 75,0	0,4	0,1	+ 300,0	2,1	1,9	+ 10,5
ESE	13,7	25,7	- 46,7	2,4	3,2	- 25,0	2,6	1,7	+ 52,9	18,7	30,6	- 38,9
EBO	2,4	2,5	- 3,6	0,2	0,4	- 52,5	0,9	0,2	+ 350,0	3,5	3,1	+ 12,9
EPB	32,5	29,7	+ 9,4	(0,2)	4,0	-	6,7	1,9	+ 252,6	39,0	35,6	+ 9,6
EMT	155,6	163,5	- 4,8	3,1	90,3	- 96,6	9,0	2,7	+ 233,3	167,7	256,5	- 34,6
EMS	45,5	62,5	- 27,2	6,3	128,1	- 95,1	5,1	2,0	+ 155,0	56,9	192,6	- 70,5
ETO	74,1	41,2	+ 79,9	2,5	8,1	- 69,1	5,1	1,5	+ 240,0	81,7	50,8	+ 60,8
ESS	29,8	12,3	+ 142,3	2,3	15,9	- 85,5	3,5	8,1	- 56,8	35,6	36,3	- 1,9
Total Distribuidoras	363,9	348,3	+ 4,5	21,7	255,8	- 91,5	38,7	26,7	+ 44,9	424,3	630,8	- 32,7
Energisa Pará Transmissora	22,3	-	-	-	-	-	-	-	-	22,3	-	-
Energisa Goiás Transmissora	17,8	-	-	-	-	-	-	-	-	17,8	-	-
Energisa Soluções e Construções	-	-	-	-	-	-	4,4	8,8	- 50,0	4,4	8,8	- 50,0
Outras	-	-	-	-	-	-	4,8	6,1	- 21,3	4,8	6,1	- 21,3
Total	404,0	348,3	+ 16,0	21,7	255,8	- 91,5	47,9	41,6	+ 15,1	473,6	645,7	- 26,7

Investimentos 6 Meses Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	6M18	6M17	Var. %	6M18	6M17	Var. %	6M18	6M17	Var. %	6M18	6M17	Var. %
EMG	17,8	19,5	- 8,7	6,2	7,0	- 11,4	9,6	18,6	- 48,4	33,6	45,1	- 25,5
ENF	3,2	2,5	+ 28,0	0,3	0,7	- 57,1	0,5	0,4	+ 25,0	4,0	3,6	+ 11,1
ESE	25,0	45,4	- 44,9	9,2	5,9	+ 55,9	3,3	2,2	+ 50,0	37,5	53,5	- 29,9
EBO	5,2	5,6	- 7,1	1,0	0,5	+ 100,0	1,0	0,3	+ 233,3	7,2	6,4	+ 12,5
EPB	58,6	57,2	+ 2,4	3,2	8,5	- 62,4	8,1	2,9	+ 179,3	69,9	68,6	+ 1,9
EMT	204,6	260,2	- 21,4	73,9	106,9	- 30,9	11,2	6,7	+ 67,2	289,7	373,8	- 22,5
EMS	90,6	120,6	- 24,9	17,7	216,3	- 91,8	5,8	4,9	+ 18,4	114,1	341,8	- 66,6
ETO	140,7	70,6	+ 99,3	4,0	11,2	- 64,3	9,6	3,9	+ 146,2	154,3	85,7	+ 80,0
ESS	46,9	29,8	+ 57,4	4,9	20,0	- 75,5	4,4	9,8	- 55,1	56,2	59,6	- 5,7
Total Distribuidoras	592,6	611,4	- 3,1	120,4	377,0	- 68,1	53,5	49,7	+ 7,6	766,5	1.038,1	- 26,2
Energisa Pará Transmissora	25,3	-	-	0,0	-	-	0,0	-	-	25,3	-	-
Energisa Goiás Transmissora	21,4	-	-	0,0	-	-	0,0	-	-	21,4	-	-
Energisa Soluções e Construções	-	-	-	-	-	-	5,3	16,3	- 67,5	5,3	16,3	- 67,5
Outras	-	-	-	-	-	-	6,7	24,0	- 72,1	6,7	24,0	- 72,1
Total	639,3	611,4	+ 4,6	120,4	377,0	- 68,1	65,5	90,0	- 27,2	825,2	1.078,4	- 23,5

Obs.: As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Comentário do Desempenho

6 Mercado de capitais

Desempenho das ações

Negociadas na B3, as ações de maior liquidez da Energisa, ENGI11 - Units, (compostas de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais) apresentaram rentabilidade nominal de 9,0% no primeiro semestre de 2018 e encerraram o período cotadas a R\$ 29,25 por Unit. No mesmo período o principal índice da bolsa, o Ibovespa e o IEE, apresentaram queda de 4,8% e 2,9%, respectivamente. A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do semestre:

	Junho/18	Junho/17	Variação %
Indicadores de mercado			
Enterprise value (EV - R\$ milhões) ⁽¹⁾	18.482,2	14.584,9	+ 26,7
Valor de mercado no final do semestre (R\$ milhões)	10.119,5	8.261,7	+ 22,5
Volume médio diário negociado no semestre - Units (R\$ milhões)	31,5	18,5	+ 70,3
Cotação das ações			
ENGI11 (Unit) no fechamento no final do semestre (R\$/Unit)	29,25	23,88	+ 22,5
ENGI3 (ON) no fechamento no final do semestre (R\$/ação)	8,92	6,40	+ 39,4
ENGI4 (PN) no fechamento no final do semestre (R\$/ação)	5,12	4,30	+ 19,1
Indicadores relativos			
Dividend yield de ENGI11 (Units) - % ⁽²⁾	2,5	1,8	+ 38,9
Retorno total ao acionista detentor de Units (TSR) - Últimos 12 meses %	25,8	42,8	- 17,0 p.p
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido (vezes)	2,5	2,2	+ 13,6

(1) EV = Valor de mercado (R\$/Unit x quantidade de ações do capital social convertida em Unit) + dívida líquida consolidada; e

(2) Dividendos distribuídos nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units;

Antecipação de dividendos do exercício de 2018

O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou no dia 08/08/2018 de agosto, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados do exercício de 2018, no montante de R\$ 96,9 milhões, o que equivale a R\$ 0,28 por Unit ou R\$ 0,056 por ação ordinária ou preferencial. Esses dividendos serão pagos a partir de 04/09/2018 e farão jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações em 14/08/2018, respeitadas as negociações em Bolsa até essa data.

7 Energisa conquista maior número de troféus no Prêmio Abradee 2018 ESS, EBO, EMG e ENF eleitas as melhores distribuidoras do Brasil

As distribuidoras do Grupo Energisa foram os grandes destaques do Prêmio Abradee 2018 pelo segundo ano consecutivo, sendo quatro de suas empresas eleitas as melhores do país e diversos reconhecimentos em outras categorias do *benchmarking* setorial. A premiação foi entregue pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica em 19 de julho de 2018, com a Energisa reafirmando a sua liderança em cada uma das regiões que opera.

Entre as distribuidoras com menos de 500 mil consumidores, o troféu Nacional de melhor distribuidora do Brasil na categoria ficou com Energisa Borborema (EBO), Energisa Minas Gerais (EMG) e Energisa Nova Friburgo (ENF). A EBO também levou o prêmio de Melhor Gestão Operacional.

No segmento de concessionárias de maior porte (mais de 500 mil consumidores), o Grupo levou o prêmio Nacional (Melhor Distribuidora do Brasil), com a Energisa Sul-Sudeste, dois deles por região, com a Energisa Paraíba (Melhor do Nordeste e Melhor Gestão Econômico-Financeira), Energisa Mato Grosso (Melhor do Norte/Centro-Oeste) e Energisa Sul-Sudeste (Melhor Distribuidora do Sudeste e Melhor Gestão Operacional).

O Prêmio Abradee é um reconhecimento às distribuidoras com melhor avaliação nos quesitos qualidade, gestão operacional, gestão econômico-financeira, avaliação pelo cliente e responsabilidade socioambiental.

Comentário do Desempenho

8 Demonstração dos resultados consolidados

Demonstração de Resultados Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T18	2T17	Var. %	6M18	6M17	Var. %
Receita Bruta	5.715,3	4.693,4	+ 21,8	11.125,7	9.383,8	+ 18,6
Deduções	(1.828,7)	(1.609,0)	+ 13,7	(3.567,1)	(3.237,4)	+ 10,2
Receita Líquida	3.886,6	3.084,4	+ 26,0	7.558,6	6.146,4	+ 23,0
Receitas de construção	408,2	385,0	+ 6,0	644,3	673,0	- 4,3
Receita líquida, sem receitas de construção	3.478,4	2.699,4	+ 28,9	6.914,3	5.473,4	+ 26,3
Custos de construção	404,5	385,0	+ 5,1	640,1	-	-
Despesas Não Controláveis	(2.342,9)	(1.727,1)	+ 35,7	(4.547,4)	(3.494,3)	+ 30,1
Energia Comprada	(2.064,1)	(1.619,2)	+ 27,5	(4.011,2)	(3.249,1)	+ 23,5
Transporte de Potência Elétrica	(278,8)	(107,9)	+ 158,4	(536,2)	(245,2)	+ 118,7
Despesas Controláveis	(511,5)	(538,1)	- 4,9	(998,7)	(1.028,9)	- 2,9
PMSO	(511,3)	(477,8)	+ 7,0	(977,9)	(925,6)	+ 5,7
<i>Pessoal</i>	(267,5)	(221,5)	+ 20,8	(492,2)	(436,3)	+ 12,8
<i>Fundo de Pensão</i>	(14,9)	(18,7)	- 20,3	(33,4)	(38,2)	- 12,6
<i>Material</i>	(38,6)	(34,4)	+ 12,2	(75,0)	(65,8)	+ 14,0
<i>Serviços</i>	(149,5)	(155,8)	- 4,0	(296,3)	(295,1)	+ 0,4
<i>Outros</i>	(40,8)	(47,4)	- 13,9	(81,0)	(90,2)	- 10,2
Provisões/Reversões	(0,2)	(60,3)	- 99,7	(20,8)	(103,3)	- 79,9
<i>Provisão para Contingências</i>	24,4	(23,9)	-	34,7	(39,2)	-
<i>Provisão para Devedores Duvidosos</i>	(24,6)	(36,4)	- 32,4	(55,5)	(64,1)	- 13,4
Depreciação e Amortização	(200,2)	(184,8)	+ 8,3	(416,8)	(373,9)	+ 11,5
Outras Receitas/Despesas	(35,4)	(27,3)	+ 29,7	(57,8)	(12,3)	+ 369,9
EBITDA	592,2	406,8	+ 45,6	1.314,6	937,8	+ 40,2
Resultado Financeiro	(210,5)	(141,0)	+ 49,3	(480,7)	(293,0)	+ 64,1
<i>Receita Financeira</i>	101,8	140,3	- 27,4	215,8	295,7	- 27,0
<i>Despesa Financeira</i>	(312,3)	(281,3)	+ 11,0	(696,5)	(588,7)	+ 18,3
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultados antes dos tributos	181,5	81,1	+ 123,8	417,1	270,9	+ 54,0
Tributos	(78,1)	(6,1)	+ 1.180,3	(171,4)	(65,0)	+ 163,7
Resultado Líquido	103,4	75,0	+ 37,9	245,7	205,9	+ 19,3
Atribuído aos acionistas controladores	101,1	59,6	+ 69,6	232,2	179,4	+ 29,4
Atribuído aos acionistas não controladores	2,3	15,4	- 85,1	13,5	26,5	- 49,1
EBITDA Ajustado	652,9	471,2	+ 38,6	1.436,2	1.048,3	+ 37,0

Nota: EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

9 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total auditores Ernst & Young Auditores Independentes S.S. pela revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas no primeiro semestre de 2018 foi de R\$ 2,5 milhões. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Energisa S/A

Notas explicativas às informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objetivo social principal é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras de energia elétrica e demais controladas.

A Energisa possui indiretamente o direito de explorar concessões e/ou autorizações de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuidoras de energia elétrica	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“EMG”)	Minas Gerais	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (“ENF”)	Nova Friburgo	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	São Paulo	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”)	Palmas	28/06/1999	30/01/2020
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A (“ESE”)	Aracaju	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”)	Cuiabá	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“EBO”)	Campina Grande	04/02/2000	04/02/2030
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“EPB”)	João Pessoa	21/03/2001	21/03/2031

Transmissão de energia elétrica (Pré-operacionais)	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
LT 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, CD e ampliação da SE Rio Verde Norte	Goiás	11/08/2017	11/08/2047
LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia C1 e C2, CD e SE 230/138 kV Santana do Araguaia	Pará	11/08/2017	11/08/2047
LT 500 kV Serra Pelada - Integradora Sossego, CD; LT 230 kV Integradora Sossego - Xinguara II, C2; SE 500/138 kV Serra Pelada; e SE 500/230 kV Integradora Sossego.	Pará	(*)	(*)

(*) A assinatura do contrato está prevista para o dia 21/09/2018.

Geração (projetos)	Usina	Localidade	Data da outorga de autorização	Data de vencimento da outorga
Complexo Parque Eólico Sobradinho:				
EOL Alecrim	Eólica	Bahia	01/09/2015	01/09/2050
EOL Umbuzeiro Muquim	Eólica	Bahia	01/09/2015	01/09/2050
EOL Mandacaru	Eólica	Bahia	01/09/2015	01/09/2050
EOL Boa Esperança	Eólica	Bahia	01/09/2015	01/09/2050

Comercializadora de energia elétrica	Localidade	Data de autorização
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (“ECOM”)	Rio de Janeiro	21/03/2006

Notas Explicativas

Outros Serviços	Natureza
Energisa Soluções S/A (“ESOL”)	Operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.
Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”)	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, tele atendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”)	Serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

As controladas EMG, ENF, ESS^(*), tiveram seus contratos de concessões vencidos em 07 de julho de 2015 para os quais foram assinados em dezembro de 2015 termos aditivos aos contratos de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. Os aditivos foram formalizados de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

^(*) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB e EDEVP, incorporadas em 30 de junho de 2017 pela ESS.

O novo aditivo exigiu das controladas atendimento aos seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com os novos aditivos que prorrogaram o prazo de concessão das controladas até 2045, o direito de imobilização a receber registrado como ativo financeiro até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, para ser amortizado ao longo da vida, limitado ao novo prazo de concessão.

Para o período findo em 30 de junho de 2018, as controladas atingiram seus indicadores.

Os contratos de concessão (distribuição, geração e transmissão), contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações das concessionárias, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

Distribuição de energia elétrica:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

Notas Explicativas

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 11, 12, 16, 19 e 30, respectivamente.

Geração de energia elétrica:

A Energisa possui projetos de instalação de parque eólico, localizado no Estado da Bahia, uma pequena central de geração de energia hidrelétrica em Nova Friburgo (RJ) e Minas Gerais (MG), além de projetos de geração solar.

Além desses projetos, a controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 1 usina termelétrica, com a respectiva subestação associada, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 1 usina termelétrica para atendimento de sistemas isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica. Desta forma, a administração da controlada EMT considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação dos ativos da concessão em ativo financeiro e ativo intangível.

As obrigações previstas nas autorizações/concessões da ANEEL para exploração da geração de energia são como segue:

I - Operar Usina termelétrica;

II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;

III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;

IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;

V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da PCH, do projeto Eólico e Solar em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração do ativo de geração;

VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas; e

VII - Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário.

Transmissão de energia elétrica:

A Energisa foi vencedora de três lotes de Leilões de Transmissão promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em abril de 2017, no Leilão de Transmissão nº 005/2016, foram adquiridas as concessões referentes aos lotes 3 e 26, para a construção e operação de Linhas de Transmissão nos estados de Goiás e do Pará, respectivamente. Já em 28 de junho de 2018, no Leilão de Transmissão nº

Notas Explicativas

02/2018, foi adquirida concessão para a construção e operação de mais uma Linha de Transmissão, referente ao Lote 19 do referido Leilão, também no estado do Pará, passando a apresentar um investimento estimado da ordem de R\$1.104.881.

O prazo para entrada em operação comercial da linha em Goiás é agosto de 2021 e das linhas do estado do Pará, em fevereiro de 2022 e março de 2023, respectivamente de forma que já foram protocolados os estudos necessários juntos aos órgãos competentes dos Estados referente ao licenciamento e contratação de todas as obras para a operação dos empreendimentos buscando antecipar os prazos.

Lote 3 - Leilão nº 005/201, composto por instalações que ficam no estado de Goiás, incluindo a linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte. Os investimentos previstos no empreendimento somam R\$295.294 e o prazo para a realização das obras é de 48 meses. A linha fica próxima ao Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde ficam duas das empresas do Grupo Energisa.

Lote 26 - Leilão nº 005/2016, ficará no estado do Pará, em uma área localizada quase na divisa com Tocantins e Mato Grosso. O lote consiste em Linha de Transmissão 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia. Os investimentos previstos montam em R\$329.791 e o prazo para a realização das obras é de 54 meses. Esta obra é importante para concluir os reforços da região do Baixo Araguaia do Mato Grosso, que é a fronteira agrícola mais dinâmica do Estado.

Lote 19 - Leilão nº 002/2018, ficará no estado do Pará, em uma área localizada quase na divisa com Tocantins e Mato Grosso. O lote consiste em Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego. Os investimentos previstos montam em R\$479.796 e o prazo para a realização das obras é de até 54 meses. Esta obra é importante para concluir os reforços da região do Baixo Araguaia do Mato Grosso, que é a fronteira agrícola mais dinâmica do Estado.

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, a proposição de soluções integradas com objetivos de racionalizar custos são realizados através da controlada Energisa Comercializadora de Energia Ltda (“ECOM”), que também participa no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Serviços:

A Energisa, através de suas controladas direta e indireta Energisa Soluções S/A (“ESOL”) e Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”), presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques eólicos. A controlada Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”) presta serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

Recuperação judicial de controladas

Em 26 de novembro de 2012 as controladas Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicaram fato relevante informando que ajuizaram pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período de dois anos previsto no artigo 61, da Lei 11.101/2005. Contra esta decisão alguns credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação em decisão datada de 11/10/2016. Na sequência, um dos credores

Notas Explicativas

interpôs Apelação contra a decisão de encerramento, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Apesar de pendente o julgamento desta Apelação, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais.

A posição em 30 de junho de 2018 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial é a seguinte:

Descrição	Rede Energia	Denerge	CTCE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	155.357	261.574	47.751	464.682
(+) Atualização (1)	11.481	29.941	3.485	44.907
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	17.857	2.821	3.992	24.670
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (3)	(4.456)	(21.885)	(961)	(27.302)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	180.239	272.451	54.267	506.957
(+) Atualização (1)	5.691	14.625	1.750	22.066
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	7.989	3.307	2.358	13.654
Saldos em 30 de junho de 2018	193.919	290.383	58.375	542.677

- (1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da REDE, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado do período/exercício.
- (2) Ajustes a Valor Presente: refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas REDE, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.
- (3) Os pagamentos previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014. Durante o período de 01 de janeiro de 2017 a 30 de junho de 2018, foram liquidados diretamente pela Energisa cerca R\$27.302 (R\$4.456 dívida da controlada Rede Energia, R\$21.885 dívida da controlada Denerge S/A e R\$961 dívida da controlada indireta CTCE).

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 08 de agosto de 2018 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017”), publicadas na imprensa oficial em 20 de março de 2018, com exceção às novas políticas contábeis estabelecidas pelo CPCs 47 - Receita de Contratos com Clientes e 48 - Instrumentos Financeiros, aprovados pela CVM através das Deliberações n 762 e 763/2016. Os CPCs 47 e 48 entraram em vigência a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que a Companhia os adotou utilizando o método retrospectivo modificado onde os principais impactos estão apresentados nas notas explicativas 30 e 33, respectivamente.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - Internacional Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

4. Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		30/06/2018	31/12/2017
Controladas diretas			
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (2)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (2)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (2)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Soluções S/A (ESO) (3)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	58,26	58,26
Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A (1)	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro -Muquim S/A (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração de Energia S/A	Holding de instituição não financeira	100	100
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Denerge Desenvolvimento Energético S/A (4)	Holding	99,97	99,97
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (1)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Góias Transmissora de Energia I S/A (1)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Empreendimentos de Energia II S/A (1)	Serviços	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A (1)	Transmissão de energia	100	100
Controladas indiretas			
Empresa Energética Vale Paranapanema S/A - EEVP	Holding	99,96	99,99
Rede Energia Participações S.A (2)	Holding	96,26	96,28
Rede Power do Brasil S/A	Holding	96,26	96,18
QMRA Participações S/A	Holding	96,26	96,18
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (2)	Distribuição de energia	55,51	66,60
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A (2) (6)	Distribuição de energia	96,19	99,93
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	73,80	76,67
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	96,26	99,9
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A	Serviços	-	100
Energisa Sul - Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (5)	Distribuição de energia	95,28	98,99
Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100

(1) Em fase pré-operacional.

Notas Explicativas

- (2) Companhias Abertas.
- (3) Companhia que possui 99,99% de participação no capital da Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, constituída em novembro de 2013.
- (4) Empresa holding - detém o controle acionário das companhias EEVP e Rede Energia Participações S/A que por sua vez controla, EMT, EMS, ETO, ESS, Multi Energisa Serviços S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A, Rede Power do Brasil S/A e QMRA Participações S/A.
- (5) Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 2017, foi aprovada as incorporações societárias pela Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S.A, da EBB, EDEVP, CNEE e CFLO.
- (6) A Rede Power do Brasil S/A é controlada pela Rede Energia Participações S.A. e possui 35,92% de participação na EMS.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- 1) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- 2) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- 3) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5. Informações por segmento - consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras intermediárias individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, geração, transmissão, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	30/06/2018					
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	7.053.078	169	50.550	440.787	14.062	7.558.646
Receitas Intersegmentos	8.116	-	-	-	136.084	144.200
Total	7.061.194	169	50.550	440.787	150.146	7.702.846
Receitas Financeiras	204.221	3	-	1.032	101.131	306.387
Despesas Financeiras	(462.490)	(4)	(19)	(2.721)	(321.832)	(787.066)
Total	(258.269)	(1)	(19)	(1.689)	(220.701)	(480.679)
Depreciação e amortização	398.231	25	7	18	18.491	416.772
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	652.551	(129)	3.005	(636)	(237.650)	417.141

Notas Explicativas

	30/06/2017				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	5.815.831	158	305.357	25.012	6.146.358
Receitas Intersegmentos	-	-	-	107.290	107.290
Total	5.815.831	158	305.357	132.302	6.253.648
Receitas Financeiras	252.313	4	1.427	123.794	377.538
Despesas Financeiras	(459.358)	(10)	(2.189)	(208.952)	(670.509)
Total	(207.045)	(6)	(762)	(85.158)	(292.971)
Depreciação e amortização	357.377	16	14	16.519	373.926
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	359.502	(91)	7.077	(95.556)	270.932

	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	30/06/2018	31/12/2017
Ativos dos segmentos divulgáveis	20.429.759	5.516	72.628	158.328	4.540.594	25.206.825	23.393.801
Ativo circulante	6.214.926	452	2.322	151.096	1.998.667	8.367.463	7.213.366
Ativo não circulante	14.214.833	5.064	70.306	7.232	2.541.927	16.839.362	16.180.435
Passivos dos segmentos divulgáveis	14.043.401	85	6.604	140.985	6.674.537	20.865.612	18.609.279
Passivo circulante	5.006.342	78	1.369	135.705	1.350.600	6.494.094	5.860.077
Passivo não circulante	9.037.059	7	5.235	5.280	5.323.937	14.371.518	12.749.202

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Receita				
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	3.953.268	7.702.846	3.147.795	6.253.648
Eliminação de receitas intersegmentos	(66.677)	(144.200)	(63.428)	(107.290)
Receita líquida consolidada	3.886.591	7.558.646	3.084.367	6.146.358
Depreciação e amortização				
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	200.163	416.772	184.803	373.926
Depreciação e amortização consolidada	200.163	416.772	184.803	373.926
Receita financeira				
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	143.288	306.387	181.916	377.538
Eliminação de receitas intersegmentos	(41.513)	(90.568)	(41.616)	(81.742)
Receita financeira consolidada	101.775	215.819	140.300	295.796
Despesa financeira				
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(353.808)	(787.066)	(322.898)	(670.509)
Eliminação de despesa intersegmentos	41.513	90.568	41.616	81.742
Despesa financeira consolidada	(312.295)	(696.498)	(281.282)	(588.767)
Lucros				
Total de lucros dos segmentos divulgáveis	181.520	417.141	81.075	270.932
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	181.520	417.141	81.075	270.932

Notas Explicativas

	30/06/2018	31/12/2017
Ativo		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	25.206.825	23.393.801
Outros valores não alocados	(1.536.541)	(1.345.338)
Total Ativo consolidado	23.670.284	22.048.463
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	20.865.612	18.609.279
Outros valores não alocados	(1.536.541)	(1.345.445)
Total passivo consolidado	19.329.071	17.263.834

6. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1. Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

A carteira de aplicações financeiras é constituída por CDBs, Operações Compromissadas e Debêntures. A rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de junho de 2018 equivale a 100,1% do CDI (95,38 % do CDI em 31 de dezembro de 2017).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários à vista	1.140	522	122.187	87.119
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	916.565	133.884	1.051.486	834.362
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	396.202	914	423.899	63.800
Compromissada	520.363	132.970	627.587	770.562
Total de caixa e equivalentes de caixa - Circulante	917.705	134.406	1.173.673	921.481

6.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2018 equivale a 101,1% do CDI (107,89% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	1.866.724	1.910.911	1.979.343	1.887.061
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	13.288	16.263	31.860	24.498
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) ⁽¹⁾	-	-	6.458	10.041
Compromissada ⁽²⁾	10	28	23.142	14.599
Debêntures ⁽³⁾	1.278.493	1.479.608	-	229.708
Fundos de Investimentos ⁽⁴⁾	166.372	104.123	630.469	571.385
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽⁵⁾	389.253	291.581	1.182.820	915.693
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	7.378	6.201	15.736	15.238
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	2.637	2.301	5.622	5.656
Debêntures	-	66.358	-	163.054
Compromissadas	560	6.309	1.195	15.503
Títulos públicos	187	1.186	165.227	18.616
Fundo Multimercado	23.562	-	50.252	-
Fundo de Renda Fixa	272.742	95.233	581.704	234.003
Letra financeira do Tesouro (LFT)	9.051	31.411	87.087	101.452
Letra financeira (LF)	39.479	81.406	174.049	359.281
Letra financeira subordinada (LFS)	-	1.176	-	2.890
Letra Financeira (LTN)	6.657	-	28.242	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	27.000	-	73.706	-
Títulos CCBs ⁽⁶⁾	74.890	75.114	74.890	75.114
(-) Provisão para perdas com os títulos CCBs ⁽⁶⁾	(55.582)	(55.806)	(55.582)	(55.806)
Outros instrumentos	-	-	302	302
Fundos de Investimentos em direitos creditórios ⁽⁷⁾	-	-	84.984	101.527
2) Mantidas até o vencimento	-	-	10.525	9.729
Fundos de Investimentos em direitos creditórios ⁽⁷⁾	-	-	10.525	9.729
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁸⁾	1.866.724	1.910.911	1.989.868	1.896.790
Circulante	607.902	660.798	1.870.096	1.758.953
Não Circulante	1.258.822	1.250.113	119.772	137.837

⁽¹⁾ Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - São aplicações referentes aos recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e são remunerados de 99,0% a 100,0% e média ponderada 99,9% do CDI da controlada direta Energia Comercializadora S/A.

⁽²⁾ Operações compromissadas - (vinculadas a bloqueio judicial e compra de energia) São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 60,0% a 96,0% e média ponderada 60,1% do CDI e estão lastreadas em debêntures.

⁽³⁾ Debêntures (partes relacionadas) - (i) inclui debêntures que são títulos de créditos privados de emissão da controlada indireta EMT no montante de R\$229.708 em 31 de dezembro de 2017, liquidado em 16 de janeiro de 2018.

(ii) em 19 de julho de 2017 as controladas emitiram debêntures correspondentes a 2ª emissão, todas de 1ª e 2ª séries incentivadas emitidas em 19 de julho de 2017, com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1ª Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Série.

(iii) em 31 de outubro de 2017 as controladas emitiram debêntures em moeda corrente com vencimento em 15/08/2022 e remuneração de IPCA mais 4,4485% ao ano para a 1ª Série, com vencimento 15/08/2024 e remuneração de IPCA mais 4,7110% ao ano para a 2ª Série, com vencimento 15/08/2027 e remuneração de IPCA mais 5,1074% ao ano para a 3ª Série e com vencimento 15/08/2022 e remuneração de 107,75% do CDI para a 4ª Série.

Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas

A totalidade da emissão das debêntures adquiridas pela controladora Energisa, resultando em 30 de junho de 2018 no montante de R\$1.278.494 (R\$1.249.900 em 31 de dezembro de 2017), conforme segue:

Controladas	Emissão em 19/07/2017	Emissão em 31/10/2017	Total - 30/06/2018 (*)	Total - 31/12/2017 (*)
ESE	18.327	11.531	120.992	117.589
EMG	107.614	52.380	68.859	67.153
EMT	160.801	151.903	312.704	308.206
EPB	29.795	167.617	197.412	191.856
ESS	84.526	123.617	208.144	204.298
EMS	-	155.046	155.046	149.796
ETO	78.100	137.237	215.337	211.002
Total	479.163	799.331	1.278.494	1.249.900

(*) O montante de R\$1.278.494 (R\$1.249.900 em 31 de dezembro de 2017) foi eliminado no consolidado.

⁽⁴⁾ Fundos de Investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 49,4% a 117,7% e média ponderada de 109,5% do CDI;

⁽⁵⁾ Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDBs, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, Fundo Multimercado LFT, LFS, LF, LTN, NTN-B são remuneradas de 100,1% do CDI Fundo FI Energisa e 96,8% do CDI Fundo Zona da Mata;

⁽⁶⁾ Títulos CCB's - a Companhia detém títulos mobiliários emitidos ou por cujo pagamento é responsável empresa não ligada que requereu recuperação judicial. Como o Plano de Recuperação Judicial somente foi aprovado em abril de 2017, foi constituída provisão de desvalorização dos Créditos da ordem de R\$55.582 (R\$55.806 em 31 de dezembro de 2017). No período findo de 30 de junho de 2018 foram revertidas R\$207 da provisão correspondente ao recebimento de parte do valor, tendo sido contabilizados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do período;

⁽⁷⁾ Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa Centro Oeste - FIDC com vencimento em 01/10/2034 e Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa 2008 com vencimento em 29/12/2020, respectivamente; e

⁽⁸⁾ Inclui R\$13.323 (R\$16.340 em 31 de dezembro de 2017) na controladora e R\$218.594 (R\$194.770 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

Notas Explicativas

7. Clientes, consumidores e concessionárias

Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Controladora		Consolidado							Total	
			Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa ⁽⁷⁾		
	30/06/2018	31/12/2017	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		30/06/2018	31/12/2017
Valores correntes: ⁽¹⁾											
Residencial	-	-	266.292	14	312.753	37.022	12.662	4.591	(54.275)	579.059	564.936
Industrial	-	-	136.519	-	27.862	2.603	3.119	24.608	(24.608)	170.103	168.908
Comercial	-	-	216.303	-	75.007	9.277	8.144	12.570	(20.714)	300.587	299.762
Rural	-	-	84.705	-	41.170	9.270	3.586	1.297	(1.297)	138.731	125.111
Poder público	-	-	70.502	-	18.380	2.397	2.154	9.002	(9.002)	93.433	94.168
Iluminação pública	-	-	31.754	-	5.436	4.317	1.059	2.791	(2.791)	42.566	34.771
Serviço público	-	-	42.748	-	5.623	2.569	4.278	38.946	(38.946)	55.218	53.091
Serviço taxado	-	-	284	-	487	206	78	25	(25)	1.055	1.047
Fornecimento não faturado	-	-	493.733	-	-	-	-	-	-	493.733	478.111
Arrecadação Processo Classificação	-	-	63.892	-	-	-	-	-	-	63.892	71.711
Valores renegociados:											
Residencial	-	-	17.279	37.581	11.184	4.824	5.138	37.815	(58.925)	54.896	48.563
Industrial	-	-	5.571	12.216	2.666	1.119	3.123	16.666	(24.901)	16.460	18.104
Comercial	-	-	10.138	69.210	5.068	1.956	2.550	14.155	(25.633)	77.444	61.833
Rural	-	-	4.406	14.487	2.009	884	699	3.104	(7.652)	17.937	10.691
Poder público ⁽²⁾	-	-	14.501	230.609	4.658	2.099	249	46.145	(19.835)	278.426	289.591
Iluminação pública	-	-	1.994	17.841	184	131	-	276	(407)	20.019	22.623
Serviço público	-	-	515	3.541	98	36	27	330	(731)	3.816	6.098
Serviço taxado	-	-	24	63	18	11	3	-	-	119	115
(-) Ajuste valor Presente ⁽³⁾	-	-	(1.392)	(52.070)	-	-	-	-	-	(53.462)	(61.183)
Subtotal-clientes	-	-	1.459.768	333.492	512.603	78.721	46.869	212.321	(289.742)	2.354.032	2.288.051
Suprimento Energia - Moeda Nacional ⁽⁴⁾	-	-	217.322	-	-	-	-	34.589	(2.770)	249.141	122.456
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	3.701	-	-	-	-	-	-	3.701	3.786
Serviços Especializados ⁽⁸⁾	64.817	34.280	9.737	-	-	-	-	-	(2.406)	7.331	11.328
Redução do uso do sistema de distribuição ⁽⁵⁾	-	-	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Outros ⁽⁶⁾	-	-	119.766	818	72.206	13.363	14.862	137.666	(20.874)	337.807	281.199
Total	64.817	34.280	1.822.495	334.310	584.809	92.084	61.731	384.576	(315.792)	2.964.213	2.719.021
Circulante Não Circulante	64.817	34.280								2.421.140	2.246.232
	-	-								543.073	472.789

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 entre a controlada EMT, a Prefeitura Municipal de Cuiabá e com a

Notas Explicativas

Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica no montante de R\$86.592, líquido de juros, correção monetária e multas, que esta sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042). A controlada indireta EMT, reverteu no terceiro trimestre de 2016 toda provisão anteriormente constituída no mesmo montante e constituiu provisão para ajuste a valor presente sobre a dívida no montante de R\$13.228 em 31 de dezembro de 2017 contabilizado na demonstração de resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI 6,60% a.a.

A controlada Energisa SE celebrou em 19 de dezembro de 2017 acordo judicial com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), contas de energia elétrica referente ao período de janeiro/1994 a novembro/1997 no montante de R\$13.369 (valores históricos) vencidas a partir de dezembro/1997. O acordo prevê que a dívida ora renegociada é de R\$100.000, que serão recebidas em duas parcelas de igual valor com vencimentos em dezembro de 2019 e 2020. Sobre os valores incidirão juros com aplicação das variações da taxa Selic.

Em 30 de junho de 2018 o valor a receber referente a esse crédito monta em R\$101.138 (R\$101.138 em 31 de dezembro de 2017). Sobre esses créditos foi constituída provisão para ajuste a valor presente no montante de R\$15.933 (R\$19.527 em 31 de dezembro de 2017), contabilizado na demonstração de resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI + 2% ao ano. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

- (3) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 6,39% a.a. (6,99% a.a. em 31 de dezembro de 2017). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.
- (4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo de suprimento energia - moeda nacional no consolidado, em 30 de junho de 2018, refere-se ao registro dos valores da comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE no no montante de R\$251.911 (R\$125.226 em 31 dezembro de 2017). Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante (nota explicativa nº 20), no montante de R\$427.861 (R\$298.133 em 31 de dezembro de 2017), decorre da aquisição de energia elétrica e dos encargos de serviços de sistema conforme demonstrado a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Saldos a vencer	217.322	89.825
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 ^(a)	34.589	34.589
Créditos vencidos	-	812
Sub-total créditos CCEE ^(*)	251.911	125.226
(-) Aquisição de energia na CCEE	(414.419)	(286.417)
(-) Encargos de serviços do sistema	(13.442)	(11.716)
Total (débitos) créditos CCEE	(175.950)	(172.907)

(*) O sub-total de R\$251.911 (R\$125.226 em 31 de dezembro de 2017) não inclui a provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$2.770 (R\$2.770 em 31 de dezembro de 2017).

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

(a) Os valores da energia de curto prazo, que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento movidos por determinadas empresas do setor, tendo em vista diferentes interpretações das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. As controladas ESE, EMG, ENF e ESS não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

- (5) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido a controlada indireta EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivaram recompor a receita da controlada referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 31 de dezembro de 2017), registrado no ativo não circulante, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante no consolidado.

Notas Explicativas

- (6) ICMS - as controladas EMT, ETO, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R\$199.831 (R\$162.134 em 31 de dezembro de 2017), registrado no ativo não circulante, referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres incidentes sobre a demanda de energia, suspenso por liminares em contrapartida possui o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante no consolidado além de incluir, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.
- (7) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias, a seguir resumidas:
- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
 - Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
 - Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
 - Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas há mais de 90 dias - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, e ESS avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

Segue movimentação das provisões:

Movimentação das provisões	30/06/2018	31/12/2017
Saldo inicial - circulante -31/12/2017 e 31/12/2016	388.025	353.151
Provisões constituídas no período/exercício	55.483	110.248
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(44.508)	(75.374)
Saldo final - circulante -30/06/2018 e 31/12/2017	399.000	388.025
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	315.792	373.973
Títulos de créditos a receber	70.524	2.387
Outros créditos	12.684	11.665

- (8) O saldo da conta de Serviços especializados na controladora, inclui valores referentes à Serviços prestados a Centrais Elétricas de Rondônia no montante de R\$111 (R\$304 em 31 de dezembro 2017) e R\$64.705 (R\$33.976 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a transações com partes relacionadas (vide nota explicativa 14).

8. Títulos de créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (1)	-	-	19.548	21.042
Precatório de Órgãos Públicos Municipais (2)	-	-	66.339	-
Títulos de créditos a receber (3)	1.824	3.048	50.435	49.286
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(70.524)	(2.387)
Ajuste a valor presente (1 e 3)	-	-	(23.605)	(24.095)
	1.824	3.048	42.193	43.846
Circulante	678	1.167	22.449	19.940
Não circulante	1.146	1.881	19.744	23.906

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2018, os vencimentos dos títulos de créditos são como segue:

Títulos vencidos	Controladora	Consolidado (*)
	30/06/2018	30/06/2018
Vencidos	-	10.017
2018	678	6.135
2019	1.146	9.743
2020	-	8.230
2021 em diante	-	78.592
Total	1.824	112.717

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

Consolidado:

Controlada indireta EMT:

- (1) **Títulos precatórios referente a Ação de Execução** (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos de R\$19.548 (R\$21.042 em 31 de dezembro de 2017) encontram-se em processo de recebimento, tendo sido já recebidos 23 parcelas, restando 43 parcelas fixas de R\$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela, de nº 67, no valor de R\$183. A Administração da controlada, constituiu ajuste a valor presente de R\$440 (R\$711 em 31 de dezembro de 2017), utilizando a taxa média anual de CDI 6,39% a.a. (6,99% a.a. em 31 de dezembro de 2017).
- (2) a controlada contabilizou em junho de 2018 títulos precatórios de Órgãos Públicos Municipais, que após condenação judicial definitiva dos devedores resultou na expedição dos precatórios conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica, referente ao período de julho de 1998 a junho de 2014 no montante R\$66.339 (valores históricos), vencidas a partir de 27 de julho de 1998, que se encontravam totalmente provisionado. Em 30 de junho de 2018 todo o montante foi integralmente transferido da rubrica de consumidores e concessionárias. Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado. O montante se encontra integralmente provisionado e foram formados conforme segue:

	30/06/2018
Fundação de Saúde de Várzea Grande - FUSVAG	576
Prefeitura Municipal de Alta Floresta	1.025
Prefeitura Municipal de Cáceres	4.021
Prefeitura Municipal de Juscimeira	4.127
Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG	56.590
Total	66.339

- (3) Títulos de créditos a receber:

Controladora:

. Em 30 de junho de 2018 a Energisa S/A, possui R\$1.824 (R\$3.048 em 31 de dezembro de 2017) de títulos a receber junto a Raizen do Brasil que serão liquidados em 36 parcelas com valor mensal de R\$85, com incidência de juros mensais equivalentes ao CDI. Em 02 de maio de 2018 foi recebido o valor de R\$1.224.

Controlada indireta EMT

Aquisição de crédito de carbono no montante de R\$1.625 (R\$1.625 em 31 de dezembro de 2017) que se encontra totalmente provisionado.

Controlada indireta ESS:

- (a) A controlada indireta, adquiriu em 2003, R\$44.033 (R\$44.033 em 31 de dezembro de 2017) créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada indireta ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.400 (R\$21.400 em 31 de dezembro de 2017) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R\$22.633 (R\$22.633 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

- (b) Inclui convênio de arrecadação, uso mutuo de postes e outros no montante de R\$9.151 (R\$5.586 em dezembro de 2017). A controlada constitui perda de valor recuperável de uso mútuo de postes de R\$762 (R\$762 em 31 de dezembro de 2017).

Controlada indireta ETO:

A controlada indireta ETO no 2º trimestre de 2018 registrou o montante de R\$14.275 (R\$15.208 em 31 de dezembro de 2017), cujo detalhamento dos títulos é como segue:

- (a) R\$10.718 (R\$11.859 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica.

Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado, por consequência os precatórios foram formados são como segue:

Prefeituras	30/06/2018	31/12/2017
ARAGUAINA	-	1.427
ARAGUATINS	359	541
PALMEIRÓPOLIS	3	97
PARAÍSO	3.080	3.478
SILVANÓPOLIS	176	186
TAGUATINGA	5.302	6.130
DIVINOPOLIS	442	-
MIRANORTE	563	-
PORTO NACIONAL	651	-
GOIATINS	2	-
CACHOEIRINHA	33	-
COLMEIA	107	-
Total	10.718	11.859

- (b) R\$3.557 (R\$3.349 em 31 de dezembro de 2017), inclui créditos de contas de energia elétrica vencidas e não pagas, decorrentes de ação de cobrança ajuizada contra o devedor Itafós Mineração S/A, julgada procedente e transitada em julgado, sendo que os créditos foram integralmente habilitados nos autos do Processo de Recuperação Extrajudicial da devedora nº 0000459-40.2016.827.2709, homologado em 29 de agosto de 2016, e tramita perante a 1ª Vara Cível de Arraias - TO.

A Administração constituiu provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R\$532 (R\$751 em 31 de dezembro de 2017) registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do período no consolidado.

Demais controladas:

- (a) R\$927 (R\$1.186 em 31 de dezembro de 2017), outros títulos a receber junto a terceiros, pelas controladas CTCE, EPB, EMG, e Dinâmica.

9. Dividendos a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Dividendos a receber	Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A	73.685	-
Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A	6.348	-
Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	11.443	-
Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S/A	61.177	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	1.525
Rede Energia Participações S/A	-	7.809
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	-	5.954
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A	4.342	1.289
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	-	4.237
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	-	298
Dinâmica Direitos Creditórios	10	10
Total - Ativo Circulante	157.005	21.122

Notas Explicativas

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	242.694	206.363
Imposto de renda retido fonte - IRRF	22.411	14.180	47.709	17.105
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	53.677	53.217	387.019	350.673
Contribuição social sobre o lucro - CSSL	4.582	4.043	93.773	85.406
Contribuições ao PIS e a COFINS	637	880	121.566	104.033
Outros	3	52	39.322	35.670
	81.310	72.372	932.083	799.250
Circulante	44.569	29.502	673.853	575.826
Não circulante	36.741	42.870	258.230	223.424

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos no futuro, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

11. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios - consolidado

11.1 Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	2,13%	12/07/2017
CFLO (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	-0,60%	12/07/2017
CNEE (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	5,52%	12/07/2017
EDEVP (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	-1,46%	12/07/2017
EEB (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	-10,32%	12/07/2017
EMG	Resolução 2.403, de 19/06/2018	12,05%	19/06/2018
EBO	Resolução 2.367, de 30/01/2018	18,21%	04/02/2018
ENF	Resolução 2.400, de 12/06/2018	13,95%	22/06/2018
ETO	Resolução 2.262, de 27/06/2017	6,02%	04/07/2017

(*) Em 30 de junho de 2017 a ESS (nova denominação social da Caiuá Distribuição de Energia S/A ("CAIUÁ")), incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB. A ANEEL através Resolução Autorizativa nº 6.318 e Resolução Homologatória 2.271, de 11 de junho de 2017, aprovou o primeiro índice de reajuste tarifário da Energisa Sul Sudeste, que passou a ter uma tarifa única, sendo que, dado que as distribuidoras anteriormente possuíam tarifas distintas, o efeito médio percebido pelos consumidores da nova concessão agrupada neste primeiro ano foi diferenciado.

11.2 Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EBO, EPB e ETO, e (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT, EMS, EMG, ENF e ESS (*).

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Notas Explicativas

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS (*)	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
CFLO (*)	Resolução 2.095, de 21/06/2016	-16,48%	29/06/2016
CNEE (*)	Resolução 2.073, de 03/05/2016	-0,37%	10/05/2016
EBO	Resolução 2.200, de 31/01/2017	0,43%	04/02/2017
EDEVP (*)	Resolução 2.072, de 03/05/2016	1,69%	10/05/2016
EEB (*)	Resolução 2.074, de 03/05/2016	1,84%	10/05/2016
EMG	Resolução 2.092, de 21/06/2016	2,16%	22/06/2016
EMS	Resolução 2.380, de 03/04/2018	9,87%	08/04/2018
EMT	Resolução 2.379, de 03/04/2018	11,53%	08/04/2018
ENF	Resolução 2.091, de 21/06/2016	8,86%	22/06/2016
EPB	Resolução 2.291, de 22/08/2017	14,55%	28/08/2017
ESE	Resolução 2.387, de 17/04/2018	11,30%	22/04/2018
ETO	Resolução 2.105, de 28/06/2016	12,81%	04/07/2016

(*) Em 30 de junho de 2017 a ESS (nova denominação social da Caiuá Distribuição de Energia S/A (“CAIUÁ”)), incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB. A ANEEL através Resolução Autorizativa nº 6.318 e Resolução Homologatória 2.271, de 11 de junho de 2017, aprovou o primeiro índice de reajuste tarifário da Energisa Sul Sudeste, que passou a ter uma tarifa única, sendo que, dado que as distribuidoras anteriormente possuíam tarifas distintas, o efeito médio percebido pelos consumidores da nova concessão agrupada neste primeiro ano foi diferenciado.

11.3 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela;

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês;

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$3,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Resolução Homologatória nº 2.203/2017, com vigência a partir de fevereiro/2017, homologou os valores de Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha, mencionadas anteriormente. Após a finalização da Audiência

Notas Explicativas

Pública AP nº 61/2017 a ANEEL aprovou a elevação dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 2.

No período findo em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	30/06/2018	30/06/2017
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Amarela
Abril	Verde	Vermelha Patamar 1
Maió	Amarela	Vermelha Patamar 1
Junho	Vermelha Patamar 2	Verde

11.4 Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

Nos últimos exercícios, o grupo Energisa envidou seus melhores esforços e utilizou-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Neste sentido, as distribuidoras do grupo Energisa em conjunto, estimam ter encerrado o segundo trimestre de 2018 dentro do limite regulatório (entre 100% e 105%), assim como ocorrido no exercício de 2017.

No período findo em 30 de junho de 2018 as controladas calcularam os efeitos da sobrecontratação e não apuraram valores, mantendo saldo de provisão de perda no consolidado de R\$4.495 que não será repassado aos consumidores.

Notas Explicativas

12. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais - consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos e passivos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2017	Receita Operacional		Resultado financeiro	Saldo em 30/06/2018
		Adição	Amortização		
Itens da Parcela A (i)					
Energia elétrica comprada para revenda	718.106	464.093	(121.043)	12.016	1.073.172
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(3.270)	4.387	2.700	56	3.873
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	18.723	42.351	(7.330)	1.003	54.747
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	905	4.604	(848)	56	4.717
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	(538.066)	(87.096)	153.216	(10.496)	(482.442)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(164.368)	32.070	73.244	(1.628)	(60.682)
Componentes financeiros					
Neutralidade da Parcela A (iv)	(20.845)	(47.688)	(7.654)	(1.575)	(77.762)
Sobrecontratação de energia (ii)	341	(102.413)	(23.502)	(3.181)	(128.755)
Devoluções Tarifárias (vii)	(40.749)	(46.618)	1.686	(2.065)	(87.746)
CUSD	10.414	9.456	(3.482)	192	16.580
Exposição de submercados (viii)	51.933	78.829	662	2.271	133.695
Garantias Financeiras (v)	4.229	2.346	(2.214)	105	4.466
Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior (vi)	18.364	(13.772)	3.050	(14.477)	(6.835)
Outros itens financeiros (ix)	29.244	(91.864)	13.364	495	(48.761)
Total Ativo e Passivo	84.961	248.685	81.849	(17.228)	398.267
Ativo Circulante	729.368				1.143.541
Ativo Não Circulante	384.656				294.529
Passivo Circulante	(714.923)				(818.889)
Passivo Não Circulante	(314.140)				(220.914)

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia

As distribuidoras devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

Notas Explicativas

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.

(iv) Neutralidade

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

(v) Garantias Financeiras

Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

(vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior

Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

(vii) Devoluções Tarifárias

Referem-se as receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), apropriados em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação do IPCA/SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária (5CRTP).

(viii) Exposição de submercados

Representa o resultado financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em função da transferência de energia entre Submercados.

(ix) Outros itens financeiros

Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

No período de 2018 as controlada direta ESE, EMG, ENF e as indiretas EMT, EMS, ETO e ESS reconheceram na rubrica Outros Itens Financeiros, o montante de R\$75.916 incluído na coluna "adição", referente ao ressarcimento de recursos pagos pelas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009) conforme consta do Ofício Circular 210/2018-SFF/ANEEL, que serão devolvidos aos consumidores a partir de abril de 2018.

Notas Explicativas

13. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Subvenção Baixa Renda ⁽¹⁾	-	-	48.479	58.657
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	111.787	141.889
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	11.760	10.048
Ordens de desativação em curso	-	-	16.835	10.284
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.401	1.368
Adiantamentos a fornecedores e empregados	166	465	41.214	32.064
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	-	-	136.966	179.251
Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	176.791	176.791
Provisão para perdas Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	78.358	76.357
(-) Ajuste a valor presente - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	(28.260)	(28.629)
Sub-rogação da CCC ⁽⁵⁾	-	-	27.679	30.439
Padrão de baixa renda	-	-	3.341	3.357
Plano de Universalização	-	-	209	836
Adiantamento fundo de pensão	-	-	8.704	8.704
Créditos a receber Banco Pine	-	-	1.663	1.663
Despesas pagas antecipadamente	1.950	7.766	53.502	50.485
Contas a receber de venda das empresas de geração ⁽⁶⁾	62.020	62.020	62.020	62.020
Créditos a receber de terceiros ⁽⁷⁾	-	-	38.541	47.138
Créditos a receber da Eletrobrás - LPT ⁽⁸⁾	-	-	26.546	26.546
Créditos a receber Estado de Tocantins ⁽⁹⁾	-	-	60.647	75.696
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber ⁽⁹⁾	-	-	(40.000)	(40.000)
Aquisição de combustível p/ conta CCC ⁽¹⁰⁾	-	-	55.263	54.652
Adiantamentos - Inergus ⁽¹¹⁾	-	-	21.043	14.363
Ressarcimento Recursos - Lei 12.111/2009 ⁽¹²⁾	-	-	18.923	-
Créditos Fiscais - Vale Vacaria	-	-	1.266	-
Outros ⁽¹⁾	22.493	22.240	61.066	60.466
Total	86.629	92.491	818.953	877.654
Circulante	24.610	30.468	657.846	702.103
Não circulante	62.019	62.023	161.107	175.551

(*) Inclui, na controladora R\$305 (R\$1.062 em 31 de dezembro de 2017) referente a transações entre as partes relacionadas dos serviços prestados de comissão de aval e no consolidado, R\$12.684 (R\$11.665 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(1) Subvenção Baixa renda - consolidado

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. O saldo refere-se as provisões de maio e junho/2018. Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Segue a movimentação ocorrida no período:

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos consolidados em 31/12/2017	4.310	299	11.346	10.964	2.326	12.524	6.831	5.973	4.084	58.657
Subvenção baixa renda	8.698	816	24.694	43.844	4.746	24.036	17.449	18.749	9.079	152.111
Ressarcimento pela CCEE	(8.914)	(846)	(27.583)	(45.910)	(5.440)	(28.253)	(18.365)	(18.067)	(8.911)	(162.289)
Saldos consolidados em 30/06/2018	4.094	269	8.457	8.898	1.632	8.307	5.915	6.655	4.252	48.479

(2) Subvenção CDE - Desconto Tarifário - consolidado

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Os saldos correspondem às subvenções incorridas nos meses de maio e junho de 2018, que serão compensados /ressarcidos no terceiro trimestre de 2018.

Notas Explicativas

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos consolidados em 31/12/2017	16.203	747	3.466	19.155	3.998	74.710	11.797	27.836	21.339	179.251
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	28.540	1.393	21.539	37.598	3.704	128.148	29.202	73.234	46.459	369.817
Ressarcimento pela CCEE	(32.477)	(1.136)	(25.490)	(38.599)	(7.694)	(155.583)	(30.306)	(72.886)	(47.931)	(412.102)
Saldos consolidados em 30/06/2018	12.266	1.004	(485)	18.154	8	47.275	10.693	28.184	19.867	136.966

As controladas EMG, ENF, ESS e EMS desde 02 de setembro de 2015, possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e Baixa Renda, com os valores a pagar de CDE com a CCEE (anteriormente o fundo era administrado pela Eletrobrás). Desta forma, durante o período de 2018, foram compensados e ressarcidos R\$92.119 referente à Subvenção CDE e R\$22.875 referente subvenção Baixa Renda.

(3) Banco Daycoval

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da Rede Energia Participações S.A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, ESS e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT, ESS e EMS foi aditado após a aprovação, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia Participações S.A. Em 17 de dezembro de 2013 a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de um adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas EMT, ESS e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

(4) Créditos a receber CELPA

Créditos que a Rede Energia e as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, ESS e Multi Energisa tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante serão pagos em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. As controladas mantêm ajuste a valor presente dos créditos a receber no valor de R\$28.260 (R\$28.629 em 31 de dezembro de 2017).

(5) Sub-rogação CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foram recebidos R\$1.215 em 2014, R\$3.111 em 2015, R\$3.311 em 2016, R\$2.201 em 2017 e R\$1.476 até junho de 2018, totalizando R\$11.314. O saldo remanescente é de R\$20.940.
- Sistema de Transmissão Rondolândia, energizado em 11 de dezembro de 2016, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$4.613, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.894 de 21 de junho de 2016. Em 2017 foram recebidos R\$1.403, até junho de 2018 R\$957, totalizando R\$2.360 e o saldo remanescente é de R\$2.253.
- Sistema de Transmissão Paranorte, energizado em 22 de agosto de 2017, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$4.915, por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.174 de 31 de janeiro de 2017. Foram recebidos R\$102 em 2017 e R\$327 até junho de 2018, totalizando R\$429. O saldo remanescente de R\$4.486 a administração estima receber nos próximos 134 meses.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado Despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento, aprovados pelo órgão regulador.

Notas Explicativas

A controlada EMT tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					30/06/2018	31/12/2017
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	11.314	20.940	22.416
Sistema de Transmissão Rondolândia	em serviço	10.203	4.613	2.360	2.253	3.210
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	429	4.486	4.813
Total		53.125	41.782	14.103	27.679	30.439
Circulante (Principal)					3.794	5.321
Não Circulante (Principal)					23.885	25.118

(6) Conta a receber de venda das empresas de geração

A Energisa possui o montante a receber de R\$113.500 pela venda de seus ativos de geração de energia elétrica, referente a valor adicional de ajustes de preços sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme consta nos contratos de compra e venda firmados com a compradora.

A Companhia estimou a controvérsia em R\$51.480, valor que foi registrado pela Energisa como redutor aos resultados descontinuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O recebimento desse valor faz parte de um processo arbitral iniciado pela Companhia contra a compradora.

(7) Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos

Refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

(8) Crédito a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A

A controlada Energisa TO reconheceu no exercício de 2016 créditos a receber no montante R\$26.546 (R\$26.546 em 31 de dezembro de 2017), referente às liberações finais da 4ª e 5ª Tranche da subvenção econômica do Programa Luz Para Todos prevista no Contrato Nº ECF5-343/2013 firmado em 19/12/2013 com Eletrobrás, em face da finalização do processo de prestação de contas, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa, tendo como contra partida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

(9) Créditos a receber do Estado de Tocantins

Refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo inicial - não circulante - 31/12/2017 e 31/12/2016	35.696	89.354
Amortização realizada no período/ exercício	(15.049)	(35.107)
Atualização monetária - IGPM	-	1.121
Saldo anterior a provisão	20.647	55.368
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber	-	(19.672)
Saldo final - não circulante - 30/06/2018 31/12/2017	20.647	35.696

- Programa Reluz Tocantins

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semafórica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para eficientização energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24/6/2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/03/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à Companhia e a execução, por parte da controlada ETO, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;

Notas Explicativas

- ii. Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da Companhia e de titularidade do Governo do Estado;
- iii. Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;
- iv. O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A ETO executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11/9/2013.

A ETO encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Em 09/07/2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da Companhia, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante em 30 de junho de 2018 de R\$35.553 (R\$50.602 em 31 de dezembro de 2017), considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010, 2011, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações da emissão da ETO.

A partir de julho de 2017 a controlada paralisou a aplicação do índice de atualização monetária sobre o contrato em face de estar em processo de negociação com o Estado.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2017 foi homologado a distribuição de dividendos da ordem de R\$7.498 para o Estado de Tocantins utilizados para abater parte do saldo devedor do Contrato Reluz.

Em reunião do Conselho de Administração da controlada ETO realizada em 26 de julho de 2017 e 09 de agosto de 2017 foi aprovado a distribuição de dividendos das reservas de lucros de períodos anteriores no montante de R\$15.831 e dos resultados apurados até 30 de junho de 2017 de R\$6.604 destinados ao acionista Estado de Tocantins utilizados para abatimento de parte da dívida contabilizada referente ao Contrato Reluz

Em reunião do Conselho de Administração da controlada ETO realizada em 14 de março de 2018 foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$10.024 em 16 de maio de 2018 foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$5.025 destinados ao acionista Estado de Tocantins utilizados para abatimento de parte da dívida contabilizada referente ao Contrato Reluz.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a controlada ETO reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a controlada ETO, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à ETO nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da controlada ETO, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

- Convênio 028/2008 - convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29/2/2012. O valor a receber atualizado é de R\$25.094 (R\$25.094 em 31 de dezembro de 2017). Até o encerramento destas demonstrações financeiras, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

Em 01 de julho de 2016, o Governo do Estado do Tocantins, através do Ofício nº 909/2016/SEFAZ/GASEC, confirmou o saldo devedor com a controlada indireta ETO no montante de R\$103.306, na data base de 31 de março de 2016, referente ao convênio 028/2008 - linha de transmissão ligando Xambioá a Tocantinópolis e o Programa Reluz. Esse Ofício ainda confirma que as partes estão em tratativas para encontrar uma forma de parcelar e liquidar o referido saldo devedor, sendo que o valor final será objeto de confirmação quando da finalização dos trabalhos do Comitê de Análise dos Contratos Ativos firmados entre o acionista Estado do Tocantins e o Grupo Energisa, criado através do Decreto do Governador do Estado nº 5.436, de 25 de maio de 2016. Em 21 de novembro de 2016 o Governo do Estado publicou o Decreto nº 5.541 elegendo novamente o comitê sendo que em 6 de novembro de 2017 fez publicar o Decreto nº 5.734 reinstituindo o comitê com o objetivo de examinar os contratos ativos, apresentando relatórios conclusivos no prazo de 90 dias, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, confirmado através do Ofício nº 115/2018/SEFAZ/GASEC, de 29 de janeiro de 2018. O Comitê trabalhava para encerrar as análises e tratativas do Estado com a controlada Energisa Tocantins dentro do prazo legal previsto no Decreto que o instituiu e os demais textos que o renovaram, entretanto o Governo instituidor do Comitê foi afastado por decisão judicial, e com ele todos os Secretários e demais membros do governo que compunham e participavam das análises e tratativas. Assim, em 24 de junho de 2018, foi realizada eleição suplementar no Estado do Tocantins, que culminou com a eleição de novo Governador. Diante das alterações ocorridas no Governo a controlada realizou reunião com o Governador objetivando manter todas as tratativas para a retomada do Comitê.

Em 2017, diante dos novos fatos e da perspectiva de conclusão das negociações devido a permanência do Comitê, a administração reavaliou a expectativa de realização dos créditos da controlada indireta ETO com o acionista Estado do Tocantins em 2017 e recalculou o efeito a valor presente resultando em um incremento de provisão de mais R\$19.672, passando a montar em R\$40.000, para melhor refletir a expectativa de realização de créditos, registrado em outras despesas financeiras na demonstração de resultado daquele exercício.

(10) Aquisição de combustível da conta CCC

Notas Explicativas

A controlada Energisa Mato Grosso Distribuição de Energia S.A (EMT) possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC de R\$55.263 (R\$54.652 em 31 de dezembro 2017). Deste total, R\$53.621 foram reconhecidos pela ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018, referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de junho de 2016 que detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e o reprocessamento mensal dos benefícios, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011.

(11) Adiantamentos - INERGUS

Refere-se a recursos antecipados pela controlada Energisa Sergipe ao Instituto Energipe de Seguridade Social ("INERGUS") para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD). Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura para parte do déficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida, a ser celebrado entre a controlada ESE e o INERGUS.

(12) Ressarcimento Recursos - Lei 12.111/2009

Em junho de 2018 as Controladas reconhecerem na rubrica Outros Créditos, o montante de R\$7.005 (Energisa Tocantins) e R\$11.918 (Energisa Sul Sudeste), referente ao ressarcimento de recursos pagos pelas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009) conforme consta do Ofício Circular 210/2018-SFF/ANEEL, recebidos em junho de 2018 e que serão devolvidos aos consumidores a partir do próximo mês.

14. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Gipar S/A (66,14% do capital votante) que por sua vez é controlada pela Nova Gipar (100% do capital votante). Esta última, é controlada pela Itacatu S/A (67,27% do capital votante) e pela Multisetor S/A (32,73% do capital votante). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital votante).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (78,83% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora	30/06/2018		31/12/2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Clientes, consumidores e concessionárias - serviços especializados	64.705	-	49.627	-
Outros Créditos - outros -Comissão de aval	305	-	1.979	-
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados-Debêntures	1.278.494	-	1.249.900	-
Mútuos (1):				
. Energisa Soluções S/A (1)	22.568	-	18.281	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (1)	-	-	2.523	-
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (2)	-	-	-	27.583
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (3)	12.957	-	108.704	-
. QMRA Participações S/A (créditos opção "C" - RJ) (3)	25.981	-	24.673	-
. QMRA Participações S/A (1)	-	80.129	-	78.459
. Rede Energia Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S/A) (3) e (4)	87.845	-	263.334	-
Total - não circulante	149.351	80.129	417.515	106.042
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (5):				
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	10	-	15	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	1.354	-	782	-
. Energisa Geração Usina Maurício S/A	2	-	127	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	1	-	12	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	10	-	12	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	1	-	12	-
. Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro Muquim S/A	1	-	12	-
. Energisa Geração Energia S/A	2	-	8	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	26.714	-	9.304	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	22.420	-	6.627	-
	50.515	-	16.911	-
Total	1.543.370	80.129	1.735.932	106.042

(1) Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 0,6652 a.a (CDI + 0,9663 a.a em 31 de dezembro de 2017), e incluem o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa em 31 de dezembro de 2016 com as controladas Rede Energia e Rede Power.

Notas Explicativas

- (2) Contratos de abertura de crédito com prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, sendo cobrado da creditada somente os custos com o IOF (imposto sobre operações financeiras) ou outros encargos, que durante a vigência do contrato venha a incidir sobre operações financeiras.
- (3) Aquisição de créditos cedidos no processo de recuperação judicial da controlada indireta.
- (4) Os créditos a receber da Rede Energia Participações S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do período as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.
- (5) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos.

Condições de contratos:

Controladas	Taxa	Vencimento (*)
. Energisa Soluções S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2019
. Rede Energia Participações S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2018
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	12/09/2018
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A ⁽²⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2018
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (créditos opção "C") - ⁽³⁾	1% a.a*	11/04/2036
. QMRA Participações S/A (créditos opção "C")	1% a.a*	13/02/2036
. QMRA Participações S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2020
. Rede Energia Participações S/A (créditos opção "C" - ^(3 e 4)	1% a.a*	11/10/2036
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A ⁽²⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	05/05/2019
. Multi Energisa Serviços S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	03/08/2019

* Taxa efetiva 15,19%

(*) Os contratos com a Rede Energia Participações S/A, Denerge Desenvolvimento Energético S/A, Multi Energisa Serviços S/A, foram liquidados em dezembro de 2017, Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A em abril de 2018 e Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S/A em maio de 2018.

Notas Explicativas

Transações efetuadas durante o período/exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas diretas, indiretas e sua controladora	Serviços administrativos-prestados (1)	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira) (2 e 3)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures (6)
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	5.106	4.784	3.616	68.881
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	12.880	10.323	22.292	197.413
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	7.426	9.915	8.579	121.177
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	2.357	595	6.186	63
. Energisa Soluções S/A	1.365	787	1.253	-
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	1.028	642	751	36
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (4)	21.421	14.944	12.799	312.703
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	13.250	5.564	7.321	155.046
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (4)	8.783	8.824	8.784	215.337
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A (5)	11.568	8.176	7.356	208.143
. Energisa Soluções Construções e Serv em Linhas e Rede S.A	618	-	579	-
. QMRA Participações S/A	-	(1.853)	-	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	5.406	-	-
. Multi Energisa Serviços S/A	826	-	565	-
. Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda	3	-	13	-
. Energisa Serviços Aéreos e Aeroinspeção S/A	2	-	6	-
. Energisa Comercializadora de Energia S/A	388	-	294	-
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A	-	(916)	-	-
. Energisa Geração Usina Mauricio S/A	1	-	2	-
. Dinâmica Direitos Creditórios LTDA.	-	-	2	-
. Gipar S/A (2)	-	(5.800)	-	-
. Rede Energia Participações S/A	-	19.320	-	-
30/06/2018	87.022	80.711	80.398	1.278.799
31/12/2017	-	-	49.627	1.251.878
30/06/2017	52.203	66.939	-	-

(1) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL.

(2) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos com cobrança de 1,5% a.a para empresas controladas - Distribuidoras de energia elétrica e para a controladora Gipar com taxa de juros 1% a.a.

Os valores de comissão de Aval referente ao contrato firmado com a Gipar S/A, possuem juros de 1% a.a. e prevê pagamentos antecipados. No exercício de 2017, foram pagos e considerados como antecipação o montante de R\$11.587, registrados na rubrica de “despesas pagas antecipadamente” e reconhecidos no resultado a razão de 1/12 avos mês. No período de 30 de junho de 2018 foram contabilizados R\$5.800 (R\$11.362 em 31 de dezembro de 2017) registrados em outras despesas financeiras - comissão de aval no resultado do período. O saldo a apropriar em 30 de junho de 2018 é de R\$1.925 que será reconhecido até agosto de 2018.

(3) Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao período findo em 30 de junho de 2018 os quais compõe os respectivos saldos de cada contrato.

(4) Inclui o valor de R\$814 (R\$32.544 em 31 de dezembro de 2017) refere-se aos rendimentos das aplicações financeiras das 33.540 debentures de emissão da controlada EMT e recompradas pela controlada em 15 de janeiro de 2018 e R\$11.942 em 31 de dezembro de 2017 de notas promissórias de 1ª e 2ª série emitidas pela controlada ETO - vide nota explicativa nº 6.2;

(5) Em 30 de junho de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada as incorporações societárias pela ESS da EBB, EDEVEP, CNEE e CFLO, (vide nota explicativa nº1).

(6) Em 2017 a Companhia adquiriu a totalidade de Debêntures de 1ª e 2ª séries incentivadas emitidas pelas controladas EMG, ESE, EPB, EMT, ESS, ETO e EMS, com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1ª Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Serie. Em 30 de junho de 2018, o valor atualizado é de R\$1.278.494 (R\$1.249.902 em 31 de dezembro de 2017) de suas controladas diretas EMG, ESE, EPB e das controladas indiretas ESS, EMT, ETO e EMS, conforme segue: (i) EMG R\$68.859; EPB - R\$197.412; ESE - R\$120.992; EMT - R\$312.704; ETO - R\$215.337, ESS - R\$208.144 e EMS R\$155.046 (EMG R\$67.153; EPB - R\$191.856; ESE - R\$117.589; EMT - R\$308.208; ETO - R\$211.003, ESS - R\$204.298 e EMS R\$149.795).

Notas Explicativas

Custo do contrato de comissão de aval, de garantias da controladora para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 30 de junho de 2018 monta em R\$305 (R\$1.979 em 31 de dezembro de 2017).

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Remuneração Anual ^(a)	7.809	4.732	73.975	69.718
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	481	430	1.970	2.266
Remuneração da Diretoria	772	286	8.824	7.373
Outros Benefícios ^(b)	524	74	5.773	5.154

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2018 foi aprovado na AGO de 24 de abril de 2018.

(b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiros, relativas ao mês de junho de 2018, foram de R\$121 e R\$1 na controladora e R\$192 e R\$2 no consolidado (R\$118 e R\$1 na controladora e R\$187 e R\$2 no consolidado em 30 de junho de 2017), respectivamente. A remuneração média no período findo em 30 de junho de 2018 foi de R\$18 na controladora e R\$43 no consolidado (R\$15 na controladora e R\$42 no consolidado em 30 de junho de 2017).

A Companhia ofereceu aos seus executivos Programa de Remuneração Variável através do 1º programa de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da Companhia, até o limite previsto da ordem de 253.064 units, a ser baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual, a ser consignado no contrato de concessão de ações, e da Companhia, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter executivos chaves e premia-los em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O período de aquisição do direito (vesting) são de 3 anos a contar a partir da data da outorga. A implementação do plano se dará ao longo de 2018. O ILP não produziu efeitos relevantes no resultado do período findo em 30 de junho de 2018.

15. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Informações Financeiras Intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Ativo				
Prejuízos fiscais	143.533	143.533	440.711	438.182
Base negativa da contribuição social	51.672	51.672	172.236	173.317
Diferenças temporárias	-	-	796.330	788.537
Total - ativo não circulante	195.205	195.205	1.409.277	1.400.036

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	2.549	475	1.469.672	1.379.931
Contribuição Social	918	172	529.082	496.775
Total - passivo não circulante	3.467	647	1.998.754	1.876.706

Notas Explicativas

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	Controladora			
	30/06/2018		31/12/2017	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	574.133	143.533	574.133	143.533
Base negativa da contribuição social	574.133	51.672	574.133	51.672
Outros exclusões (custo a apropriar da dívida e marcação a mercado)	(10.198)	(3.467)	(1.906)	(647)
Total	1.138.068	191.738	1.146.360	194.558
Total - Ativo Não Circulante	1.148.266	195.205	1.148.266	195.205
Total - Passivo Não Circulante	(10.198)	(3.467)	(1.906)	(647)

	Consolidado			
	30/06/2018		31/12/2017	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	1.762.843	440.711	1.752.729	438.182
Base negativa da contribuição social	1.913.729	172.236	1.925.744	173.317
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - (PCLD e Daycoval)	619.713	210.703	610.525	207.579
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	455.862	154.993	469.730	159.708
Créditos fiscais - ágio (1)	278.020	94.527	290.586	98.799
Provisão ajuste atuarial	481.139	163.588	458.373	155.847
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	432.587	147.080	407.372	138.507
Outras adições temporárias	74.821	25.439	71.180	24.201
Ajustes a valor presente (3)	(2.694.188)	(916.024)	(2.680.627)	(911.413)
Intangível - mais valia (2)	(1.636.810)	(556.515)	(1.710.338)	(581.515)
IRPJ e CSLL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	(866.964)	(294.768)	(644.026)	(218.969)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(153.586)	(52.219)	(170.303)	(57.903)
Deságio sobre investimento EMS	(188.407)	(64.058)	(188.407)	(64.058)
Marcação a mercados - derivativos	(293.130)	(99.664)	(121.502)	(41.311)
Marcação a mercado da dívida	(39.040)	(13.274)	11.456	3.896
Outras exclusões temporárias	(6.565)	(2.232)	(4.519)	(1.537)
Total	140.024	(589.477)	477.973	(476.670)
Total - Ativo Não Circulante	6.018.714	1.409.277	5.997.695	1.400.036
Total - Passivo Não Circulante	(5.878.690)	(1.998.754)	(5.519.722)	(1.876.706)

- (1) Os créditos fiscais - ágio no montante de R\$94.527 (R\$98.799 em 31 de dezembro de 2017) estão sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (12 anos) e EPB (13 anos) pelo método linear.
- (2) Refere-se ao Imposto de renda e Contribuição social incidentes sobre a parcela do contas a receber da concessão - VNR das controladas EMG, ENF e ESS (nova denominação social da Caiuá Distribuição de Energia S/A) que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, transferiram o saldo do ativo financeiro apurado até assinatura daqueles aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos que serão realizados com base na amortização.
- (3) Refere-se basicamente ao de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas Rede Energia Participações e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B.

Notas Explicativas

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercícios	Controladora	Consolidado
2018	-	17.618
2019	915	107.320
2020	11.129	117.710
2021	18.681	105.194
2022	20.950	102.009
2024 a 2027	143.530	959.426
Total	195.205	1.409.277

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	103.983	235.023	59.612	179.369
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(35.354)	(79.908)	(20.268)	(60.985)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Equivalência patrimonial	49.120	140.236	21.094	66.603
Créditos tributários não constituídos no período (2)	(16.585)	(63.147)	(826)	(5.618)
Imposto de renda e contribuição social	(2.819)	(2.819)	-	-

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	181.520	417.141	81.075	270.932
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(61.717)	(141.828)	(27.566)	(92.117)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Redução do imposto de renda e adicionais (1)	11.466	53.286	31.283	53.209
Créditos tributários não constituídos no período (2)	(21.624)	(74.745)	(13.966)	(25.721)
Outros	(6.209)	(8.121)	4.217	(406)
Imposto de renda e contribuição social	(78.084)	(171.408)	(6.032)	(65.035)
Alíquota efetiva	43,02%	41,09%	7,44%	24,00%

- (1) Em 2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação do Ministério da Integração Social os novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. Já as controladas ETO e EMT obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais (em 75%) pelo Ministério da Integração Social em dezembro/2014 para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas correspondem a R\$53.286 (R\$53.209 em 30 de junho de 2017). Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados à reserva de incentivo fiscais nas controladas.

- (2) Referem-se a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias não constituídas no período.

16. Contas a receber da concessão - consolidado

A Lei nº 12.783/13 determinou a metodologia que deve ser adotada na indenização dos ativos de geração, transmissão e distribuição ao final da concessão, o VNR - Valor novo de reposição.

Notas Explicativas

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar controladas, distribuidoras de energia elétrica, pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

Desde 31 de dezembro de 2012 as controladas EMG, ENF, ESE, EPB, EBO, EMT, ESS (que em 30 de junho de 2017 incorporou EDEVP, EEB, CNEE e CFLO), ETO, e EMS passaram a reconhecer o VNR - Valor Novo de Reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõem a concessão, com aplicação da variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA.

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, objetivando melhor adequar as práticas contábeis, as controladas passaram a reconhecer mensalmente a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base incremental, na demonstração de resultado a medida que são realizadas as bifurcações dos ativos, anteriormente aplicava a variação do IPCA somente sobre a base blindada de acordo com a revisão tarifária homologada pela ANEEL.

Assim a remuneração do contas a receber da concessão relativa ao período dos seis meses findos em 30 de junho de 2018, foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$238.847 (R\$21.452 em 30 de junho de 2017).

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	Saldo 31/12/2017	Adições	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Saldo 30/06/2018
Energisa Minas Gerais (EMG)	15.782	161	-	444	16.387
Energisa Paraíba (EPB)	464.587	22.328	(636)	11.879	498.158
Energisa Sergipe (ESE)	396.701	(6.794)	(2.782)	(4.078)	383.047
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.149	21	-	81	3.251
Energisa Borborema (EBO)	55.615	1.898	(51)	1.412	58.874
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.827.340	(20.375)	(23.463)	131.611	1.915.113
Energisa Tocantins (ETO)	897.543	82.315	(11.318)	22.436	990.976
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	704.613	74.192	(6.441)	71.170	843.534
Energisa Sul Sudeste (ESS)	38.984	735	(9)	1.008	40.718
Energisa Pará I Transmissora de Energia S/A (1)	9.565	27.585	-	1.580	38.730
Energisa Goiás I Transmissora de Energia S/A (1)	6.787	23.314	-	1.304	31.405
	4.420.666	205.380	(44.700)	238.847	4.820.193

Notas Explicativas

	Saldo 31/12/2016	Adições	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Ativo Financeiro Indenizável	Incorpo ração	Saldo 31/12/2017
Energisa Minas Gerais (EMG)	12.075	3.356	(3)	354	-	-	15.782
Energisa Paraíba (EPB)	425.000	24.935	(5.299)	2.783	17.168	-	464.587
Energisa Sergipe (ESE)	345.783	21.494	(13)	29.437	-	-	396.701
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.046	33	(19)	89	-	-	3.149
Energisa Borborema (EBO)	47.949	5.573	(441)	846	1.688	-	55.615
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.327.640	433.949	(27.269)	93.020	-	-	1.827.340
Energisa Tocantins (ETO)	704.017	197.786	(26.217)	21.957	-	-	897.543
Energisa Mato Grosso do Sul(EMS)	585.801	73.781	2.171	42.860	-	-	704.613
Energisa Sul Sudeste (ESS) (*)	12.572	4.580	-	739	-	21.093	38.984
Empresa Elétrica Bragantina S.A. (*)	8.331	-	-	63	-	(8.394)	-
Companhia Nacional de Energia Elétrica (*)	5.854	3	-	37	-	(5.894)	-
Companhia Força e Luz do Oeste (*)	1.527	3	-	19	-	(1.549)	-
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A. (*)	5.203	-	-	53	-	(5.256)	-
Energisa Pará I Transmissora de Energia S/A (1)	-	9.413	-	152	-	-	9.565
Energisa Goiás I Transmissora de Energia S/A (1)	-	6.668	-	119	-	-	6.787
	3.484.798	781.574	(57.090)	192.528	18.856	-	4.420.666

(1) As adições, incluídas de PIS e COFINS, estão relacionadas ao investimento na infraestrutura do serviço público de transmissão de energia elétrica, onde será recuperada pelo fluxo de caixa a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo Poder Concedente, sendo o montante investido no período em R\$50.899 (R\$16.081 em 31 de dezembro de 2017).

(2) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário, a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. Em 29 de março de 2018 e 11 de abril de 2018, através das notas técnicas nº 68/2018, nº 65/2018 e nº 86/2018 a ANEEL aprovou a nova base de remuneração das controladas referente ao 4º ciclo tarifário o que possibilitou o reconhecimento integral do valor do VNR do ativo financeiro gerando complemento nas controladas EMT R\$98.431, EMS R\$31.987 e um decréscimo da controlada ESE R\$13.377, respectivamente, contabilizado no período.

(*) Incorporadas em 30 de junho de 2017 pela ESS.

17. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Participação em controladas	4.908.920	4.194.291	-	-
Outros	9.979	9.979	49.292	49.177
Total	4.918.889	4.204.270	49.292	49.177

Notas Explicativas

Participação em controladas:

30/06/2018								Informações sobre o investimento da controladora	
Informações sobre as controladas									
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								261.610	2.460.044
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	890.471	621.880	268.591	15.197	15.197	268.592
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.225	1.865.355	1.540.982	324.373	36.950	36.950	324.373
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	571.865	2.343.524	1.548.719	794.805	131.336	131.336	794.805
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.532	330.427	207.166	123.261	13.047	13.047	123.261
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	212.126	128.705	83.421	3.471	3.471	83.421
Energisa Mato Grosso (EMT)	39,82	84.778	1.514.569	6.881.751	4.707.914	2.173.837	160.199	61.609	865.592
Geração								(134)	5.431
Parque Eólico Sobradinho	100	7.577	7.577	3.965	38	3.927	(111)	(111)	3.927
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.748	1.748	1.227	10	1.217	41	41	1.217
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.004	1.004	319	-	319	(11)	(11)	319
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	58	49	1	9	(8)	(10)	(10)	(8)
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	58	49	1	-	1	(10)	(10)	1
Energisa Geração de Energia S.A	100	45	45	1	8	(7)	(11)	(11)	(7)
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	58	49	1	10	(9)	(11)	(11)	(9)
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	57	48	1	10	(9)	(11)	(11)	(9)
Transmissão								1.841	66.024
Energisa Pará I Transmissora de Energia S/A	100	1	9.305	40.160	3.144	37.016	1.491	1.491	37.016
Energisa Goiás I Transmissora de Energia S/A	100	1	1	32.467	3.457	29.010	354	354	29.010
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	100	1	1	1	2	(1)	(2)	(2)	(1)
Energisa Empreendimentos de Energia II S/A	100	1	1	1	2	(1)	(2)	(2)	(1)
Comercialização								(488)	17.343
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	158.328	140.985	17.343	(488)	(488)	17.343
Prestação de Serviços								(5.965)	94.649
Energisa Soluções	100	95.000	95.000	159.603	71.462	88.141	(5.625)	(5.625)	88.141
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.313	6.313	3.704	143	3.561	(909)	(909)	3.561
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	5.766	707	5.059	977	569	2.947
Holdings e demais companhias								155.594	2.096.993
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.850	11	1.839	(68)	(68)	1.839
Denerge S/A	99,97	531	1.316.157	1.665.872	517.971	1.147.901	101.725	101.701	1.147.623
Rede Energia Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S.A.)	29,57	608.412	2.777.404	3.986.212	781.308	3.204.904	182.517	53.961	947.531
Ágio pago na aquisição de controladas								(7.559)	168.436
Total								404.899	4.908.920

Notas Explicativas

31/12/2017								Informações sobre o investimento da controladora	
Informações sobre as controladas									
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								435.802	1.900.672
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	898.301	624.812	273.489	29.227	29.227	273.489
Energisa Sergipe (SE)	100	196	400.475	1.782.228	1.400.345	381.883	138.997	138.997	381.883
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	526.991	2.232.644	1.400.617	832.027	232.570	232.570	832.027
Energisa Borborema (EBO)	100	293	78.159	352.561	226.057	126.504	30.739	30.739	126.504
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	234.985	148.117	86.868	5.427	5.427	86.868
Energisa Mato Grosso (EMT)	8,94	19.026	1.514.569	6.591.217	4.354.212	2.237.005	(10.783)	(1.158)	199.901
Geração								(87)	4.966
Parque Eólico Sobradinho	100	7.577	7.577	3.644	178	3.466	(117)	(117)	3.466
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.621	1.621	1.186	12	1.174	100	100	1.174
Energisa Geração Solar Coremas	100	989	989	320	-	320	(16)	(16)	320
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	45	36	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	46	37	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração de Energia S.A	100	38	38	2	-	2	(6)	(6)	2
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	46	37	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	45	36	1	-	1	(12)	(12)	1
Transmissão								(887)	15.047
Energisa Pará I Transmissora de Energia S/A	100	1	1	9.934	1.123	8.811	(495)	(495)	8.811
Energisa Goiás I Transmissora de Energia S/A	100	1	1	7.025	789	6.236	(392)	(392)	6.236
Comercialização								17.544	17.831
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	151.758	133.927	17.831	17.544	17.544	17.831
Prestação de Serviços								2.706	101.507
Energisa Soluções	100	95.000	95.000	159.795	66.028	93.767	2.025	2.025	93.766
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.313	6.313	4.842	372	4.470	(1.244)	(1.244)	4.470
Energisa Planejamento	58,3	1.686	4.109	7.202	1.587	5.615	2.045	1.925	3.271
Holdings e demais companhias								80.374	1.978.273
Alvorada Direitos Creditórios S.A	100	400	-	-	-	-	(33)	(33)	-
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.919	12	1.907	41	41	1.907
Denerge S/A	99,97	531	1.316.157	1.635.495	552.308	1.083.187	44.520	40.657	1.082.924
Rede Energia Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S.A.)	29,56	608.344	2.777.404	4.182.729	1.160.441	3.022.288	140.251	39.709	893.442
Ágio pago na aquisição de controladas								(15.118)	175.995
Total								520.334	4.194.291

Notas Explicativas

Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldo em 31/12/2017	Aquisição	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Transações de capital (2)	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 30/06/2018
Distribuição de Energia Elétrica	1.900.672	567.418	130.945	-	(400.601)	261.610	2.460.044
Energisa Minas Gerais (EMG)	273.489	-	-	-	(20.094)	15.197	268.592
Energisa Sergipe (SE)	381.883	-	-	-	(94.460)	36.950	324.373
Energisa Paraíba (EPB)	832.027	-	-	-	(168.558)	131.336	794.805
Energisa Borborema (EBO)	126.504	-	-	-	(16.290)	13.047	123.261
Energisa Nova Friburgo (ENF)	86.868	-	-	-	(6.918)	3.471	83.421
Energisa Mato Grosso (EMT) (1)	199.901	567.418	130.945	-	(94.281)	61.609	865.592
Geração de Energia Elétrica	4.966	599	-	-	-	(134)	5.431
Parque Eólico Sobradinho	3.466	572	-	-	-	(111)	3.927
Energisa Geração Usina Maurício	1.174	2	-	-	-	41	1.217
Energisa Geração Solar Coremas	320	10	-	-	-	(11)	319
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	1	-	-	-	(10)	(8)
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	10	-	-	-	(10)	1
Energisa Geração de Energia S.A	2	2	-	-	-	(11)	(7)
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	1	-	-	-	(11)	(9)
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	1	-	-	-	(11)	(9)
Transmissora de Energia Elétrica	15.047	49.136	-	-	-	1.841	66.024
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	8.811	26.714	-	-	-	1.491	37.016
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	6.236	22.420	-	-	-	354	29.010
Energisa Energia I S/A	-	1	-	-	-	(2)	(1)
Energisa Energia II S/A	-	1	-	-	-	(2)	(1)
Comercialização de Energia Elétrica	17.831	-	-	-	-	(488)	17.343
Energisa Comercializadora	17.831	-	-	-	-	(488)	17.343
Prestação de Serviços	101.507	-	-	-	(893)	(5.965)	94.649
Energisa Soluções	93.766	-	-	-	-	(5.625)	88.141
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	4.470	-	-	-	-	(909)	3.561
Energisa Planejamento	3.271	-	-	-	(893)	569	2.947
Holdings e demais Companhias	1.978.273	318	(163)	(37.029)	-	155.594	2.096.993
Dinâmica Direitos Creditórios	1.907	-	-	-	-	(68)	1.839
Denerge S/A	1.082.924	1	26	(37.029)	-	101.701	1.147.623
Rede Energia Participações S.A.	893.442	317	(189)	-	-	53.961	947.531
Ágio pago na aquisição de controladas	175.995	-	-	-	-	(7.559)	168.436
Total	4.194.291	617.471	130.782	(37.029)	(401.494)	404.899	4.908.920

- (1) Refere-se a ganho apurado na aquisição de participação acionária minoritária em leilão de oferta pública de ações realizada em 16 de janeiro e 02 de fevereiro de 2018, tendo sido adquiridas 65.740.888 ações do capital social da controlada EMT pelo montante de R\$567.418 (R\$566.161 líquido de taxas, emolumentos, e comissões aplicáveis) resultando em um ganho de R\$130.945 registrado diretamente do patrimônio líquido na rubrica de transações com sócios. Adicionalmente, foram adquiridas ações da Denerge e Rede Energia no montante de R\$318, resultando em uma perda de R\$163 também reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido.
- (2) Refere-se a parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 33, que no período montou em R\$37.029, contabilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas

Controladas	Saldo em 31/12/2016	Aquisição	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Transações de capital (2)	Incorporação	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2017
Distribuição de Energia Elétrica	1.727.766	-	458	-	-	(233.901)	(29.453)	435.802	1.900.672
Energisa Minas Gerais (EMG)	267.785	-	-	-	-	(22.241)	(1.282)	29.227	273.489
Energisa Sergipe (SE)	313.347	-	-	-	-	(50.241)	(20.220)	138.997	381.883
Energisa Paraíba (EPB)	745.602	-	-	-	-	(138.632)	(7.513)	232.570	832.027
Energisa Borborema (EBO)	115.571	-	-	-	-	(19.806)	-	30.739	126.504
Energisa Nova Friburgo (ENF)	82.557	-	-	-	-	(1.289)	173	5.427	86.868
Energisa Mato Grosso (EMT) (1)	202.904	-	458	-	-	(1.692)	(611)	(1.158)	199.901
Geração de Energia Elétrica	4.075	978	-	-	-	-	-	(87)	4.966
Parque Eólico Sobradinho	2.801	782	-	-	-	-	-	(117)	3.466
Energisa Geração Usina Maurício	948	126	-	-	-	-	-	100	1.174
Energisa Geração Solar Coremas	321	15	-	-	-	-	-	(16)	320
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	12	-	-	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	12	-	-	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração de Energia S.A	1	7	-	-	-	-	-	(6)	2
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	12	-	-	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	12	-	-	-	-	-	(12)	1
Transmissora de Energia Elétrica	-	15.934	-	-	-	-	-	(887)	15.047
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	-	9.306	-	-	-	-	-	(495)	8.811
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	-	6.628	-	-	-	-	-	(392)	6.236
Comercialização de Energia Elétrica	4.481	-	-	-	-	(4.236)	42	17.544	17.831
Energisa Comercializadora	4.481	-	-	-	-	(4.236)	42	17.544	17.831
Prestação de Serviços	84.461	14.831	2	-	-	(1.967)	1.474	2.706	101.507
Energisa Soluções	75.301	15.000	-	-	-	-	1.440	2.025	93.766
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	5.893	(179)	-	-	-	-	-	(1.244)	4.470
Energisa Planejamento	3.267	10	2	-	-	(1.967)	34	1.925	3.271
Holdings e demais Companhias	2.004.194	3.314	4.037	(89.453)	-	(13.940)	(10.253)	80.374	1.978.273
Alvorada Direitos Creditórios S.A	137	-	-	-	(104)	-	-	(33)	-
Dinâmica Direitos Creditórios	1.760	12	-	-	104	(10)	-	41	1.907
Denerge S/A	1.141.347	-	3.425	(89.453)	-	(5.956)	(7.096)	40.657	1.082.924
Rede Energia Participações S.A.	860.950	3.302	612	-	-	(7.974)	(3.157)	39.709	893.442
Ágio pago na aquisição de controladas	191.113	-	-	-	-	-	-	(15.118)	175.995
Total	4.016.090	35.057	4.497	(89.453)	-	(254.044)	(38.190)	520.334	4.194.291

- (1) Ganho/perda em transações com controladas em 31 de dezembro de 2017, contabilizada diretamente no patrimônio líquido.
- (2) Refere-se a parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 33, que no exercício montou em R\$89.453, contabilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido.

Amortização acumulada dos bens intangíveis no período findo em 30 de junho de 2018, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, são originados, conforme segue.

	EMT	ETO	EMS	Total	
				30/06/2018	31/12/2017
Amortização no período/exercício	(31.933)	(31.817)	(35.704)	(99.454)	(198.910)
IR e CSSL	10.857	10.818	12.139	33.814	67.630
Amortização Líquida de tributos	(21.076)	(20.999)	(23.565)	(65.640)	(131.280)

Notas Explicativas

A Companhia detém participações indiretas nas empresas distribuidoras de energia elétrica e serviços, controlada diretamente pela Rede Energia S/A, conforme segue:

30/06/2018					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	73,80	2.457.601	1.684.036	773.565	9.194
Energisa Mato Grosso	55,51	6.881.751	4.707.914	2.173.837	160.199
Energisa Mato Grosso do Sul	96,19	3.580.862	2.314.493	1.266.369	66.757
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (1)	95,28	1.722.006	1.143.870	578.136	48.901
Multi Energisa Serviços S/A	96,26	20.318	10.329	9.989	1.359
QMRA Participações S.A.	96,26	82.016	50.682	31.334	1.282
Rede Power do Brasil S.A.	96,26	510.827	53.599	457.228	25.197
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	96,26	18.082	194.101	(176.019)	(4.013)

31/12/2017					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	73,80	2.241.115	1.412.235	828.880	39.811
Energisa Mato Grosso	55,51	6.591.217	4.354.212	2.237.005	(10.783)
Energisa Mato Grosso do Sul	96,18	3.558.377	2.275.413	1.282.964	58.141
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (1)	95,28	1.758.422	1.158.409	600.013	69.190
Multi Energisa Serviços S/A	96,26	40.621	28.894	11.727	4.348
QMRA Participações S.A.	96,25	79.923	49.870	30.053	3.902
Rede Power do Brasil S.A.	96,25	577.742	70.946	506.796	45.007
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	96,26	131.333	303.339	(172.006)	(5.372)
Vale Do Vacaria Açúcar e Álcool S/A	96,25	1.288	-	1.288	(127)

18. Imobilizado

	Controladora					Saldo 30/06/2018
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2017	Adição	Transferências	Depreciação	
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	-	16	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	3,40%	23.766	-	654	-	24.420
Máquinas e equipamentos	13,51%	17.137	-	2.217	-	19.354
Veículos	14,29%	16.396	-	449	-	16.845
Móveis e utensílios	8,40%	15.142	-	14	-	15.156
Total do imobilizado em serviço		72.457	-	3.334	-	75.791
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias		(1.661)	-	(387)	(411)	(2.459)
Máquinas e equipamentos		(5.350)	-	-	(1.217)	(6.567)
Veículos		(8.576)	-	-	(635)	(9.211)
Móveis e utensílios		(12.756)	-	-	(182)	(12.938)
Total Depreciação acumulada		(28.343)	-	(387)	(2.445)	(31.175)
Subtotal Imobilizado		44.114	-	2.947	(2.445)	44.616
Imobilizado em curso		4.671	2.275	(2.947)	-	3.999
Total do Imobilizado		48.785	2.275	-	(2.445)	48.615

Notas Explicativas

	Controlada						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2016	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 31/12/2017
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	16	-	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	3,33%	5.291	-	19.402	(927)	-	23.766
Máquinas e equipamentos	13,39%	8.977	-	8.160	-	-	17.137
Veículos	13,57%	8.450	-	7.946	-	-	16.396
Móveis e utensílios	6,95%	13.764	-	1.378	-	-	15.142
Total do imobilizado em serviço		36.498	-	36.886	(927)	-	72.457
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(2.333)	-	-	855	(183)	(1.661)
Máquinas e equipamentos		(4.023)	-	-	-	(1.327)	(5.350)
Veículos		(7.930)	-	-	-	(646)	(8.576)
Móveis e utensílios		(12.385)	-	-	-	(371)	(12.756)
Total Depreciação acumulada		(26.671)	-	-	855	(2.527)	(28.343)
Subtotal Imobilizado		9.827	-	36.886	(72)	(2.527)	44.114
Imobilizado em curso		8.505	33.052	(36.886)	-	-	4.671
Total do Imobilizado		18.332	33.052	-	(72)	(2.527)	48.785

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2017	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização / Depreciação	Saldo 30/06/2018
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	1.448	-	-	-	-	1.448
Reservatório, Barragens e Aduadoras	3,05%	2.792	-	-	-	-	2.792
Edificações e benfeitorias	3,28%	35.905	-	1.213	-	-	37.118
Máquinas e equipamentos	12,11%	176.775	-	9.958	(102)	-	186.631
Veículos	14,27%	64.341	-	1.725	-	-	66.066
Móveis e utensílios	6,46%	65.193	-	655	(1)	-	65.847
Total do Imobilizado em Serviço		346.454	-	13.551	(103)	-	359.902
Depreciação acumulada:							
Reservatório, Barragens e Aduadoras		(818)	-	-	-	(12)	(830)
Edificações e benfeitorias		(5.806)	-	(375)	-	(569)	(6.750)
Máquinas e equipamentos		(99.578)	-	(61)	40	(7.839)	(107.438)
Veículos		(30.943)	-	42	-	(3.658)	(34.559)
Móveis e utensílios		(45.977)	-	7	(1)	(1.131)	(47.102)
Total Depreciação acumulada		(183.122)	-	(387)	39	(13.209)	(196.679)
Subtotal Imobilizado		163.332	-	13.164	(64)	(13.209)	163.223
Imobilizado em curso		14.804	8.281	(13.164)	-	-	9.921
Total do Imobilizado		178.136	8.281	-	(64)	(13.209)	173.144

(*) O montante de R\$64 refere-se a baixas realizadas no período, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

Notas Explicativas

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2016	Adição (*)	Transferências	Baixas (**)	Amortização/Depreciação	Saldo 31/12/2017
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Software	20,00%	23	-	-	(23)	-	-
Terrenos	-	1.448	-	-	-	-	1.448
Reservatório, Barragens e Aduadoras	2,60%	2.191	-	609	(8)	-	2.792
Edificações e benfeitorias	2,94%	16.976	-	19.566	(637)	-	35.905
Máquinas e equipamentos	12,40%	150.106	12.883	21.628	(7.842)	-	176.775
Veículos	13,30%	86.480	-	17.278	(39.417)	-	64.341
Móveis e utensílios	6,23%	55.719	6.678	2.956	(160)	-	65.193
Total do Imobilizado em Serviço		312.943	19.561	62.037	(48.087)	-	346.454
Depreciação acumulada:							
Software		(20)	-	-	20	-	-
Reservatório, Barragens e Aduadoras		(812)	-	-	4	(10)	(818)
Edificações e benfeitorias		(5.995)	(51)	(164)	855	(451)	(5.806)
Máquinas e equipamentos		(80.097)	(13.605)	-	3.174	(9.050)	(99.578)
Veículos		(60.891)	(385)	-	37.154	(6.821)	(30.943)
Móveis e utensílios		(38.011)	(5.809)	-	41	(2.198)	(45.977)
Total Depreciação acumulada		(185.826)	(19.850)	(164)	41.248	(18.530)	(183.122)
Subtotal Imobilizado		127.117	(289)	61.873	(6.839)	(18.530)	163.332
Imobilizado em curso		15.296	61.381	(61.873)	-	-	14.804
Total do Imobilizado		142.413	61.092	-	(6.839)	(18.530)	178.136

(*) Das adições no montante de R\$61.092, R\$289 refere-se à transferência do Intangível para o Imobilizado.

(**) O montante de R\$6.839 refere-se a baixas realizadas no período, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

19. Intangível

19.1 Intangível - controladora

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldo 31/12/2017	Adições	Transferências	Amortização	Saldo 30/06/2018
Em Serviço						
Custo dos softwares	20,00%	17.147	-	5.987	-	23.134
Amortização Acumulada		(10.118)	-	-	(1.650)	(11.768)
Subtotal		7.029	-	5.987	(1.650)	11.366
Em Curso		4.520	3.987	(5.987)	-	2.520
Total Geral		11.549	3.987	-	(1.650)	13.886

Notas Explicativas

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldo 31/12/2016	Adições	Transferências	Amortização	Saldo 31/12/2017
Em Serviço						
Custo dos softwares	20,00%	17.016	-	131	-	17.147
Amortização Acumulada		(7.417)	-	-	(2.701)	(10.118)
Subtotal		9.599	-	131	(2.701)	7.029
Em Curso		-	4.651	(131)	-	4.520
Total Geral		9.599	4.651	-	(2.701)	11.549

19.2 Intangível - Consolidado

	CONSOLIDADO						
	Taxa média de amortização (%)	Saldo 31/12/2017	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação (**)	Saldo 30/06/2018
Intangível em Serviço							
Custo	10,48%	16.079.665	-	196.812	(126.085)	-	16.150.392
Amortização Acumulada		(8.297.458)	-	(1.375)	73.307	(473.062)	(8.698.588)
Subtotal		7.782.207	-	195.437	(52.778)	(473.062)	7.451.804
Em Curso		848.312	770.205	(195.715)	(258.422)	-	1.164.380
Total		8.630.519	770.205	(278)	(311.200)	(473.062)	8.616.184
(-) Obrigações Vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	3,80%	3.722.038	-	(52.404)	-	-	3.669.634
Amortização Acumulada		(2.028.539)	-	(278)	-	(70.803)	(2.099.620)
Subtotal		1.693.499	-	(52.682)	-	(70.803)	1.570.014
Em Curso		197.120	119.984	52.404	(103.941)	-	265.567
Total Obrigações Vinculadas à concessão		1.890.619	119.984	(278)	(103.941)	(70.803)	1.835.581
Total Geral		6.739.900	650.221	-	(207.259)	(402.259)	6.780.603

(*) Das baixas no montante de R\$207.259, R\$154.481, refere-se as transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o contas a receber da concessão e R\$52.778 referem-se às baixas realizadas no período, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período/exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

“O montante transferido do ativo intangível, líquido das obrigações especiais, para o contas a receber da concessão de R\$154.481 (R\$765.493 em 31 de dezembro de 2017), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).”

(**) A Companhia registrou no período, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$18.590 (R\$36.118 em 31 de dezembro de 2017) e R\$20 referente à depreciação dos bens de uso futuro da controlada direta EMS.

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO						
	Taxa média de amortização (%)	Saldo 31/12/2016	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação (**)	Saldo 31/12/2017
Intangível em Serviço							
Custo	11,47%	14.651.198	-	1.648.921	(220.454)	-	16.079.665
Amortização Acumulada		(6.867.309)	14.703	(687.133)	162.992	(920.711)	(8.297.458)
Subtotal		7.783.889	14.703	961.788	(57.462)	(920.711)	7.782.207
Em Curso		1.166.531	1.926.805	(1.196.033)	(1.048.991)	-	848.312
Total		8.950.420	1.941.508	(234.245)	(1.106.453)	(920.711)	8.630.519
(-) Obrigações Vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	3,91%	2.819.616	213	902.209	-	-	3.722.038
Amortização Acumulada		(1.219.826)	-	(673.522)	-	(135.191)	(2.028.539)
Subtotal		1.599.790	213	228.687	-	(135.191)	1.693.499
Em Curso		327.810	615.740	(462.932)	(283.498)	-	197.120
Total Obrigações Vinculadas à concessão		1.927.600	615.953	(234.245)	(283.498)	(135.191)	1.890.619
Total Geral		7.022.820	1.325.555	-	(822.955)	(785.520)	6.739.900

(*) Das baixas no montante de R\$822.955, R\$765.493, refere-se as transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o contas a receber da concessão e R\$57.462 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

“O montante transferido do ativo intangível, líquido das obrigações especiais, para o contas a receber da concessão de R\$765.493 (R\$527.173 em 31 de dezembro de 2016), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).”

(**) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$36.118 (R\$33.935 em 31 de dezembro de 2016).

(**) Inclui, R\$15.780 da controlada indireta EMT de despesa de amortização referente ao reconhecimento dos ativos do Projeto Comodoro.

19.3 Intangível - Contrato de Concessão - consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691/2015, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível está sendo realizada de acordo com as taxas da Resolução Normativa da ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

Notas Explicativas

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2018	31/12/2017
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	3.709.851	3.584.197
Participação da União - recursos CDE ⁽²⁾	1.147.962	1.192.783
Participação do Governo do Estado ⁽²⁾	306.022	306.022
Reserva para reversão ⁽³⁾	9.588	9.972
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	296.465	296.465
(-) Amortização acumulada	(2.099.620)	(2.028.539)
Total	3.370.268	3.360.900
Alocação:		
Contas a receber da concessão	1.534.687	1.470.281
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.570.014	1.693.499
Infraestrutura - Intangível em curso	265.567	197.120
Total	3.370.268	3.360.900

- (1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

Conforme Resolução Normativa nº 660 de 28 de abril de 2015 e Despacho ANEEL nº 245, de 28 de janeiro de 2016, a partir do 4º ciclo de revisão tarifária a Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente passou a ser contabilizada na rubrica Passivos Financeiros Setoriais. As controladas diretas e indiretas da Energisa já passaram pelo 4º ciclo de revisão tarifária.

19.4 Direito de concessão - consolidado

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Reconhecido por controladas ⁽¹⁾	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora ⁽²⁾	298.589	298.589
Aquisição participação ⁽³⁾	67.358	67.358
Amortização acumulada	(520.052)	(500.178)
Subtotal	383.907	403.781

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Saldo inicial	403.781	443.524
Amortização no período	(19.874)	(39.743)
Saldo final	383.907	403.781

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027). Desde 01 de janeiro de 2016, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ágio pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

Notas Explicativas

A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 30 de junho de 2018, o saldo a amortizar pela controlada é de R\$215.471 (R\$233.940 em 31 de dezembro de 2017).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R\$120.859 (R\$125.788 em 31 de dezembro de 2017). Desde 01 de janeiro de 2017, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ativo da concessão pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A Companhia detém o controle acionário da empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, que é detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 31 de dezembro de 2017). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) Aquisição de participação

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias montou em R\$165.552 foi reconhecido na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível" no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio de R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R\$6.361. Além da amortização de R\$26.803 realizada até 30 de junho de 2018.

Em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Direitos Creditórios apurando um ágio de R\$4.512.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social
2018 e 2019	54.434	12.559
2020 e 2021	74.288	16.745
2022 e 2023	74.288	16.745
2024 e 2025	74.288	16.745
2026 e 2027	55.484	10.466
2028 e 2029	24.144	-
2030 em diante	26.981	-
Total	383.907	73.260

Notas Explicativas

20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Furnas	-	-	136	136
Ampla - CUSD	-	-	3.668	2.604
CCEE ^(1 e 2)	-	-	414.419	286.417
Contratos Bilaterais ⁽²⁾	-	-	940.152	935.623
Uso de rede básica ⁽²⁾	-	-	54.579	49.795
Conexão à rede ⁽²⁾	-	-	9.557	8.004
Encargo de serviços do sistema ⁽²⁾	-	-	13.442	11.716
Uso do sistema de distribuição (CUSD) ⁽²⁾	-	-	19.237	15.670
Materiais, serviços e outros ⁽³⁾	1.879	7.069	202.348	204.209
Total	1.879	7.069	1.657.538	1.514.174
Circulante	1.879	7.069	1.620.263	1.418.407
Não Circulante	-	-	37.275	95.767

- (1) Incremento do custo de energia no Mercado de Curto Prazo-MCP em consequência do PLD que atingiu valores expressivos, com média de R\$457,42 em junho de 2018, contra média de R\$234,46 em dez/2017.
- (2) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Inclui R\$136.555 (R\$195.078 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$19.508 (R\$78.031 em 31 de dezembro de 2017) encontra-se contabilizado no passivo não circulante, de débitos com Eletrobrás devidos pela controlada EMT, referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas. Os juros remuneratórios incidentes sobre o principal serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela taxa de 115% do CDI. Em 30 de junho de 2018 foram pagos parcelamentos de débitos com fornecedores de energia no montante de R\$64.745 (R\$159.928 em 31 de dezembro de 2017) e reconhecido R\$6.222 (R\$28.778 em 31 de dezembro de 2017) de atualização financeira no consolidado.
- (3) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

21. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos, Financiamentos e encargos de dívidas	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	-	-	3.435.950	3.805.459
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	462.696	82.700	2.633.038	1.728.549
Encargos de dívidas - moeda nacional	-	-	92.650	53.473
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	2.259	563	15.347	10.535
(-) custos a amortizar - moeda nacional	-	-	(981)	(7.865)
(-) custos a amortizar - moeda estrangeira	-	-	(3.099)	(3.663)
Marcação a mercado de dívidas	(5.996)	214	(38.728)	11.456
Total	458.959	83.477	6.134.177	5.597.944
Circulante	154.492	83.477	1.281.757	1.673.496
Não Circulante	304.467	-	4.852.420	3.924.448

Notas Explicativas

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros (4)	Garantias (*)
	30/06/2018	31/12/2017					
Energisa S/A							
Resolução 4131 - Citibank (1)	-	83.263	Libor + 1,64% a.a.	abr/18	Anual	17,38%	A
Resolução 4131 - Itau (1)	464.955	-	4,0375% a.a.	mai/21	Anual	18,56%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(5.996)	214	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	458.959	83.477					
Total Energisa S/A	458.959	83.477					
Energisa Sergipe							
FIDC Grupo Energisa III	13.175	15.089	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,52%	R
Repasse BNDES I - ABC	5.536	8.299	TJLP + 2,20% a 4,10% a.a.	mai/19	Mensal	4,37% a 5,31%	A
Repasse BNDES II - ABC	595	916	TJLP + 3,10% a 4,10% a.a.(Pré)	mai/19	Mensal	4,82% a 5,31%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	-	17.217	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasse BNDES - Itau (3)	-	4.604	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	3.508	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	-	14.240	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A
Repasse BNDES - Itau (3)	-	3.808	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	2.901	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A
Repasse BNDES FINEM - Itau (1,5)	-	7.505	TJLP + 2,90% a 3,90% a.a.	mar/20	Mensal	4,72% a 5,21%	A
FINAME - Itau BBA	12.283	13.650	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	1,24% a 4,26%	A
Parcelamento INERGUS	13.025	13.184	IPC +5,5% a.a	dez/39	Mensal	3,92%	F
Nota promissória SAFRA - 1ª Série (1)	-	9.676	CDI + 1,65%	abr/18	Final	3,99%	A
Nota promissória SAFRA - 2ª Série (1)	90.577	87.084	CDI + 1,65%	abr/19	Final	3,99%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(248)	(715)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	134.943	200.966					
Resolução 4131 - Itau BBA	-	105.389	3,49% a 4,53 a.a. (Pré)	abr/18	Anual	18,29% a 18,80%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	325.233	254.053	Libor + 0,72% a 2,16% a.a.	abr/21	Final	19,22% a 19,93%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	181.531	41.396	Libor + 1,20% a 1,75% a.a.	jan/21	Final	19,46% a 19,73%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(115)	(250)	-	-	-	-	-
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(9.206)	1.671	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	497.443	402.259					
Total Energisa Sergipe	632.386	603.225					
Energisa Paraíba							
FIDC Grupo Energisa III	53.578	61.362	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,52%	R
Repasse BNDES FINEM - Itau (1,5)	-	14.923	TJLP + 2,90% a 4,00% a.a.	dez/23	Mensal	4,72% a 5,26%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	-	34.884	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasse BNDES - Itau (3)	-	9.441	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	7.205	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	-	25.941	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A
Repasse BNDES - Itau (3)	-	7.021	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	5.358	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A

Notas Explicativas

FINAME - Itaú	22.697	25.283	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	1,24% a 4,88%	A
Parcelamento FUNASA	4.017	4.192	IPCA + 5,94%	dez/29	Mensal	5,53%	-
Nota promissória SAFRA - 1º Série (1)	-	6.988	CDI + 1,65%	abr/18	Final	3,99%	A
Nota promissória SAFRA - 2º Série (1)	65.417	62.894	CDI + 1,65%	abr/19	Final	3,99%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(358)	(1.119)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	145.351	264.373					
Resolução 4131 - Itaú BBA	98.305	184.890	3,80%a.a. (Pré) Libor + 0,73% a	jun/20	Final	18,44%	A
Resolução 4131 -Citibank (1)	125.722	73.779	2,16% a.a.	jan/21	Final	19,22% a 19,93%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	121.326	104.043	Libor + 2,25% a.a.	set/19	Final	19,98%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(2.944)	3.519	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	342.409	366.231					
Total Energisa Paraíba	487.760	630.604					
Energisa Minas Gerais							
FIDC Grupo Energisa III	13.175	15.089	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,52%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	2.169	2.892	6,00% a.a. (Pré)	dez/19	Mensal	2,96%	R
Subtransmissão - Eletrobrás	-	70	7,00% a.a. (Pré)	fev/18	Mensal	3,44%	R
Repasse BNDES I - Itaú BBA	1.209	1.439	TJLP + 4,75% a.a. UMBND + 3,75%	jan/21	Mensal	5,63%	A
Repasse BNDES II - Itaú BBA	680	715	a.a. (*)	jan/21	Mensal	1,92%	A
Repasse BNDES III - Itaú BBA	504	600	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal	6,21%	A
Repasse BNDES IV - Itaú BBA	772	922	5,50% a.a. (Pré) TJLP + 3,96% a	jan/21	Mensal	2,71%	A
Repasse BNDES V - Itaú (3)	-	20.997	4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasse BNDES VI - Itaú (3)	-	12.219	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A
FINAME - Itaú BBA	9.691	10.864	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	dez/24	Mensal	1,24% a 4,88%	A
FINAME - CEF	1.845	2.116	8,70% a.a. (Pré) TJLP + 2,90% a	nov/21	Mensal	4,26%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (1,5)	-	14.581	3,90% a.a.	dez/23	Mensal	4,72% a 5,21%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander(1)	110.066	110.082	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral	3,83%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(60)	(313)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	140.051	192.273					
Resolução 4131 - Itaú BBA	70.744	60.703	3,7995% a 4,8535% a.a. (Pré) Libor + 1,77% a	jun/20	Final	18,44% a 18,96%	A
Resolução 4131 II - Citibank (1)	120.123	89.051	2,16% a.a.	mai/21	Final	19,74% a 19,93%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1.788)	1.372	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	189.079	151.126					
Total Energisa Minas Gerais	329.130	343.399					
Energisa Nova Friburgo							
FIDC Grupo Energisa III	3.513	4.024	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,52%	R
Luz para Todos - Eletrobrás	103	155	7,00% a.a. (Pré)	mai/19	Mensal	3,44%	-
Repasse BNDES I - Itaú	473	566	TJLP + 4,75% a.a.	dez/20	Mensal	5,63%	A
Repasse BNDES II - Itaú	299	286	UMBND + 3,75%	dez/20	Mensal	1,92%	A
Repasse BNDES III - Itaú	197	236	TJLP + 5,95% a.a.	dez/20	Mensal	6,21%	A
Repasse BNDES IV - Itaú	314	377	5,50% a.a. (Pré)	dez/20	Mensal	2,71%	A
Repasse BNDES V - Itaú (1)	-	2.040	TJLP + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	4,82%	A
Repasse BNDES VI - Itaú	-	1.036	SELIC + 3,10% a.a. TJLP + 3,96% a	abr/21	Mensal	4,71%	A
Repasse BNDES VII - Itaú (3)	-	4.466	4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasse BNDES VIII - Itaú (3)	-	2.685	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A
FINAME - Itaú	1.010	1.115	2,50% a 6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	1,24% a 2,96%	A
BNDES Automático I - Itaú	-	725	TJLP + 4,65% a.a.	jun/18	Mensal	5,58%	A
BNDES Automático II - Itaú	-	315	UMBND + 3,65%	jun/18	Mensal	1,87%	A

Notas Explicativas

Nota Flutuante de Juros - Santander(1)	35.053	35.026	CDI + 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral	3,83%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(16)	(73)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	40.946	52.979					
Resolução 4131 - Itaú BBA III	-	25.804	4,29% a.a. (Pré) LIBOR + 1,62% a.a. (Pré)	fev/18	Final	18,68%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	49.324	27.300		set/22	Final	19,18% a 19,67%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(397)	822	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	48.927	53.926					
Total Energisa Nova Friburgo	89.873	106.905					
Energisa Borborema							
FIDC Grupo Energisa III	4.392	5.030	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,52%	R
Repasse BNDES I - BNB	-	2.565	UMBND + 3,90%	mar/23	Mensal	1,99%	A
Repasse BNDES II - BNB	-	7.233	TJLP + 3,90% a.a.	mar/23	Mensal	5,21%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	3.013	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	2.630	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	2.187	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	1.909	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A
FINAME - Itaú BBA	2.112	2.351	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	1,24% a 4,26%	A
Nota promissória SAFRA - 1º Série (1)	-	1.077	CDI + 1,65%	abr/18	Mensal	3,99%	A
Nota promissória SAFRA - 2º Série (1)	10.085	9.696	CDI + 1,65%	mar/19	Mensal	3,99%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (1,5)	-	4.085	TJLP + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	4,82%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (1,5)	-	2.194	SELIC + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	4,71%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander(1)	40.024	40.030	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral	3,83%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(36)	(133)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	56.577	83.867					
Resolução 4131 - Itaú BBA	24.032	20.624	4,8535% a.a. (Pré)	jul/18	Final	18,96%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	23.776	20.370	Libor + 0,97% a.a.	nov/20	Final	19,34%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(220)	327	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	47.588	41.321					
Total Energisa Borborema	104.165	125.188					
Energisa Mato Grosso							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.402	353.307	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	3,44%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	483.369	483.452	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	3,52%	R
CCB - Santander (1)	10.727	16.093	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	4,30%	R + A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	93.102	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	85.858	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	63.277	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	58.354	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A
Nota Promissória 1ª missão (1)	261.257	252.778	105,5% CDI	out/18	Final	3,34%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	518.331	200.149	CDI + 1,3248% a 1,35% a.a.	dez/20	Semestral	3,83% a 3,84%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(130)	(2.755)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	1.626.956	1.603.615					
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	204.844	93.576	Libor + 1,20% a 1,60% a.a.	jan/21	Final Anual a partir de 2021	19,46% a 19,66%	A
Citibank Loan - 4131 (1)	55.400	47.525	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	19,71%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	55.391	47.518	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	19,76%	A
(-) Custo de captação incorrido	(876)	(1.006)	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

na contratação

(-) Marcação à Mercado de Dívida

(2)	(4.807)	1.886	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	309.952	189.499					
Total Energisa Mato Grosso	1.936.908	1.793.114					

Energisa Mato Grosso do Sul

FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.493	291.414	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	3,44%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	220.563	220.602	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	3,52%	R
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	41.942	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	37.013	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	29.287	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	25.838	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	-	(1.091)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	512.056	645.005					
Loan Citi - 4131 (1)	55.876	47.898	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021	19,71%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	55.844	47.877	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021	19,76%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(868)	(988)	-	-	-	-	-
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(2.778)	(57)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	108.074	94.730					
Total Energisa Mato Grosso do Sul	620.130	739.735					

Energisa Tocantins

Luz para Todos I - Eletrobrás	15.676	18.324	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	2,96%	R
Luz para Todos II - Eletrobrás	29.929	41.153	SELIC	out/19	Mensal	3,17%	R
CCB - Santander (1)	27.824	41.742	CDI + 2,28% a.a. TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	jun/19	Mensal	4,30%	R
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	65.697	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	28.856	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	-	47.462	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	-	20.848	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A
Nota Promissória Itaú 2ª Emissão(1)	461.742	151.667	105,50% a 110,0% CDI	set/19	Final	3,34% a 3,49%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(132)	(1.661)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	535.039	414.088					
Resolução 4131 - Itaú (1)	200.526	163.159	4,35% a.a. (Pré)	jun/21	Final	18,71%	R
Loan Citi - 4131 (1)	43.427	37.207	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	19,71%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	43.394	37.187	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	19,76%	A
Merrill lynch Loan (1 e 6)	120.501	-	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	19,46%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(822)	(939)	-	-	-	-	-
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(8.081)	1.469	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	398.945	238.083					
Total Energisa Tocantins	933.984	652.171					

Energisa Sul Sudeste

CCB - Santander (1)	2.849	4.275	CDI + 2,28% a.a. TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	jun/19	Mensal	4,30%	R + A
Repasse BNDES I - Itaú (3)	-	43.812	4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,24% a 5,39%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	-	29.111	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	5,32%	A
Nota Promissória - SAFRA (1)	10.207	10.903	CDI + 1,65%	fev/19	Final	3,99%	A
Total em Moeda Nacional	13.056	88.101					
Resolução 4131 - Itaú BBA	-	25.804	4,29% a.a. (Pré)	fev/18	Trimestral	18,68%	A
Loan Citi - 4131 (1)	26.469	22.706	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de	19,71%	A

Notas Explicativas

					2021 Anual a partir de		
Loan Citi EDC - 4131 (1)	26.468	22.703	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	2021	19,76%	A
Banco BBM 55722 Operação 4131	-	21.398	2,76% a.a. (Pré)	abr/18	Final	17,93%	A
Merrill lynch Loan (1 e 6)	115.725	-	Libor + 1,10% a.a.	abr/20	Final	19,41%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(418)	(480)	-	-	-	-	-
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(2.209)	(8)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	166.035	92.123					
Total Energisa Sul Sudeste	179.091	180.224					
Energisa Soluções							
FINEP -	410	1.026	8,00% a.a. (Pré)	out/18	Mensal	3,92%	A
FINAME - Itaú BBA	2.398	2.608	2,50 a 6,00% a.a. (Pré)	set/24	Mensal	1,24% a 2,96%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1)	(5)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	2.807	3.629					
Total Energisa Soluções	2.807	3.629					
Energisa Soluções Construções							
FINAME - Itaú BBA	3.163	3.919	6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,96%	A
FINAME - Itaú BBA	1.388	1.494	SELIC + 5,14% a 5,20%	abr/22	Mensal	5,71% a 5,74%	A
FINAME - Itaú BBA	3.849	3.794	TJLP + 4,80% a 4,87% a.a.	abr/22	Mensal	5,65% a 5,69%	A
Total em Moeda Nacional	8.400	9.207					
Total Energisa Soluções	8.400	9.207					
Energisa Comercializadora							
ITAU BBA - 4131 ECOM N° AGE923670	39.449	33.861	4,85% a.a. (Pré)	jul/18	Final	18,96%	-
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(302)	241	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	39.147	34.102					
Total Energisa Comercializadora	39.147	34.102					
Rede Energia S.A.							
Credores "RJ" - Bicbanco	5.299	4.925	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,50%	R
Credores "RJ" - BNB	11.680	10.859	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,50%	R
Total em Moeda Nacional	16.979	15.784					
Total Rede Energia S.A.	16.979	15.784					
Denerge							
FI-FGTS (Reestruturado)	290.383	273.391	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final	1,98%	-
Total em Moeda Nacional	290.383	273.391					
Total Denerge	290.383	273.391					
Cia Téc.de Comercialização de							
Credores "RJ" - BMG	4.075	3.789	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,50%	-
Total em Moeda Nacional	4.075	3.789					
Total Cia Téc.de Comerc.de	4.075	3.789					
Em Moeda Nacional	3.527.619	3.851.067					
Em Moeda Estrangeira	2.606.558	1.746.877					
Energisa Consolidada	6.134.177	5.597.944					

(*) A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, R=Recebíveis

Condições restritivas financeiras (Covenants):

- (1) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2018, as exigências contratuais foram cumpridas.

Notas Explicativas

- (2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (vide nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (3) A Companhia firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, Banco BTG Pactual S.A e Banco Citibank S/A, visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM já enquadrado para as subsidiárias de distribuição de energia elétrica controladas pela Companhia, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e as controladas e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debentures de 7ª emissão (vide nota explicativa Nº 22).

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

O montante liberado para o financiamento foi de R\$922.221 referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos conforme demonstrado abaixo:

Empresas	Valores (R\$)
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	323.408
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energia S/A	143.798
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	175.096
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	96.970
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	49.754
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	36.264
Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S/A	78.666
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	10.541
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	7.724
Total	922.221

Em 08 de fevereiro e 28 de março de 2018 foram liquidados antecipadamente os contratos conforme quadro abaixo:

Empresas	Valores (R\$)
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	283.344
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energia S/A	126.388
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	87.723
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	43.652
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	31.293
Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S/A	71.753
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	9.583
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	6.737
Total	660.473

- (4) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo 30 de junho de 2018. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 33 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.
- (5) Em 15 de maio de 2018 as controladas diretas efetuaram liquidação antecipada junto a Banco Itaú no valor total de R\$42.551, conforme quadro abaixo.

Empresas	Valores (R\$)
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	13.516
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	6.426
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	13.568
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	6.025
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	3.016
Total	42.551

- (6) Em 09 de Abril de 2018 a controlada indireta ESS captou junto ao Bank Of América N.A., R\$100.000 em moeda estrangeira com vencimento em 09/04/2020, indexado pela taxa Libor com spread de 1,10% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,35% a.a., retirando-se o risco cambial da operação, o montante captado, destinou-se a liquidação antecipada de dívida e

Notas Explicativas

gestão de caixa da companhia. Em 30 de maio de 2018 a controlada indireta ETO captou junto ao Banco Itaú, R\$192.614 em moeda estrangeira com vencimento em 30/05/2021, indexado pela taxa Libor com spread de 1,10% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,35% a.a., retirando-se o risco cambial da operação, destinado ao pagamento de dividendos e dívida.

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$95.509 (R\$147.271 em 31 de dezembro de 2017), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos período/exercício:

Moeda/indicadores	30/06/2018	31/12/2017
US\$ x R\$	16,56%	1,50%
TJLP	3,28%	7,12%
SELIC	3,17%	9,85%
CDI	3,17%	9,94%
IPCA	2,60%	2,95%
IGP-M	5,40%	-0,53%
LIBOR	2,30%	1,30%
UMBNB	0,06%	0,06%
TR	0,00%	0,60%
IPC-FIPE	1,21%	2,26%

Em 30 de junho de 2018, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2019	-	547.805
2020	152.233	1.154.243
2021	152.234	1.354.932
2022	-	273.454
Após 2022	-	1.521.986
Total	304.467	4.852.420

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Saldos em 31/12/2017 e 31/12/2016	83.477	162.893	5.597.944	5.394.110
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	436.800	-	1.999.414	1.790.920
Custos Apropriados	-	-	(1.463)	(5.336)
Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	34.000	3.591	562.880	443.507
Marcação Mercado da Dívida	(6.210)	844	(50.183)	(14.117)
Pagamento de principal	(87.443)	(79.618)	(1.841.464)	(1.638.458)
Pagamento de juros	(1.665)	(4.233)	(132.951)	(372.682)
Saldos em 30/06/2018 e 31/12/2017	458.959	83.477	6.134.177	5.597.944
Circulante	154.492	83.477	1.281.757	1.673.496
Não circulante	304.467	-	4.852.420	3.924.448

Notas Explicativas

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes são:

Empresas	Contratos	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020 em diante	Total
ESE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	12	25	25	62
	Banco ABC Repasse BNDES	6	5	-	11
	Banco BAML	115	-	-	115
	Banco SAFRA	105	70	-	175
		238	100	25	363
EPB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	45	96	101	242
	Nota Promissória SAFRA 2º Série	69	47	-	116
		114	143	101	358
EMG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	12	24	24	60
		12	24	24	60
ENF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	3	6	7	16
		3	6	7	16
EBO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	4	8	8	20
	Nota Promissória SAFRA 2º Série	11	5	-	16
		15	13	8	36
ESOL	Finep	1	-	-	1
		1	-	-	1
ETO	Banco Santander	29	28	-	57
	Banco Citibank	94	189	457	740
	Banco Citibank - EDC	10	21	51	82
	Nota promissória 2ª Emissão	75	-	-	75
		208	238	508	954
ESS	Banco Citibank	65	106	205	376
	Banco Citibank - EDC	7	12	23	42
		72	118	228	418
EMT	Loan Citibank	135	222	432	789
	Loan EDC	15	24	48	87
	Nota promissória 1ª Emissão	130	-	-	130
		280	246	480	1.006
EMS	Loan Citibank	100	199	482	781
	Banco Citibank - EDC	11	22	54	87
		111	221	536	868
TOTAL		1.054	1.109	1.917	4.080

22. Debêntures (não conversíveis em ações)

O saldo das debêntures e demais componentes a elas relacionados, são como:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Debentures - moeda nacional	3.546.622	2.771.141	4.746.959	3.382.727
(-) custos de captação incorridos na captação	(5.686)	(3.604)	(29.695)	(26.110)
(-) Marcação à Mercado de Dívida	-	-	(312)	-
Total	3.540.936	2.767.537	4.716.952	3.356.617
Circulante	515.301	241.939	549.823	326.147
Não Circulante	3.025.635	2.525.598	4.167.129	3.030.470

Notas Explicativas

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimen to	Amortiza ção/ parcelas	Taxa efetiva de
	30/06/2018	31/12/2017						
ENERGISA S/A								
5ª Emissão/2ª Série	377.523	352.643	15/07/12	27.143 / 27.143	IPCA+10,7011 % a.a	jul / 19	Anual, após jul.2018	7,81%
7ª Emissão/1ª Série	197.832	194.273	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 20	Final	6,88%
7ª Emissão/2ª Série	197.832	194.274	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 21	Final	6,88%
7ª Emissão/3ª Série	197.832	194.274	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 22	Final	6,88%
7ª Emissão/4ª Série	198.834	195.259	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 20	Final	7,60%
7ª Emissão/5ª Série	198.834	195.259	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 21	Final	7,60%
7ª Emissão/6ª Série	198.834	195.259	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 22	Final	7,60%
8ª Emissão/1ª Série	204.490	205.291	19/07/17	197.598 / 177.348	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Anual	5,36%
8ª Emissão/2ª Série	183.538	184.299	19/07/17	177.348	IPCA+5,6601 % a.a	jun / 24	Anual	5,39%
Debentures 9ª Emissão 1ª Série	65.163	62.623	31/10/17	7.126 / 7.126	IPCA+4,4885 % a.a	out / 22	Final	4,82%
Debentures 9ª Emissão 2ª Série	12.162	11.676	31/10/17	1.328 / 1.328	IPCA+4,7110 % a.a	out / 24	Final	4,93%
Debentures 9ª Emissão 3ª Série	22.690	21.742	31/10/17	2.472 / 2.472	IPCA+5,1074 % a.a	out / 27	Final	5,12%
Debentures 9ª Emissão 4ª Série	790.450	764.268	31/10/17	87.074 / 87.074	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	3,42%
10ª Emissão	700.608	-	20/06/18	70.000 / 70.000	CDI+1,10% a.a	jun / 21	Anual	3,72%
(-) custos de captação	(5.686)	(3.604)	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA S A	3.540.936	2.767.536						
ENERGISA SERGIPE								
3ª Emissão	25.210	24.316	30/10/13	60 / 60	115,5% do CDI	out / 19	Anual	3,66%
Total ENERGISA SERGIPE	25.210	24.316						
ENERGISA PARAÍBA								
Debentures 4ª Emissão	184.122	-	07/03/18	18.000 / 18.000	CDI+1,00% a.a	fev / 21	Final	3,67%
Total ENERGISA PARAÍBA	184.122	-						
REDE ENERGIA								
4ª Emissão	50.827	47.253	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	jul / 36	Final	1,00%
Total REDE ENERGIA	50.827	47.253						
EMS								
Debentures 8ª Emissão	305.858	306.200	19/07/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Semestral	3,41%
Debentures 10ª Emissão	153.410	-	15/02/18	15.000 / 15.000	CDI +0,95%	fev / 21	Final	3,64%
(-) custos de captação	(1.878)	(923)	-	-	-	-	-	-
Total EMS	457.390	305.277						
EMT								
Debentures 5ª Emissão	-	233.818	15/05/14	34.140 / 34.140	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Mensal, após jun.2016	4,30%
Debentures 8ª Emissão	480.910	-	07/03/18	47.000 / 47.000	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	3,72%
(-) custos de captação	-	(1.071)	-	-	-	-	-	-
Total EMT	480.910	232.747						
Total	4.746.959	3.382.727						
(-) custos de captação (*)	(22.131)	(20.512)	-	-	-	-	-	-
(-) custos de captação	(7.564)	(5.598)	-	-	-	-	-	-
Total dos custos de captação	(29.695)	(26.110)						
(-) Marcação à Mercado de Dívida	(312)	-	-	-	-	-	-	-
Total em moeda nacional	4.716.952	3.356.617						

(*) Debêntures simples conjugadas com bônus de subscrição

No último trimestre do exercício de 2015 a Companhia emitiu três séries de debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição (parte da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa), o que corresponde a conversibilidade dessas debêntures em ações da Energisa. Na data de emissão, somatórios dessas três séries correspondiam a R\$500.001. O valor das debêntures foi contabilizado como dívida, ao mesmo tempo, o IAS39/CPC38 determina que a opção de conversibilidade seja

Notas Explicativas

precificada e contabilizada, o que representou o reconhecimento na despesa financeira do período findo em 30 de junho de 2018 de R\$107.421, totalizando R\$257.421, na rubrica de instrumentos financeiros derivativos.

O direito do período do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11) a R\$18,25 (31/12/2017), enquanto estava negociada a R\$27,30/unit na mesma data. Trata-se de uma opção “dentro do dinheiro”, o que reflete elevada probabilidade de conversão. A despeito dessa elevada probabilidade de período de direito de conversão, o que restaria a redução da dívida e aumento do Capital Social, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo.

- Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
- Os recursos decorrentes da 7ª emissão da Energisa fazem parte de um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR destinados ao reforço da estrutura de capital da empresa para viabilizar a modernização e expansão de suas controladas operacionais de distribuição de energia elétrica, sobretudo as controladas adquiridas da Rede Energia S/A.

Em acréscimo também foi contratado sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, Banco BTG Pactual S/A e Banco Citibank S/A, visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM (nota explicativa nº 21).

O acordo de investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debêntures, dentre outros.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 33). Em 30 de junho de 2018, as exigências contratuais foram cumpridas.

As debêntures estão garantidas por aval da controladora Gipar S/A.

- Os debenturistas da 5ª emissão da Energisa, em correspondência de 23 de maio de 2016 estabeleceram novos indicadores com aplicação a partir de 30 de junho de 2016. Em 30 de junho de 2018, as exigências contratuais foram cumpridas.
- Os debenturistas da 5ª emissão de debêntures da controlada EMT e os debenturistas da 7ª emissão de debêntures da controlada EMS em correspondências de 29 de junho 2016 suspenderam a aplicação dos indicadores financeiros durante o período de 30 de junho de 2016 a 30 de junho de 2017 e, estabeleceram novos indicadores para os trimestres subsequentes. Em 30 de junho de 2018, as exigências contratuais foram cumpridas.
- As debêntures de 4ª emissão da controlada Rede Energia com o Banco do Nordeste do Brasil S/A foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$286.160 (R\$288.910 em 31 de dezembro de 2017) de ajuste a valor presente.

Em 30 de junho de 2018, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2019	171.123	180.141
2020	867.187	961.224
2021	867.874	1.763.474
2022	902.544	1.000.283
Após 2022	216.907	262.007
Total	3.025.635	4.167.129

Notas Explicativas

Os custos de captações das debêntures a serem amortizados nos períodos subsequentes são como segue:

Empresas	Contratos	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020 em diante	Total
	Debêntures 5ª Emissão/2ª Série	37	44	-	81
	Debêntures 7ª Emissão/1ª Série	96	192	128	416
	Debêntures 7ª Emissão/2ª Série	79	158	264	501
	Debêntures 7ª Emissão/3ª Série	67	135	359	561
	Debêntures 7ª Emissão/4ª Série	96	193	128	417
	Debêntures 7ª Emissão/5ª Série	79	159	265	503
	Debêntures 7ª Emissão/6ª Série	68	136	362	566
	Debêntures 10ª Emissão	670	995	976	2.641
ESA		1.192	2.012	2.482	5.686
	Debêntures 4ª Emissão 1ª Série	38	75	189	302
	Debêntures 4ª Emissão 2ª Série	24	48	217	289
	Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	6	13	36	55
	Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	1	2	8	11
	Debêntures 5ª Emissão 3ª Série	1	2	18	21
	Debêntures 5ª Emissão 4ª Série	77	154	436	667
ESE		147	294	904	1.345
	Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	59	118	295	472
	Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	38	75	339	452
	Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	10	20	56	86
	Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	1	2	10	13
	Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	2	4	33	39
	Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	121	242	685	1.048
	Debêntures 4ª Emissão Ser. Única	235	459	522	1.216
EPB		466	920	1.940	3.326
	Debêntures 8ª Emissão 1ª Série	34	67	168	269
	Debêntures 8ª Emissão 2ª Série	21	43	193	257
	Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	3	7	18	28
	Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	-	1	4	5
	Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	1	1	9	11
	Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	38	76	214	328
EMG		97	195	606	898
	Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	166	331	828	1.325
	Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	106	212	951	1.269
	Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	8	16	43	67
	Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	1	2	10	13
	Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	1	3	21	25
	Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	89	178	506	773
ESS		371	742	2.359	3.472
	Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	151	302	757	1.210
	Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	97	193	869	1.159
	Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	9	17	49	75
	Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	1	2	12	15
	Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	1	3	23	27
	Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	99	198	561	858
ETO		358	715	2.271	3.344
	Debêntures 8ª Emissão	91	182	502	775
	Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	10	19	55	84
	Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	1	3	12	16
	Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	2	3	27	32
	Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	136	242	601	979
	Debêntures 10ª Emissão	207	414	481	1.102
EMS		447	863	1.678	2.988
	Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	309	619	1.547	2.475
	Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	196	392	1.766	2.354
	Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	10	19	54	83
	Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	1	3	12	16
	Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	2	3	26	31
	Debêntures 7ª Emissão 4ª Série	112	224	636	972
	Debêntures 8ª Emissão Ser. Única	507	1.015	1.183	2.705
EMT		1.137	2.275	5.224	8.636
	TOTAL	4.215	8.016	17.464	29.695

Notas Explicativas

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Saldos em 31/12/2017 e 31/12/2016	2.767.537	1.533.467	3.356.617	2.267.613
Novas debêntures emitidas	700.000	1.224.946	1.500.000	1.524.946
Custos Apropriados	(2.756)	-	(8.259)	(22.794)
Encargos de dívidas - juros, custos, variação monetária e cambial	147.519	209.323	186.510	293.566
Marcação Mercado da Dívida	-	-	(311)	-
Pagamento de principal	-	(51.594)	(233.165)	(192.074)
Recompra de debêntures	-	-	-	(293.707)
Pagamento de juros	(71.364)	(148.605)	(84.440)	(220.933)
Saldos em 30/06/2018 e 31/12/2017	3.540.936	2.767.537	4.716.952	3.356.617
Circulante	515.301	241.939	549.823	326.147
Não circulante	3.025.635	2.525.598	4.167.129	3.030.470

23. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	-	-	526.892	467.510
Encargos Sociais	1.637	1.551	25.861	26.317
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	19.142	57.911
Contribuição Social s/ o Lucro - CSSL	1	-	8.063	23.402
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.906	1.511	119.402	98.094
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.605	972	7.895	7.215
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	298	330	594	1.044
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	397	924	4.445	4.463
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta - CPRB	-	-	456	525
Outros	421	535	24.972	25.747
Total	6.265	5.823	737.722	712.228
Circulante	6.265	5.823	473.769	496.762
Não Circulante	-	-	263.953	215.466

- (a) ICMS - A controladora indireta ESS, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda", com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, ETO, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R\$199.831 (R\$136.840 em 31 de dezembro de 2017), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7, item nº 6). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

24. Parcelamento de impostos - consolidado

As controladas possuem parcelamentos de impostos junto as secretarias estaduais e federais, que incluem os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices próprios de cada Estado.

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
ICMS	67.736	71.863
Total	67.736	71.863
Circulante	17.409	10.157
Não Circulante	50.327	61.706

Notas Explicativas

Os valores são distribuídos conforme demonstrado abaixo:

	EMT	ESS	30/06/2018	31/12/2017
ICMS	97	67.639	67.736	71.863
Total	97	67.639	67.736	71.863
Circulante	97	17.312	17.409	10.157
Não Circulante	-	50.327	50.327	61.706

	Consolidado				
	Valor original	Multa	Juros	30/06/2018	31/12/2017
ICMS	35.796	4.179	27.761	67.736	71.863
Total	35.796	4.179	27.761	67.736	71.863
Circulante	9.200	1.073	7.136	17.409	10.157
Não Circulante	26.596	3.106	20.625	50.327	61.706

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão programados para serem liquidados conforme apresentado abaixo:

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
2018	9.011	10.157
2019	16.312	14.819
2020	14.483	13.859
Após	27.930	33.028
Total	67.736	71.863
Circulante	17.409	10.157
Não Circulante	50.327	61.706

25. Encargos setoriais - consolidado

	30/06/2018	31/12/2017
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ⁽²⁾	84.786	118.930
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT	4.518	4.071
Ministério de Minas e Energia - MME	2.239	2.016
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-PROCEL	14.165	7.896
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D ⁽¹⁾	148.052	154.483
Programa de Eficiência Energética-PEE ⁽¹⁾	169.875	184.419
Total	423.635	471.815
Circulante	227.659	289.867
Não-circulante	195.976	181.948

⁽¹⁾ Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

⁽²⁾ Conta de Desenvolvimento Energético-CDE - refere-se a: (i) As cotas foram liquidadas durante o período, sem saldo remanescente em aberto, já em 31 de dezembro de 2017 o valor foi de R\$61.591; (ii) cota destinada a devolução do aporte de CDE no montante de R\$34.355 (R\$18.611 em 31 de dezembro de 2017) (iii) cota destinada a devolução do aporte da conta no Ambiente de Contratação Regulada ("Conta ACR") no montante de R\$50.431 (R\$38.728 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

26. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

Controladora	Trabalhistas	Fiscais	30/06/2018	31/12/2017
Saldos iniciais - não circulante - 31/12/2017 e 31/12/2016	1.480	13	1.493	1.332
Constituições de provisões	20	107	127	141
Reversões de provisões	(246)	-	(246)	(5)
Pagamentos realizados	-	-	-	(7)
Atualização monetária	21	1	22	32
Saldos finais - não circulante - 30/06/2018 e 31/12/2017	1.275	121	1.396	1.493
Depósitos e cauções vinculados (*)			(84)	(64)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$215 (R\$357 em 31 de dezembro de 2017). Deste total, R\$131 (R\$293 em 31 de dezembro de 2017) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	30/06/2018	31/12/2017
Saldos iniciais - não circulante - 31/12/2017 e 31/12/2016	216.806	233.992	16.480	18.833	486.111	504.345
Constituições de provisões	28.257	30.343	40	-	58.640	219.379
Reversões de provisões	(10.989)	(20.454)	(617)	-	(32.060)	(104.734)
Pagamentos realizados	(36.266)	(24.969)	-	-	(61.235)	(143.254)
Atualização monetária	2.737	3.281	397	(49)	6.366	10.375
Saldos finais - não circulante - 30/06/2018 e 31/12/2017	200.545	222.193	16.300	18.784	457.822	486.111
Depósitos e cauções vinculados (*)					(103.485)	(106.320)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$265.110 (R\$249.138 em 31 de dezembro de 2017). Deste total, R\$161.625 (R\$142.818 em 31 de dezembro de 2017) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Perdas prováveis - consolidado

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii)

Notas Explicativas

programa Luz no Campo/programa Luz para Todos; (viii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

- **Fiscais**

Referem-se à discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite, os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios.

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- **Regulatórias**

As controladas EMT, EMS, ETO e ESS possuem processos juntos à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório.

Perdas possíveis - Consolidados

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento em um montante de R\$4.376.066 (R\$3.738.959 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

O aumento de R\$637.107, registrado no período findo 30 de junho de 2018, refere-se substancialmente às movimentações ocorridas no contencioso cível, que realizou movimentações relevantes em processo envolvendo as empresas EMT, EMS, ESE, EPB, EBO e ETO, conforme será detalhado a seguir.

- **Trabalhistas**

Ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$184.140 (R\$170.858 em 31 de dezembro de 2017), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

O aumento de R\$13.282, registrado no período findo 30 de junho de 2018, refere-se às movimentações envolvendo provisionamento de novos processos entrantes, alteração/aumento de provisão e atualização monetária da base de processos ativos.

Principais processos:

Controladas

EPB

. Reclamação Trabalhista 0001525-58.2017.5.13.0026, no montante de R\$3.026, recebida em março de 2018, onde se discute proposta por empregados próprios onde o autor requer horas extras e dano moral.

Notas Explicativas

. Reclamação Trabalhista 00181.2011.018.13.00-2, proposta por empregados onde o autor requer verbas contratuais/legais, com valor envolvido de R\$1.520 em 31 de dezembro de 2017, processo encerrado em fevereiro de 2018.

. Reclamação Trabalhista 0001366-81.2017.513.0005, proposta por empregados próprios onde o autor requer reintegração, com valor envolvido de R\$1.531 (R\$1.508 em 31 de dezembro de 2017).

. Reclamação Trabalhista 00361.2008.011.13.00-4, proposta por empregados próprios onde o autor requer indenização, com valor envolvido de R\$1.368 (R\$1.346 em 31 de dezembro de 2017).

ESE

. Ação Civil Pública 0001086-97.2012.5.20.0003 com valor envolvido de R\$8.768 (R\$8.632 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute pedido por Danos Morais e Materiais, advindo de questões relacionadas a legalidade da terceirização.

. Ação trabalhista 0001944-97.2013.5.20.0002 com valor envolvido de R\$2.268 (R\$2.233 em 31 de dezembro de 2017), onde discute indenização por acidente de trabalho/terceirizado.

EMS

. Reclamação trabalhista processo 00018479820145020023, com valor envolvido de R\$7.536 (R\$7.420 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute Indenizações em virtude de discussão sobre verbas rescisórias.

EMT

. Reclamação trabalhista 0001087-16.2017.5.23.0006, com valor envolvido de R\$13.072 (R\$12.870 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute questões relacionadas a jornada de trabalho.

. Reclamação trabalhista 0000203-14.2015.5.23.0052 no valor de R\$2.863 (R\$2.819 em 31 de dezembro de 2017), relacionada a Responsabilidade Subsidiária, onde se discute questões relacionadas obrigações não cumpridas pelo contratado com relação a acidente de trabalho.

. Reclamação trabalhista 0000806-57.2017.5.23.0007 com valor envolvido de R\$1.901 (R\$1.872 em 31 de dezembro de 2017), relacionada a Responsabilidade Subsidiária, onde se discute questões relacionadas obrigações não cumpridas pelo contratado com relação a acidente de trabalho.

ETO

. Processo 0001392-04.2016.5.10.0812 no montante de R\$3.481 (R\$3.428 em 31 de dezembro de 2017) onde se discute questões envolvendo indenização por acidente de trabalho.

. Processo 0023044-62.2013.5.02.0030 no montante de R\$2.328 (R\$2.292 em 31 de dezembro de 2017) onde se discute questões envolvendo verbas contratuais.

. Processo 0000772-26.2015.5.10.0812 no montante de R\$1.142 (R\$1.125 em 31 de dezembro de 2017) onde se discute questões envolvendo verbas rescisórias.

ESS

. Reclamação trabalhista 0011297-53.2017.5.03.0178 recebida em 2017 com valor envolvido de R\$2.273 (R\$2.238 em 31 de dezembro de 2017), envolvendo questões relacionadas a indenização por danos morais e materiais.

. Reclamação trabalhista 0010944-20.2017.5.15.0100 recebida em 2017 com valor envolvido de R\$2.301 (R\$2.265 em 31 de dezembro de 2017), envolvendo questões relacionadas a indenização por danos morais e materiais.

. Reclamação trabalhista envolvendo questões relacionadas a Verbas Contratuais/Legais “horas extras”, “acumulo de função”, “diferenças salariais”, sobreaviso, processo 0011567-73.2016.5.15.0115, com valor

Notas Explicativas

envolvido de R\$ 4.450 (R\$4.357 em 31 de dezembro de 2017), que registrou alteração no prognóstico de possível para remoto.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$1.940.530 (R\$1.250.853 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa, bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontram em processo de defesa administrativa.

O aumento de R\$689.677, registrado no período findo 30 de junho de 2018, refere-se, substancialmente as movimentações de alterações de provisão e prognóstico realizadas em processo proposto contra as empresas EMT, EMS, ESE, EPB, EBO e ETO, envolvendo discussão relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais. Estas movimentações foram fruto da análise das resoluções homologatórias da ANEEL, que validaram as tarifas praticadas no período, desse modo, recalculou-se o efetivo valor de eventual risco financeiro e reavaliou-se o prognóstico de perda: expurgando-se valores pleiteados sem respaldo na lei consumerista, visto que a tarifa praticada sempre esteve em consonância com as determinações da agência reguladora.

Principais processos:

Controladora

Em 25 de abril de 2016, a Companhia e sua controlada Energisa Soluções (requeridas) foram comunicadas sobre o requerimento de instauração de arbitragem, em curso perante o Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá, formulado pela São João Energética (requerente).

O pedido formulado pelo requerente tem por base a suposta violação do contrato de compra e venda de ações e/ou quotas, assinado em 19 de novembro de 2014, mediante o qual as requeridas pactuaram a venda à requerente de três fundos de investimentos, contratualmente denominados FIP Eólicas, FIP Biomassa e FIP PCH. Por meio de alienação desses fundos, as requeridas, indiretamente, venderam à requerente as quotas ou ações de determinadas sociedades, pertencentes aos aludidos fundos de investimento.

“Atualmente, o processo está em fase instrutória. As partes apresentaram no dia 28 de fevereiro de 2018 pareceres técnicos com as respostas aos quesitos dos peritos. Corre prazo para que cada uma das Partes apresentem suas contestações aos pareceres técnicos apresentados pela outra Parte. A audiência de instrução foi designada para os dias 12, 13 e 14 de junho de 2018. Considerando os elementos no sentido de boa-fé das requeridas e a complexidade da prova pericial que será realizada, os consultores jurídicos classificam como “possível” o êxito da Energisa S.A. e da Energisa Soluções S.A.” A audiência de instrução foi designada inicialmente para os dias 12, 13 e 14 de junho de 2018, porém, os 3 dias não foram suficientes e o tribunal suspendeu os trabalhos, que serão retomados nos dias 06, 07 e 08 de agosto.

Principais processos:

Controladas

EMG

. Ação cível coletiva, 2009.38.00.027572-2 no montante de R\$15.163 (R\$14.929 em 31 de dezembro de 2017), por meio da qual a Associação Brasileira de Consumidores contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do

Notas Explicativas

processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia elétrica.

. Ação cível coletiva, 2009.38.00.027553-0 no montante de R\$9.098 (R\$8.957 em 31 de dezembro de 2017), por meio da qual a Associação de Defesa de Interesses Coletivos contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia elétrica.

Processo Administrativo 10640724269201326 no montante de R\$5.494 (R\$5.409 em 31 de dezembro de 2017) envolvendo discussão sobre crédito recolhimento PIS/COFINS, Art. 3º da lei 9.718/98.

. Principais processos:

EPB

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$167.508 relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais, que em face de novas análises efetuadas pelos nossos consultores jurídicos o prognóstico foi alterado de perda remota para possível.

. Ação 0002664-83.2015.815.0131 com valor envolvido de R\$51.990 (R\$51.187 em 31 de dezembro de 2017), processo onde se discute questões relacionadas a rescisão contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Energisa, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrente da mesma.

. Ação 0800663-51.2015.815.0371 com valor envolvido de R\$12.131 (R\$11.944 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute questões relacionadas a indenização por incêndio/queimadas.

. Ação 0800388-05.2015.815.0371 com valor envolvido de R\$11.205 (R\$11.032 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute questões relacionadas a indenização por incêndio/queimadas.

ENF

. Ação Ordinária 0001979.52.1998.819.0037 envolvendo obrigação de fazer, com valor envolvido de R\$2.837 (R\$2.793 em 31 de dezembro de 2017), relacionada a transferência de ações.

. Ação Civil Pública 0004079-96.2006.8.19.0037 com valor envolvido de R\$1.920 (R\$1.890 em 31 de dezembro de 2017), referente a questões de relacionadas a cobrança e repasse de COSIP - Custeio de Serviço de Iluminação Pública.

ESE

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$96.577 relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais, que em face de novas análises efetuadas pelos nossos consultores jurídicos o prognóstico foi alterado de perda remota para possível.

. Ação cível 200610100241, no montante de R\$16.100 (R\$15.851 em 31 de dezembro de 2017), em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

. Ação cível coletiva 2009.38.00.027553-0, no montante de R\$9.062 (R\$8.923 em 31 de dezembro de 2017), por meio da qual a Associação de Interesses Coletivos contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia da Companhia.

Notas Explicativas

EMS

. Ação 0053723.89.2016.401.3400 no montante de R\$156.430 relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais, que em face de novas análises efetuadas pelos nossos consultores jurídicos o prognóstico foi alterado de perda remota para possível.

. Ação cível coletiva 0065126.87.2014.401.3800, no montante de R\$165.294 (R\$162.739 em 31 de dezembro de 2017), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$61.912 (R\$60.955 em 31 de dezembro de 2017), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

EMT

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, no montante de R\$288.085, relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais, que em face de novas análises efetuadas pelos nossos consultores jurídicos o prognóstico foi alterado de perda remota para possível.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041, no montante de R\$68.573 (R\$67.513 em 31 de dezembro de 2017), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041, no montante de R\$38.860 (R\$38.259 em 31 de dezembro de 2017), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$33.563 (R\$33.044 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

. Ação de indenização 1005691-76.2017.811.0041 no montante de R\$27.900 (R\$27.469 em 31 de dezembro de 2017), recebido em 2017, onde se discute matéria relacionada a verbas não pagas por ocasião da execução de contratos de prestação de serviços adicionais.

Rede Energia

. Ação de execução por quantia certa 01415375820128260100 com montante envolvido de R\$32.163 (R\$27.277 em 31 de dezembro de 2017), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial, o processo que no período sofreu alteração no valor envolvido, tendo ocorrido uma redução, haja vista necessidade de adequação ao risco envolvido conforme parecer do consultor jurídico.

. Ação civil pública 00313063920124013900 com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo Ministério Público Federal, no montante envolvido de R\$205.480 (R\$195.977 em 31 de dezembro de 2017), por meio da qual pretende anular a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.731, de 30/12/2012, que autorizou a CELPA a destinar para investimentos na área de concessão os recursos decorrentes das compensações devidas a seus consumidores por transgressões aos limites dos indicadores de qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica, no período de 29/02/2012 a 07/08/2015, processo que no 2TRI sofreu alteração no valor envolvido, tendo ocorrido uma redução, haja vista necessidade de adequação ao risco envolvido conforme parecer do consultor jurídico.

Notas Explicativas

ETO

. Processo 2008.34.00.007382-8 com valor envolvido de R\$32.687 (R\$32.182 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute questões contratuais relacionadas a desapropriação.

. Processo 5032063-73.2013.827.2729 com valor envolvido de R\$23.840 (R\$23.472 em 31 de dezembro de 2017) onde se discute questões contratuais relacionadas a nulidade contratual.

. Processo 5000750.04.2012.827.2738 com valor envolvido de R\$4.291 em 31 de dezembro de 2017 onde se discute questões relacionadas a indenização por danos morais e materiais, encerrado em janeiro de 2018.

ESS

. Ação de Indenização onde se discute questões relacionadas a Verbas Contratuais, 1005048-10.2015.8.26.0482 com valor pedido de R\$20.777 (R\$20.499 em 31 de dezembro de 2017), proposta em abril de 2016.

• Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$2.217.957 (R\$2.284.751 em 31 de dezembro de 2017), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iv) diferencial de alíquota; e (v) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (vi) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (viii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

A redução de R\$66.794, registrada no período refere-se a movimentações relacionadas as reversões advindas de arquivamento de processo, de alteração/redução de provisão e de alterações de prognóstico registradas no período e inclusão do REFIS Estadual.

Principais processos:

Controladora

. Auto de infração nº 18471.000772.2008-26, objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC em favor da controlada Energisa SE, no montante envolvido de R\$59.495 (R\$57.695 em 31 de dezembro de 2017).

Controladas:

EMG

. Processo 0087729-97.2016.8.13.0153 com valor envolvido de R\$35.006 (R\$33.947 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute: (i) recolhimento do ICMS em razão do encerramento do diferimento do pagamento do imposto, haja vista que parte da energia elétrica adquirida no mercado interno ocorreu ao abrigo do diferimento e foi objeto de saídas isentas ou não tributadas, contrariando as normas tributárias vigentes; e (ii) emissão de notas fiscais para fins de recolhimento do imposto diferido, conforme estabelecido no artigo 15, 1º, inciso I da Parte Geral do RICMS/2002 e no Artigo 49-A do Anexo IX do RICMS/2002. O aumento observado no período, está fundamentado em reavaliação do risco financeiro envolvido no processo, conforme análise dos assessores jurídicos.

. Processo 0153.02.018219-9 com valor envolvido de R\$4.198 (R\$4.071 em 31 de dezembro de 2017), referentes apropriação indevida de créditos de ICMS no período fevereiro/2012 a janeiro/2013, decorrente de: (i) aquisição de materiais de uso ou consumo sem vinculação direta ao ativo imobilizado, bens alheios à atividade do estabelecimento; bens/materiais classificados genericamente como "Diversos" e da contratação de serviços de transporte sem vinculação direta aos bens do ativo imobilizado que geraram direito ao crédito, (ii) valor ICMS lançado indevidamente no CIAP e (iii) valor apropriado a menor

Notas Explicativas

decorrente da diferença entre o coeficiente de creditamento utilizado pelo contribuinte e o apurado pelo Fisco.

ENF

. Auto de Infração 03.396678-9, com valor envolvido de R\$9.979 (R\$9.677 em 31 de dezembro de 2017), referente a cobrança de ICMS, em virtude da não submissão à tributação de parcela da receita relativa à subvenção de tarifa de energia elétrica, recebida à título de complementação da tarifa aplicada aos consumidores subclasse residencial baixa renda.

. Auto de Infração 03.396674-8, com valor envolvido de R\$2.335 (R\$2.264 em 31 de dezembro de 2017) referente à cobrança de ICMS sobre operações anteriores à distribuição de energia elétrica, na hipótese de perdas comerciais.

. Processo de execução fiscal 0032674-42.2012.4.02.5101, com valor envolvido de R\$2.950 (R\$2.861 em 31 de dezembro de 2017), referente à exigência de créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS/COFINS e CSLL.

. Ação Civil Coletiva 2009.38.00.027553-0, no montante de R\$9.781 (R\$9.485 em 31 de dezembro de 2017), referente a recálculo das tarifas de energia elétrica, de forma que a Parcela B não absorva os ganhos de escala supostamente decorrentes do aumento da demanda. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia da controlada da ENF.

ETO

. Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R\$ 163.073 (R\$158.140 em 31 de dezembro de 2017).

. Processo 5008221-35.2011.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$ 76.242 (R\$73.936 em 31 de dezembro de 2017).

. Auto de Infração 2014/003353 com valor envolvido de R\$40.665 (R\$39.434 em 31 de dezembro de 2017), relacionado a discussões sobre registro de notas fiscais de entrada de energia e transmissão no período 2010 a 2014.

. Auto de Infração 10746.720279/2014-95 com valor envolvido de R\$5.484 (R\$5.318 em 31 de dezembro de 2017), relacionado a discussões sobre recolhimento da estimativa do CSLL apurado em outubro de 2011.

EPB

. Auto de infração 10467.720529/2011-81, com montante envolvido de R\$105.352 (R\$102.164 em 31 de dezembro de 2017), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da controlada EPB, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

. Autos de Infrações números: (I) 93300008.09.00000271/2017.59 no montante de R\$124.490 (R\$89.956 em 31 de dezembro de 2017) - referente ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2015; (II) Auto de Infração 93300008.09.00002467/2014-35 com valor envolvido de R\$47.288 (R\$40.671 em 31 de dezembro de 2017) - referente ao período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010; e (III) Auto de Infração 93300008.09.70/2016-70 com valor envolvido de R\$40.648 (R\$28.991 em 31 de dezembro de 2017) - referente ao período de janeiro a dezembro de 2011. Todos lavrados pela Receita Estadual em virtude de glosa de ICMS, sob o argumento de que as aquisições de mercadorias objeto do creditamento no livro CIAP (controle de crédito do ativo permanente), não poderiam ser consideradas como ativo fixo, por não serem de propriedade da impugnante, mas sim do poder concedente (União Federal). A alegação do Estado é que o registro das operações no Ativo Imobilizado somente era possível até o ano de 2009. A partir de 2010, as normas contábeis passaram a exigir a escrituração das novas aquisições no Ativo Intangível.

Notas Explicativas

. Processo administrativo 14751.002.618/2009-72, com montante envolvido de R\$48.052 (R\$46.598 em 31 de dezembro de 2017), pelo qual a Receita Federal autuou de forma reflexa o lançamento suplementar de IRPJ dos fatos geradores de 2001 e 2002 e anos calendários de 2005 e 2006, cobrando glosas de deduções de despesas, variações monetárias passivas, adições não computadas na apuração do lucro real e compensações não autorizadas. Em abril_2018 este processo teve o prognóstico alterado de possível para remoto, haja vista acolhimento de tese no CARF.

ESE

. Auto de infração 10.510.724763/2011-12 com montante envolvido de R\$176.178 (R\$170.848 em 31 de dezembro de 2017), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

. Auto de infração 201717189, com montante envolvido de R\$20.752 (R\$ 20.125 em 31 de dezembro de 2017), onde se discute questões relacionadas a base de cálculo para recolhimento de ICMS, teve prognóstico alterado de possível para remoto, baseada em sentença que julgou nulo o auto de infração.

EMS

. Auto de infração 10140720806201057, com montante envolvido de R\$67.838 (R\$65.786 em 31 de dezembro de 2017), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

EMT

. Processos 5044000/2015, 1189910010000012009-19, 5069184/2013, 167410016000122008-11, 5028005/2011, envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia (“ICMS Demanda”) no montante de R\$698.331 (R\$677.204 em 31 de dezembro de 2017), para o qual a Companhia não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, por conta de impedimento judicial (decisões judiciais suspendendo a exação, obtidas por consumidores). Após a cessação dos efeitos das referidas decisões, a Companhia vem mantendo discussões com a SEFAZ/MT, no sentido de construir uma solução para a arrecadação deste tributo, por meio da participação da Companhia, na condição de mero agente arrecadador. As discussões culminaram na abertura da possibilidade de adesão direta pelos consumidores, ao programa de parcelamento vigente do Estado (Refis MT - Leis Estadual n° 10.433/2016 e Decreto n° 780/2016).

. Destaca-se também os processos 1000985-84.2016.811.0041, 1189910010000092010-19, 122752000142016115, 1035343/630/96/2014, 5205023/2012 e 5095376/2016, referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente no valor total de R\$205.902 (R\$199.673 em 31 de dezembro de 2017), dentre os quais salienta-se uma execução fiscal no valor de R\$61.942 (60.068 em 31 de dezembro de 2017), processo 1000985-84.2016.811.0041; em divergência com preceitos constitucionais e com a Lei Complementar n° 87/96, a Lei Estadual n° 7.098/98 do Estado de Mato Grosso veda em seu art. 25, §6º, a tomada deste crédito; o tema é objeto da ADI n° 4.623/MT, em trâmite perante o STF, já com parecer favorável da Advocacia Geral da União.

. Auto de infração 01117855020128130699 lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com cobrança de ICMS relativo ao período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente, que após apresentação de manifestação - teve a autuação transferida para o processo 5205023/2012, no valor - de R\$73.942 (R\$71.705 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

ESS

. Auto de Infração 4.034.268-2 no montante de R\$21.100 (R\$20.532 em 31 de dezembro de 2017) onde se discute questões relacionadas incidência de ICMS sobre valores recebidos a título de subvenção econômica da subclasse baixa renda referente a fevereiro de 2008 até dezembro 2009.

. Auto de Infração 4.022.209 no montante de R\$5.435 (R\$5.340 em 31 de dezembro de 2017) onde se discute questões relacionadas incidência de ICMS.

. Auto de Infração 10880.914021/2011-61 no montante de R\$3.362 (R\$3.260 em 31 de dezembro de 2017) onde se discute questões relacionadas incidência de ICMS.

Regulatório

. Processos de contingências regulatórias junta à ANEEL de montante de R\$33.439 (R\$32.497 em 31 de dezembro de 2017), classificadas como Possível. Deste valor, R\$30.807 decorrem da penalidade aplicada em razão da operação de aquisição de créditos fiscais realizadas entre as distribuidoras e a QMRA para fruição do benefício do Refis da Copa. Neste processo, que ainda está tramitando perante à ANEEL, já houve manifestação da Procuradoria da Agência no sentido de cancelar a penalidade, restando a deliberação pela Diretoria colegiada de forma que, após análise dos documentos, entende-se com Possível a chance de perda. O restante do valor provisionado como possível decorre de Autos de Infração oriundos de fiscalização regular da ANEEL onde se vislumbra a possibilidade de procedência dos nossos recursos administrativos pelo que também foram provisionados como Possível.

ETO

. Ação judicial 48500.000184.2015-98 de natureza regulatória no montante de R\$14.082 (R\$13.656 em 31 de dezembro de 2017) relacionada a questões do refis, de aquisições de prejuízos fiscais de controladas do mesmo grupo econômico.

ESS

. Processo administrativo 48500.000184.2015-98 no montante de R\$16.725 (R\$16.219 em 31 de dezembro de 2017) relacionada a questões do refis, de aquisições de prejuízos fiscais de controladas do mesmo grupo econômico e de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

. Processo administrativo 0026725-92.2009.4.01.3800 no montante de R\$1.998 (R\$1.937 em 31 de dezembro de 2017) envolvendo discussão sobre recálculo das tarifas de energia elétrica das concessionárias, de forma que a Parcela B não absorva os ganhos de escala supostamente decorrentes do aumento de demanda.

27. Taxas regulamentares - consolidado

Movimentação	30/06/2018	31/12/2017
Saldo inicial -31/12/2017 e 31/12/2016	96.917	154.340
Juros	2.589	12.927
Amortização	(31.300)	(70.350)
Saldo Final -30/06/2018 e 31/12/2017	68.206	96.917
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	26.250	37.321
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	41.956	59.596
Circulante	58.635	58.635
Não circulante	9.571	38.282

Notas Explicativas

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas indiretas EMT e ETO conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros SELIC incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais.

28. Incorporação de redes - consolidado

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, ESS até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica das controladas EMT e ETO, em áreas rurais no Mato Grosso e Tocantins, foi prorrogado para 2020 e 2018, respectivamente. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória n.º 1993 (EMT) e n.º 1994 (ETO), publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 15 de dezembro de 2014.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Saldo em 31/12/2017 e 31/12/2016	209.970	313.013
Adição no período	5.158	51.778
Atualização monetária e juros	49.220	56.509
Pagamentos	(100.507)	(211.330)
Saldo em 30/06/2018 e 31/12/2017	163.841	209.970
Circulante	64.924	111.053
Não circulante	98.917	98.917

29. Patrimônio líquido

29.1 Capital Social

O capital social é de R\$2.795.963 (R\$2.795.963 em 31 de dezembro de 2017), representando 1.729.827.305 (1.729.827.305 em 31 de dezembro de 2017) ações nominativas, sendo 720.210.378 (720.210.378 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias e 1.009.616.927 (1.009.616.927 em 31 de dezembro de 2017) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 250.119.394 (250.070.594 em 31 de dezembro de 2017).

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R\$66.473 (R\$65.723 em 31 de dezembro de 2017), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido

Notas Explicativas

em conformidade com o Pronunciamento CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

29.2 Transação de capital - transações entre sócios

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo inicial -31/12/2017 e 31/12/2016	(80.683)	4.273
Transações entre sócios - reflexo (1)	(37.029)	(89.453)
Ganho apurado com novas aquisições de participação em controladas diretas e indiretas (2)	131.532	4.497
Saldo final -30/06/2018 e 31/12/2017	13.820	(80.683)

(1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 33.

(2) O montante de R\$131.532 (R\$4.497 em 31 de dezembro de 2017) encontra-se divulgado na nota explicativa nº 17.

29.3 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos com aprovação em AGO/AGE; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do período com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			30/06/2018	31/12/2017
EPB	SUDENE	197/2012	26.640	44.784
ESE	SUDENE	205/2012	5.855	16.752
EBO	SUDENE	206/2012	2.166	4.373
EMT	SUDAM	114/2014	18.586	(11.627)
ETO	SUDAM	113/2014	39	15.923
Total			53.286	70.205

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

Notas Explicativas

29.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos do exercício de 2017 no montante de R\$172.983, correspondente a R\$0,10 por ação de emissão da Companhia (ordinária e preferencial) e R\$0,50 por certificado de depósito de ações (Unit), pagos em de 07 de março de 2018.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

30 Receita operacional

30.1 Receita operacional bruta - controladora

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Receita operacional				
Serviços especializados (*)	47.647	87.446	36.768	52.617
Deduções a receita operacional				
PIS	(786)	(1.443)	(607)	(869)
COFINS	(3.621)	(6.646)	(2.794)	(3.999)
ISS	(1.179)	(2.161)	(413)	(705)
Receita operacional líquida	42.061	77.196	32.954	47.044

(*) Referem-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados as controladas.

Notas Explicativas

30.2 Receita operacional- consolidada

	30/06/2018				30/06/2017			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	5.515.728	5.445.833	1.855.203	3.624.873	5.401.498	5.269.957	1.666.786	3.381.971
Industrial	42.809	1.100.020	359.232	685.460	45.382	1.178.589	363.305	732.329
Comercial	467.760	2.707.215	955.776	1.853.296	466.628	2.710.223	874.397	1.787.259
Rural	612.878	1.354.463	344.961	649.291	602.036	1.289.211	302.563	601.813
Poder Público	62.349	668.704	229.911	426.109	62.135	671.797	214.319	409.675
Iluminação Pública	6.809	748.257	132.615	255.944	6.637	750.869	121.805	247.362
Serviço Público	7.837	516.317	124.047	235.445	7.598	495.348	110.211	220.015
Consumo Próprio	1.455	17.608	-	-	1.427	18.484	-	-
Subtotal	6.717.625	12.558.417	4.001.745	7.730.418	6.593.341	12.384.478	3.653.386	7.380.424
Suprimento	2	998.089	268.455	522.170	2	1.486.613	96.167	273.375
Fornecimento não Faturado Líquido	-	(152.110)	(66.238)	15.622	-	(93.817)	(44.988)	(34.231)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	684	-	257.299	490.510	577	-	224.432	425.697
Venda de energia Comercializadora	-	2.713.695	257.080	485.378	-	1.707.800	182.424	339.806
Receita de construção da infraestrutura (1)	-	-	408.158	644.342	-	-	385.041	672.977
Serviços Especializados	-	-	10.342	19.774	-	-	29.566	49.221
Penalidades Regulatórias (2)	-	-	(6.251)	(16.725)	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	35.994	67.004	-	-	36.697	70.028
Ativo Financeiro Indenizável da Concessão	-	-	106.132	238.847	-	-	3.015	21.452
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	-	(7.056)	(13.664)
(-) Excedentes de Reativo	-	-	-	-	-	-	(11.591)	(24.501)
Constituição e amortização - CVA Ativa e Passiva (3)	-	-	174.935	406.450	-	-	(78.390)	(225.826)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	267.643	521.928	-	-	224.727	449.055
Total - receita operacional bruta	6.718.311	16.118.091	5.715.294	11.125.718	6.593.920	15.485.074	4.693.430	9.383.813
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	947.884	1.837.839	-	-	860.734	1.728.190
PIS	-	-	88.073	170.100	-	-	70.744	143.628
COFINS	-	-	397.174	784.141	-	-	325.738	662.988
CPRB	-	-	1.313	2.621	-	-	1.685	2.561
ISS	-	-	3.932	7.137	-	-	3.108	5.859
Deduções Bandeiras Tarifárias (4)	-	-	(3.968)	(3.077)	-	-	23.490	18.558
Programa de Eficiência Energética - PEE - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	358.067	696.761	-	-	294.353	616.418
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	15.767	31.350	-	-	12.575	25.602
Taxa de Fiscaliz dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	4.694	8.850	-	-	4.060	8.069
Total - deduções da receita operacional	-	-	1.828.703	3.567.072	-	-	1.609.063	3.237.455
Total - receita operacional líquida	6.718.311	16.118.091	3.886.591	7.558.646	6.593.920	15.485.074	3.084.367	6.146.358

Notas Explicativas

- (1) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura, exceto no caso das Transmissoras Pará I e Goiás I, difere do valor do custo de construção no montante de R\$4.217 referente ao PIS/COFINS. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição e transmissão de energia elétrica.
- (2) Com a adoção do CPC 47 - Receitas de contratos com cliente a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado, as multas regulatórias (DIC, FIC, DMIC), passaram a ser reconhecidas como dedução às receitas. Para efeito comparativo, o montante das multas para 30 de junho de 2017 é de R\$13.235 e estão classificadas como despesas operacionais.
- (3) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado no período findo de 30 de junho de 2018 de acordo com o OCPC 08.
- (4) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, alterado pelo Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 que estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pelas controladas referentes as bandeiras tarifárias no período findo em 30 de junho de 2018, foram de R\$103.230 (R\$159.585 em 30 de junho de 2017), tendo repassados a CCRBT o montante de R\$3.077 (R\$18.558 em 30 de junho de 2017). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias até 30 de junho de 2018 foi de R\$106.307 (R\$141.027 em 30 de junho 2017).

Para os meses de janeiro a junho de 2018 e 2017 a Aneel homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	30/06/2018	30/06/2017
Janeiro	Nº 516 de 06 de março de 2018 (Nº 592 de 02 de março de 2017)	4.604	(183)
Fevereiro	Nº 728 de 02 de abril de 2018 (Nº 899 de 30 de março de 2017)	(2.447)	(155)
Março	Nº 981 de 30 de maio de 2018 (Nº 1.237 de 05 de maio de 2017)	(2.298)	2.097
Abril	Nº 1.210 de 01 de junho de 2018 (Nº 1.492 de 30 de maio de 2017)	(2.634)	8.035
Maiο	A ser homologado em julho de 2018 (Nº 1.944 de 04 de julho de 2017)	140	8.343
Junho	A ser homologado em julho de 2018 (Nº 2.330 de 01 de agosto de 2017)	(442)	421
Total		(3.077)	18.558

31 Energia elétrica comprada para revenda

	MWH (1)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/06/2018	30/06/2017	01/04/2018	01/01/2018	01/04/2017	01/01/2017
			a 30/06/2018	a 30/06/2018	a 30/06/2017	a 30/06/2017
Energia de Itaipú - Binacional	1.582.525	1.604.704	233.123	403.696	183.964	337.959
Energia de leilão	5.753.984	6.390.201	702.895	1.384.548	629.207	1.336.568
Energia bilateral e outros suprimentos	3.891.653	5.156.207	712.545	1.459.979	677.509	1.224.986
Cotas de Angra REN 530/12 (2)	471.679	465.722	47.522	112.486	45.933	99.160
Energia de curto prazo - CCEE	287.107	90.394	286.320	526.261	(1.326)	114.768
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	3.517.264	3.793.927	224.873	399.393	196.965	353.159
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	291.545	290.758	55.053	110.105	51.939	103.873
Ressarcimento pela exposição térmica	-	-	-	-	2.026	2.026
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(198.198)	(385.271)	(166.995)	(323.350)
Total	15.795.757	17.791.913	2.064.133	4.011.197	1.619.222	3.249.149

- (1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.
- (2) Contempla valor de Resolução Normativa nº 1.585/2013.

Notas Explicativas

32 Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Controladora	
			30/06/2018	31/12/2017
Riscos Operacionais	07/11/2018	39.000	21	21
Frota - Danos Materiais e Corporais e Morais a terceiros	23/10/2018	Até 360/ veiculo	8	8
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2018	92.510	537	221
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2018	50.000	4	4
Total			570	254

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			30/06/2018	31/12/2017
Riscos Operacionais	07/11/2018	63.000	3.011	3.011
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2018	50.600	2.188	2.188
Frota - Danos Materiais e Corporais e Morais a terceiros	23/10/2018	Até 1.060/ veiculo	1.128	1.127
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	23/11/2018	10.000	102	102
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2018	658	2	2
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2018	110.448	113	114
Compreensivo Empresarial	28/09/2018	820	2	2
Vida em Grupo Acidentes Pessoais (*)	31/12/2018	122.283	4.824	2.240
Transportes	04/04/2019	Até 2.000/ transporte	136	161
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2018	50.000	281	281
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	01/01/2019	1.165	8	-
Total			11.795	9.228

(*) Importância Segurada relativa ao mês de maio/18 e prêmio anualizado.

33 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados o contas a receber da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como, os fatores relevantes para a avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período de R\$238.847 (R\$21.452 em 30 de junho de 2017), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota explicativa nº 16.

Notas Explicativas

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	30/06/2018		31/12/2017	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		917.705	917.705	134.406	134.406
Clientes		64.817	64.817	34.280	34.280
Títulos e créditos a receber		1.824	1.824	3.048	3.048
Créditos com partes relacionadas		149.351	149.351	417.515	417.515
		<u>1.133.697</u>	<u>1.133.697</u>	<u>589.249</u>	<u>589.249</u>
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.866.724	1.866.724	1.910.911	1.910.911
Instrumentos financeiros derivativos	2	19.693	19.693	3.514	3.514
		<u>1.886.417</u>	<u>1.886.417</u>	<u>1.914.425</u>	<u>1.914.425</u>
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		1.879	1.879	7.069	7.069
Débitos com partes relacionadas		80.129	80.129	106.042	106.042
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		3.999.895	3.961.670	2.851.014	2.782.580
		<u>4.081.903</u>	<u>4.043.678</u>	<u>2.964.125</u>	<u>2.895.691</u>
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	262.415	262.415	162.694	162.694
		<u>262.415</u>	<u>262.415</u>	<u>162.694</u>	<u>162.694</u>

Consolidado					
	Nível	30/06/2018		31/12/2017	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		1.173.673	1.173.673	921.481	921.481
Clientes, consumidores e concessionárias		2.964.213	2.964.213	2.719.021	2.719.021
Títulos de créditos a receber		42.193	42.193	43.846	43.846
Ativos financeiros setoriais		1.438.070	1.438.070	1.114.024	1.114.024
		<u>5.618.149</u>	<u>5.618.149</u>	<u>4.798.372</u>	<u>4.798.372</u>
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.989.868	1.989.868	1.896.790	1.896.790
Contas a receber da concessão	3	4.820.193	4.820.193	4.420.666	4.420.666
Instrumentos financeiros derivativos	2	370.423	370.423	178.417	178.417
		<u>7.180.484</u>	<u>7.180.484</u>	<u>6.495.873</u>	<u>6.495.873</u>
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		1.657.538	1.657.538	1.514.174	1.514.174
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas, debêntures e arrendamento mercantil		10.851.129	10.796.856	8.954.561	8.894.799
Passivos financeiros setoriais		1.039.803	1.039.803	1.029.063	1.029.063
Parcelamento de tributos		67.736	67.736	71.863	71.863
Taxas regulamentares		68.206	68.206	215.847	215.847
		<u>13.684.412</u>	<u>13.630.139</u>	<u>11.785.508</u>	<u>11.725.746</u>
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	320.015	320.015	216.095	216.095
Instrumento financeiro - MTM (*)	2	579.798	579.798	556.489	556.489
		<u>899.813</u>	<u>899.813</u>	<u>772.584</u>	<u>772.584</u>

Notas Explicativas

(*) A controlada EEVP e a BNDESPAR assinaram contrato assegurando à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer, em face da controlada, a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia S/A, de propriedade da BNDESPAR. A opção de venda de até a totalidade das ações poderá ser exercida pela BNDESPAR, dentro do prazo de 60 dias a contar de 03/01/2019.

Em 4 de fevereiro de 1999, a controlada EEVP, o BNDES Participações (“BNDESPAR”) e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior (antigo acionista do grupo Rede), celebraram Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de Emissão da Rede Energia Participações S/A (atual denominação da CAIUA Serviços de Eletricidade S/A), atualizados pelos Aditivos n° 1, n° 2, n° 3 e n° 4 de 29 de março de 2006, 9 de agosto de 2007, 27 de abril de 2010 e 1 de agosto de 2013, respectivamente.

Em 31 de março de 2014, foi celebrado entre a controlada EEVP, BNDESPAR, a Energia S/A e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior o Aditivo n° 5 e Consolidação do Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de emissão da Rede Energia S/A. As partes negociaram que a controlada EEVP outorgará à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia Participações S/A. A referida opção de venda de ações poderá ser exercida dentro do prazo de 60 dias, a partir de 03 de janeiro de 2019. O referido Aditivo n° 5 estava condicionado à transferência para a Energisa S/A, do controle acionário indireto da controlada EEVP e da Rede Energia.

Preço de exercício

Caso a opção seja exercida, a controlada EEVP e/ou a Energisa S/A pagarão à BNDESPAR pela totalidade das ações o valor de R\$390.800, atualizados pela variação da TJLP, acrescida de 1,76% ao ano, a partir de 01 de julho de 2013.

O preço de exercício da opção poderá ser pago em moeda corrente nacional ou por meio de aumento de capital social da Energisa S/A, composto por 4 ações preferenciais e 1 ação ordinária (“Units”), a exclusivo critério da controlada EEVP e/ou da Energisa S/A.

Na hipótese de pagamento por meio de aumento de capital da Energisa S/A, o preço de cada ação ordinária e preferencial a ser emitida será de valor suficiente para perfazer o montante de R\$14,40 por Unit, atualizados a partir de 01 de julho de 2013. Caso o valor da Units for inferior a 25% do preço médio ponderado nos 60 pregões anteriores, a Energisa irá indenizar o BNDESPAR o valor de tal diferença no prazo de até 5 dias da integralização de capital.

O preço de exercício e a quantidade de Units serão ajustados sempre que houver aumentos de capital por bonificação, desdobramentos ou grupamentos de ações ou Units de emissão da Energisa S/A.

Garantias

A controlada EEVP deverá constituir em favor do BNDESPAR, como garantia do cumprimento da obrigação de compra das ações preferenciais acima citadas, a caução de no mínimo, 117.643.852 ações ordinárias de emissão da Rede Energia, de sua propriedade.

A caução de ações deverá representar, a qualquer tempo, no mínimo, 40% do capital votante da Rede Energia S/A.

Precificação

O preço de exercício - R\$8,97/ação - calculado pelo preço de exercício inicial de R\$5,78/ação acrescido de TJLP + 1,76% a. a. acumulada entre 01 de julho de 2013 até 29 de junho de 2018 e projetado até a data de exercício com TJLP de 7,0% + 1,76% a.a. A taxa livre de risco utilizada no cálculo é de 6,22% a.a. e volatilidade média ponderada do período foi de 49,55% a.a. Em 29 de junho de 2018, o preço de fechamento da ação do Rede foi de R\$5,68/ação.

A quantidade de ações da Put é de 67.642.986 e o prazo de exercício é de 60 dias contados a partir de 03 de janeiro de 2019.

Em atendimento à Instrução CVM n° 475/2008 e à Deliberação n° 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão identificadas a seguir:

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Notas Explicativas

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 30 de junho de 2018 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$2.874 (R\$2.527 em 30 de junho de 2017) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no segundo trimestre de 2018 para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 30 de junho de 2018, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$47.620 (R\$10.137 em 30 de junho de 2017) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Notas Explicativas

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício são:

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Dívida (a)	10.851.129	8.954.561
Caixa e equivalentes de caixa	(1.173.673)	(921.481)
Dívida líquida	9.677.456	8.033.080
Patrimônio líquido (b)	4.085.296	3.843.453
Índice de endividamento líquido	2,37	2,09

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.879	-	-	-	-	1.879
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	10,12%	349.110	489.544	2.293.179	1.747.749	291.996	5.171.578
Instrumentos Financeiros Derivativos		(8.104)	4.413	18.389	(257.420)	-	(242.722)
Total		342.885	493.957	2.311.568	1.490.329	291.996	4.930.735

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.571.084	62.263	20.754	-	16.521	1.670.622
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	8,40%	1.241.288	1.089.787	6.831.795	3.708.816	3.451.222	16.322.908
Instrumentos Financeiros Derivativos		(13.885)	1.828	201.645	(186.919)	47.739	50.408
Total		2.798.487	1.153.878	7.054.194	3.521.897	3.515.482	18.043.938

Notas Explicativas

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	6	917.705	134.406	1.173.673	921.481
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6	1.866.724	1.910.911	1.989.868	1.896.790
Clientes, consumidores e concessionárias	7	64.817	34.280	2.964.213	2.719.021
Títulos de créditos a receber	8	1.824	3.048	42.193	43.846
Ativos financeiros setoriais líquido	12	-	-	398.267	84.961
Contas a receber da concessão	16	-	-	4.820.193	4.420.666
Instrumentos financeiros derivativos	33	19.693	3.514	370.423	178.417

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2018 com alta de 16,56% sobre 31 de dezembro de 2017, cotado a R\$8558/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2018 era de 18,93%, enquanto em 31 de dezembro de 2017 era de 11,95%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de junho de 2018, de R\$10.884.904 (R\$8.992.198 em 31 de dezembro de 2017), R\$2.609.657 (R\$1.750.540 em 31 de dezembro

Notas Explicativas

de 2017) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em setembro de 2022) e custo máximo de 4,8535% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 não apresenta saldo (R\$3.457 em 31 de dezembro de 2017) no ativo circulante, R\$19.693 (R\$57 em 31 de dezembro de 2017) no ativo não circulante, R\$3.691 (R\$10.749 em 31 de dezembro de 2017) no passivo circulante e R\$258.724 (R\$151.945 em 31 de dezembro de 2017) no passivo não circulante na controladora, R\$48.558 (R\$87.782 em 31 de dezembro de 2017) no ativo circulante, R\$321.865 (R\$90.635 em 31 de dezembro de 2017) no ativo não circulante, R\$640.413 (R\$63.568 em 31 de dezembro de 2017) no passivo circulante e R\$259.400 (R\$709.016 em 31 de dezembro de 2017) no passivo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. No período, a Energisa reconheceu diretamente no seu Patrimônio Líquido redução de R\$37.029 (R\$89.453 em 31 de dezembro de 2017) referente a sua participação nos efeitos refletidos no patrimônio das suas controladas.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENERGISA S/A					
Resolução 4131 - Itaú BBA	120.000	VC + 4,75%	CDI+1,28%	24/05/2021	Fair Value Option
ESE					
Resolução 4131 - Citibank	7.438	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	5.700	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	12.500	VC + (Libor+1,75%) x117,65%	CDI + 1,95%	21/12/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	61.805	(LIBOR + 0,73%) x 117,647%	CDI + 1,43%	19/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	34.321	(LIBOR + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,48%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	8.798	(LIBOR + 0,72%) x 117,647%	CDI + 1,35%	26/04/2021	Fair Value Option
EPB					
Resolução 4131 - Citibank	5.500	VC + (Libor + 1,88%) x 117,65%	CDI + 1,80%	27/02/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	6.907	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	1.450	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	21.374	VC + (Libor + 2,25%) x 117,65%	CDI + 1,99%	20/09/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.000	VC + (Libor + 2,25%) x 117,65%	116,75% CDI	21/05/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.480	VC + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	18.541	VC+ (Libor + 0,73%) x 117,65%	CDI + 1,43%	19/01/2021	Fair Value Option
EMG					
Resolução 4131 - Citibank	4.782	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	8.600	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	9.091	VC + 5,71%	CDI + 3,35%	02/07/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	8.993	VC + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	17.595	VC + (LIBOR + 0,72%) x 117,647%	CDI + 1,35%	17/05/2021	Fair Value Option
ENF					
Resolução 4131 - Citibank	8.250	VC + (Libor + 1,62%) x 117,65%	CDI + 1,50%	28/09/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	4.539	VC + (Libor + 0,65%) x 117,65%	CDI + 1,32%	29/03/2021	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Bank of America ML	28.235	VC + (Libor + 1,60%) x 117,65%	CDI + 1,70%	15/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.615	VC + (Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,43%	15/01/2021	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Citibank	14.429	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.429	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Citibank	11.196	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.196	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	31.032	VC + (LIBOR + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,47%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	51.778	VC + 5,12%	CDI + 1,28%	01/06/2021	Fair Value Option
EBO					
Resolução 4131 - Itaú BBA	6.061	VC + 5,71%	CDI + 3,35%	02/07/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.135	VC + (Libor + 0,97%) x 117,65%	116,00% CDI	13/11/2020	Fair Value Option
ECOM					
Resolução 4131 - Itaú BBA	9.953	VC + 5,71%	CDI + 3,55%	05/07/2018	Fair Value Option
ENERGISA SUL SULDESTE					
Resolução 4131 - Citibank	6.857	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	29.740	VC + (LIBOR + 1,70%) x 117,647%	CDI + 1,35%	09/04/2020	Fair Value Option

(*) Estas operações possuíam, originalmente, uma opção de compra com limitador atrelado ao swap. Estas operações foram revertidas, minimizando assim a exposição à variação do câmbio.

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Controladora					
Santander X ESA	271.430	IPCA + 6,15%	IPCA + 5,85% + (TJLP-5,50%)	15/07/2019	Não Aplicável
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	8.392	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	7.532	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	3.636	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	678	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	1.261	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	15.173	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	13.618	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	11.635	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	2.169	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	4.035	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	9.333	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	8.376	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	7.126	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	1.328	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	2.472	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 30 de junho de 2018.

- **Controladora**

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2018	31/12/2017		30/06/2018	31/12/2017
			Posição Ativa		
			Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	420.218	629.803
Swap de Juros	271.430	493.639	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(423.994)	(631.629)
			Posição Total Swap	(3.776)	(1.826)

Notas Explicativas

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2018	31/12/2017		30/06/2018	31/12/2017
Dívida (Objeto de Hedge) *	-	89.700	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	-	(83.477)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	-	83.245
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	-	89.700	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	-	(90.831)
			Posição Líquida Swap	-	(7.586)
			Posição Líquida Dívida + Swap	-	(91.063)

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2018	31/12/2017		30/06/2018	31/12/2017
Dívida (Objeto de Hedge)*	436.800	-	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(458.391)	-
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	458.391	-
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	436.800	-	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(439.917)	-
			Posição Líquida Swap	18.474	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(439.917)	-

- Consolidado**

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2018	31/12/2017		30/06/2018	31/12/2017
Dívida (Objeto de Hedge)*	469.713	493.639	Taxa Pré-Fixada	(912.111)	(629.803)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	910.076	629.803
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	741.144	493.639	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(898.692)	(631.629)
			Posição Líquida Swap	11.384	(1.826)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(900.727)	(631.629)

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2018	31/12/2017		30/06/2018	31/12/2017
Dívida designada para “Fair Value Option”	2.313.386	988.946	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(2.612.363)	(1.004.803)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	2.612.363	1.004.803
Swap Cambial (Derivativo)	2.313.386	988.946	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(2.335.344)	(1.002.333)
			Posição Líquida Swap	277.019	2.470
			Posição Líquida Dívida + Swap	(2.335.344)	(1.002.333)

Notas Explicativas

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 30 de junho de 2018.

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2018	31/12/2017		30/06/2018	31/12/2017
Dívida (Objeto de Hedge) *	75.785	1.357.436	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(95.723)	(1.511.156)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	95.723	1.524.988
Swap Cambial	75.785	1.357.436	Posição Passiva		
(Instrumento de Hedge)			Taxa de Juros CDI	(76.298)	(1.337.529)
			Posição Líquida Swap	19.425	187.459
			Posição Líquida Dívida + Swap	(76.298)	(1.323.697)

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 30 de junho de 2018 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Notas Explicativas

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2018, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(2.389.171)	(2.014.136)	(2.597.399)	(3.180.662)
Variação Dívida	-	375.035	(208.228)	(791.491)
Swap Cambial		Alta USD		
Posição Ativa				
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	2.708.086	2.333.051	2.916.314	3.499.577
Variação - USD e LIBOR	-	(375.035)	208.228	791.491
Posição Passiva				
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(2.411.642)	(2.411.642)	(2.411.642)	(2.411.642)
Variação - Taxa de Juros CDI	-	-	-	-
Subtotal	296.444	(78.591)	504.672	1.087.935
Total Líquido	(2.092.727)	(2.092.727)	(2.092.727)	(2.092.727)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de junho de 2018, o que é refletido no valor presente negativo de R\$2.092.727, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R\$2.092.727, em ambos os casos.

Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 30 de junho de 2018, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para dois cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(469.713)		(469.713)	(469.713)	(469.713)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	489.858		489.858	489.858	489.858
Variação - Taxa de Juros	-		-	-	-
Posição Passiva		Alta CDI			
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(474.698)		(474.698)	(523.152)	(571.619)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(48.454)	(96.921)
Subtotal	15.160		15.160	(33.294)	(81.761)
Total Líquido	(454.553)		(454.553)	(503.007)	(551.474)

Notas Explicativas

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	271.430		271.430	271.430	271.430
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	420.218		420.218	420.218	420.218
Variação - Taxa de Juros	-	Alta TJLP	-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(423.994)		(423.994)	(426.313)	(428.629)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(2.319)	(4.635)
Subtotal	(3.776)		(3.776)	(6.095)	(8.411)
Total Líquido	267.654		267.654	265.335	263.019

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2018 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 3,17%, TJLP = 3,28% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	3.007.807	Alta CDI	192.500	240.625	288.750
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(2.411.642)	Alta CDI	(154.345)	(192.931)	(231.518)
	(5.066.409)	Alta CDI	(324.251)	(405.314)	(486.377)
	(13.044)	Alta TJLP	(861)	(1.076)	(1.292)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.055.252)	Alta IPCA	(53.437)	(66.796)	(80.156)
	(11.473)	Alta SELIC	(734)	(918)	(1.101)
	(644.894)	Alta TR	-	-	-
Subtotal (2)	(10.202.714)		(533.628)	(667.035)	(800.444)
Total -perdas (2)	(7.194.907)	-	(341.128)	(426.410)	(511.694)

(1) Considera o CDI de 30 de junho de 2019 (6,40% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2018, TJLP 6,60% ao ano, Selic 6,40% ao ano, TR 0,0% ao ano, IPCA 2,60% e FNE 8,0% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$682.190.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

34 Benefícios pós-emprego

Plano de Aposentadoria e Pensão

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada período, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Notas Explicativas

No período findo em 30 de junho de 2018, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$31.240 (R\$23.013 em 30 de junho de 2017), registrada na rubrica de entidade de previdência privada na demonstração de resultado consolidada.

Prêmio aposentadoria

A Companhia e suas controladas EMG, ENF, Energisa Soluções S/A, Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A e ECOM em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

Em 30 de junho de 2018, a despesa de manutenção do plano foi de R\$610 (R\$299 em 30 de junho de 2017) na controladora e R\$2.170 (R\$1.362 em 30 de junho de 2017) no consolidado, registrada na rubrica de entidade de previdência privada na demonstração de resultado.

Plano de saúde

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio.

Plano de Benefício Assistencial - a Companhia e suas controladas mantém um plano de benefício pós emprego de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-actuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustados pela inflação (INPC).

A Companhia e as controladas EMG e a ESOL, possuem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

Em 30 de junho de 2018, as despesas com esse benefício foram de R\$1.434 (R\$845 em 30 de junho de 2017) na controladora e R\$37.941 (R\$30.315 em 30 de junho de 2017) no consolidado.

35 Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de venda de energia - reais mil					
	Vigência	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	2018 a 2027	631.358	594.887	334.016	130.379	45.997

Notas Explicativas

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de curto e longo prazo com a compra de energia:

	Contrato de compra de energia- reais mil (*)					
	Vigência	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A	2018 a 2028	55.126	75.729	77.810	80.170	630.291
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2018 a 2049	112.173	244.159	237.183	232.670	4.505.594
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2018 a 2049	352.236	699.084	615.491	627.856	9.759.821
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2018 a 2049	258.688	503.454	427.808	433.500	7.312.118
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2018 a 2049	48.326	106.156	94.306	94.406	1.511.849
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2018 a 2049	653.762	1.543.084	1.564.580	1.593.463	20.617.970
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2018 a 2049	232.471	486.118	370.234	378.077	6.936.072
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2018 a 2049	370.849	739.056	710.919	722.885	13.037.434
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2018 a 2049	226.341	492.677	426.103	433.712	8.764.630
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2018 a 2027	436.142	599.936	318.948	128.907	41.121
		2.746.114	5.489.453	4.843.382	4.725.646	73.116.900

(*) Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do período de 30 de junho de 2018 e foram homologados pela ANEEL.

36 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	30/06/2018	31/12/2017
Outras transações não caixa		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	154.481	765.493
Contas a receber da concessão - Ativo financeiro indenizável da concessão	238.847	211.384
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores	157.171	120.363
Estoques - transferência para o intangível	968	2.791
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	5.158	51.778
Outras contas a receber - Governo do Estado de Tocantins	15.049	35.107
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	157.171	120.363
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	(5.158)	51.778
Intangível - transferência para estoques	(968)	2.791
Atividades de financiamento		
Dividendos compensados Governo do Estado de Tocantins	15.049	35.107
Venda da aeronave		
Atividades operacionais		
Outras Contas a Receber	-	11.630
Depósitos e Cauções Vinculados	-	9.661
Impostos a recuperar	-	5.620
Tributos e contribuições sociais	-	3.593
Atividades de investimentos		
Intangível	-	1.718
Atividades de financiamento		
Arrendamento mercantil	-	32.222

37 Eventos subsequentes

- Bandeiras tarifárias**

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Vermelha Patamar 2 para os meses de julho e agosto de 2018, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Notas Explicativas

- **Empréstimos Contratados**

(a) Em 02 de Julho de 2018 a controlada direta ECOM captou junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., R\$40.000 em moeda estrangeira com vencimento em 22/06/2020, com remuneração de 4,58% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,35% a.a., retirando-se o risco cambial da operação.

(b) Em 02 de Julho de 2018 a controlada indireta ESS captou junto ao Citibank N.A., R\$60.000 em moeda estrangeira com vencimento em 03/07/2023, indexado pela taxa Libor com spread de 1,27% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,25% a.a., retirando-se o risco cambial da operação.

- **Antecipação de dividendos do exercício de 2018 - Controladora**

O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou em 08 de agosto, a distribuição de dividendos intermediários à conta dos resultados do exercício de 2018, no montante de R\$96.870, o que equivale a R\$0,28 por Unit ou R\$0,056 por ação ordinária ou preferencial. Esses dividendos serão pagos em 04 de setembro de 2018 e fazem jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações em 14/08/2018, respeitadas as negociações em Bolsa até aquela data.

- **Distribuição Dividendos - Controladas**

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de agosto de 2018, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial das controladas de 30 de junho de 2018, conforme segue:

Controladas	Valor dividendos R\$/mil	Valor por ação (R\$)	Data pagamento
Energisa Mato Grosso	124.623	0,58533	31/08/2018
Energisa Mato Grosso do Sul	49.169	75,9933	31/08/2018
Energisa Tocantins	9.154	14,0485	31/08/2018
Energisa Sul Sudeste	20.868	214,8870	31/08/2018
Energisa Paraíba	43.519	47,3980	31/08/2018
Energisa Sergipe	10.109	51,7039	31/08/2018
Energisa Borborema	4.533	15,4760	31/08/2018
Energisa Minas Gerais	2.994	3,6575	31/08/2018
Energisa Nova Friburgo	245	8,1466	31/08/2018

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do Auditor Independente sobre Revisão de Informações Trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Energisa S.A.

Cataguases – MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Energisa S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - (R1) Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 2018.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro de 2018 a 30 de junho de 2018

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 8 de agosto de 2018.

Ricardo Perez Botelho

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, sobre as Demonstrações Financeiras Trimestrais do período de 1º de janeiro de 2018 a 30 de junho de 2018, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 8 de agosto de 2018.

Ricardo Perez Botelho

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas